

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabriella Azeredo Azevedo

**DESAFIOS DA IMIGRAÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS À COMUNIDADE
REGIONAL**

Santa Cruz do Sul

2020

Gabriella Azeredo Azevedo

**DESAFIOS DA IMIGRAÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS À COMUNIDADE
REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Linha de Pesquisa Estado, Instituições e Democracia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Grazielle Betina Brandt

Santa Cruz do Sul

2020

Gabriella Azeredo Azevedo

**DESAFIOS DA IMIGRAÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS À COMUNIDADE
REGIONAL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado. Área de concentração em Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa Estado, Instituições e Democracia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr^a Grazielle Betina Brand

Professora Orientadora – PPGDR/UNISC

Dr^a Cláudia Tirelli

Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

Dr^a Liliane Dutra Brignol

Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

Santa Cruz do Sul

2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, minha família pelo apoio, incentivo e compreensão. Minha mãe Vanialice que estimula e sempre me fez acreditar que somos capazes de fazer o que quisermos nessa vida, sendo para mim um exemplo de coragem, perseverança, fé, muito trabalho, aconchego e amor. Meu irmão Wagner com quem dividi muitas horas de estudos na mesa de casa e reflexões e problematizações sobre o mundo, o país e o contexto que estamos vivendo. Meu pai Osvaldino e minha irmã Ana Cláudia que, embora não estando todos os dias ao meu lado, sabem da importância disso para mim e me apoiaram incondicionalmente, compreendendo as ausências, a ansiedade e temperamento forte, estando comigo no dia de minha qualificação demonstrando apoio e valorização de meu esforço.

Agradeço meus avós maravilhosos com quem estou sempre que posso, que me energizam, gostam de me ouvir falar e me colocam em paz pelo simples fato de existirem em minha vida.

Gratidão ao meu namorado que suportou tanto ao meu lado. Dias e noites de ansiedade que pareciam não terminar. Ajudou-me a superar o medo, a timidez do primeiro dia de aula, a insegurança de não saber se daria conta de trabalhar, viajar horas e estudar. Gratidão pelas palavras, pelo carinho, amor, paz e conforto em ter alguém como tu do meu lado.

Agradeço aos amigos da vida que acreditaram em mim! Agradeço, ainda, aos novos amigos feitos a partir do ingresso no PPGDR, colegas que engrandeceram a caminhada. Ajudaram a fazer essa trajetória, ainda que de esforço, mais leve, humana, sorridente.

Agradeço aos professores que nos desafiaram a pensar, contestar e viver a pesquisa. Em especial, agradeço minha orientadora Grazielle Betina Brandt que foi tão sensível em cada leitura, sugestão, orientação, me incentivando a sempre melhorar. Aprendi e aprendo muito contigo. Espero que sigamos nos encontrando e possamos trabalhar em outros projetos conjuntamente. Agradeço, ainda, Ana Flávia Marques, que auxiliou como co-orientadora no primeiro ano de mestrado e foi um grande suporte quando precisei.

Agradeço às secretárias do Programa pela atenção e cuidado para que a condução de nossas pesquisas e os momentos dentro da universidade fossem as melhores experiências possíveis.

Agradeço aos representantes dos projetos de extensão universitária, investigados nessa pesquisa, que dedicaram seu tempo e atenção para a realização das entrevistas e colaboraram sobremaneira com esta dissertação. Agradeço, ainda mais, pelo trabalho que executam voltado para os imigrantes e para o combate à xenofobia e desigualdade social.

Agradeço aos colegas de trabalho pela compreensão de minha ausência para cursar as aulas e ao Banrisul, de modo geral, por ter concordado em minha dispensa, reconhecendo o valor disso para mim e percebendo que o estímulo à educação sempre vale a pena.

Agradeço à CAPES pela oportunidade de me ajudar a realizar um sonho e projeto de vida.

Agradeço aos professores que compõem a banca pela disponibilidade em ler, compartilhar conhecimentos e contribuir com minha pesquisa.

Agradeço ao universo, deuses e deusas que colocaram em meu caminho tantas coisas lindas desde que ingressei no mestrado. Isso me faz ter certeza sobre minhas escolhas e me mostra o tanto que ainda posso fazer nesse mundo!

Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias, sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en movimiento
Nunca estamos quietos
Somos trashumantes, somos
Padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco
Yo no soy de aquí, pero tú tampoco.

Jorge Drexler

RESUMO

No momento em que se estabelece um dos maiores fluxos migratórios da humanidade, já considerado superior ao da Segunda Guerra Mundial, novos agentes surgem no processo de integração regional desses imigrantes que buscam uma nova chance para recomeçarem suas vidas: as universidades. Desta forma, a presente dissertação busca demonstrar como tem se dado a relação de Instituições de Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul com os imigrantes no processo de integração à comunidade, uma vez que o fluxo de refugiados e imigrantes vem se intensificando nos últimos anos para o Brasil e para o estado. As universidades selecionadas para análise, que possuem projetos de extensão voltados para o público dos imigrantes, foram: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Para tanto, buscando contemplar como se dá essa interação e utilizando-se da Teoria da Estruturação de Antony Giddens como método de análise, foi verificado, por meio de entrevistas e pesquisa documental, que as universidades, através dos projetos de extensão, prestam diversos serviços aos imigrantes; desde o ensino da língua, validação de documentos à busca por oportunidades de emprego, auxiliando o Estado nessa interação entre a teoria e a prática. Isto é, exercem funções enquanto agentes que dialogam com a comunidade, verificando suas demandas e assessorando no empoderamento do indivíduo e no desenvolvimento, através da garantia de direitos a eles previstos. Assim, foram debatidos aspectos acerca da importância de se garantir tais direitos para expandir as liberdades e capacidades individuais e discutido, ainda, sobre a nova Lei de Migração, aprovada em 2017 no Brasil – percebendo, portanto, avanços e desafios nesse processo de integração, bem como as limitações por parte das universidades em relação aos recursos disponíveis e como têm resistido frente a este cenário, no intuito de manter-se como um espaço plural, democrático e um agente preocupado com o desenvolvimento.

Palavras-chave: Migrações Internacionais. Universidades. Extensão Universitária. Desenvolvimento. Direitos.

ABSTRACT

At the moment when one of the largest humanity's migratory flows is established, already considered superior to World War II, new agents emerge in the process of regional integration of these immigrants seeking a new chance to start their lives again: universities. In this way, this dissertation seeks to demonstrate the relationship between universities in the state of Rio Grande do Sul and immigrants in the process of integration into the community, since the flow of refugees and immigrants has intensified in the years for Brazil and this state. The universities selected for analysis, which have extension projects aimed at the public of immigrants, were: Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Federal University of Santa Maria (UFSM), University of Santa Cruz do Sul (UNISC) and University of Taquari Valley (UNIVATES). Therefore, seeking to contemplate how this interaction occurs and using the Theory of Structuring of Antony Giddens as a method of analysis, it was verified, through interviews and documentary research, that universities, through extension projects, provide various services to immigrants; from language teaching, document validation to the search for job opportunities, assisting the State in this interaction between theory and practice. That is, they perform functions as agents who dialogue with the community, verifying their demands and advising on the empowerment of the individual and in development, through the guarantee of rights provided for them. Thus, aspects were discussed about the importance of guaranteeing such rights to expand individual freedoms and capacities and also discussed the new Migration Law, approved in 2017 in Brazil – that became possible to realize about advances and challenges in this integration process, as well as the limitations on the part of universities in relation to the available resources and how they have resisted in this scenario, in order to remain as a plural space, democratic and a development-related agent.

Keywords: International Migrations. Universities. University Extension. Development. Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nenhum ser humano é ilegal

Figura 2: Evolução das solicitações de refúgio no Brasil

Figura 3: Evolução do reconhecimento de refugiados no Brasil

Figura 4: Brasil no G8

Figura 5: Integração à comunidade

Figura 6: Mapa dos municípios onde estão localizadas as universidades pesquisadas.

Figura 7: Autorização de residência para fins laborais no RS

Figura 8: Emissão de carteiras de trabalho para imigrantes no RS

Figura 9: Campus UFRGS em Porto Alegre.

Figura 10: Campus UFSM em Santa Maria

Figura 11: Campus UNIVATES em Lajeado

Figura 12: Campus UNISC em Santa Cruz do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de imigrantes nos municípios analisados na pesquisa.

Quadro 2: Características dos municípios analisados na pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ASAV	Associação Antônio Vieira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CGIL	Coordenação-Geral de Imigração Laboral
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
CRE	Conselho Regional de Educação
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Melo
DPU	Defensoria Pública da União
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Escola para Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FISC	Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul
FUVATES	Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social
GARE	Grupo de Assessoria a Refugiados
GAIRE	Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados
GTARI	Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Instituição Comunitária de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MIGRAIDH	Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
RNM	Registro Nacional Migratório
SAJU	Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
SUS	Sistema Único de Saúde
THE	Times Higher Education
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O movimento ao longo da vida é certo para todos. Crescemos, buscamos carreiras, mudamos de escola, cidade, estado, por que não país? Minha vida fora marcada por mudanças... Passei a aprender com elas, a entender o quanto se ganha quando se compartilha, quando se está aberto a conhecer e se colocar no lugar do outro.

No âmbito acadêmico, tenho minha formação em Relações Internacionais, estando por isso sempre atenta a questões de ordem humanitária e relações entre povos. Desta forma, a pesquisa acerca do tema das migrações internacionais dentro da área do Desenvolvimento Regional me é desafiadora, ao mesmo tempo que motivadora, refletindo sobre o direito humano de migrar e defendendo que não há delito ou crime simplesmente em locomover-se em busca de sua sobrevivência e/ou bem estar. Pelo contrário, a diversidade deve vir (e vem) para somar.

Ao longo dos últimos anos, engajei-me a conhecer mais sobre o tema. Ficava perplexa com as manchetes, as mortes, os discursos xenófobos e percebi a necessidade de, uma vez sendo internacionalista, me posicionar também acerca do tema. Para além das pesquisas acadêmicas, atuo como voluntária atualmente em um dos projetos de extensão analisados nessa pesquisa, tendo auxiliado em aspectos estruturais do grupo dentro do município onde atua. Recentemente, estamos com um projeto de gravação de *podcasts* (Migracast) acerca do tema das migrações internacionais, trazendo dados, desconstruindo mitos e demonstrando a importância desse debate para a sociedade como um todo.

Mais precisamente tratando sobre como se deu o levantamento das informações e relatos para essa pesquisa junto aos projetos de extensão universitária, cabe mencionar que além das entrevistas agendadas com os representantes das universidades, pude participar de Seminários Internacionais ocorridos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), onde houve a participação de diferentes atores da sociedade civil, desde pesquisadores, os próprios imigrantes narrando suas histórias e fazendo apresentações artísticas, até líderes municipais, prefeitos, representantes de ONGs, Cátedra Sérgio Vieira de Melo, e outras instituições. É válido, portanto, salientar o quanto esses eventos podem ser importantes aliados na construção de ambientes de troca, melhorias, diálogo e integração.

Entretanto, cabe destacar, que mesmo nas universidades que compreendemos ser um lugar democrático e plural da construção de conhecimentos e projetos para a comunidade, ao longo das entrevistas também pude perceber certo desconforto ao mencionar sobre as políticas de Estado voltadas a esse público e a continuidade dos projetos. Em 2019, ano em que houve contingenciamento de verbas das universidades federais no Brasil e uma mudança nos rumos da educação no país (com grande inserção dos cursos em EAD), os representantes das universidades entrevistadas sentiam receio em afirmar categoricamente, muitas vezes, sua opinião/sensação sobre as políticas públicas voltadas a imigrantes e em manifestar sobre a continuidade das ações de seus projetos de extensão, devido à falta de recursos, à pressão por outras pautas e temas negligenciados pelo governo – e pela própria sociedade em um momento de incertezas.

Muito embora a situação tenha se mostrado instável em alguns aspectos acerca do tema no Brasil e no mundo, pode-se dizer, há diversos movimentos e instituições engajadas em promover debates e ações voltadas aos imigrantes e à garantia de direitos. Nessa linha, em 2019, pude participar de uma seleção de jovens diplomatas civis brasileiros para representar o país no *High Level Political Forum*, em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas para debater acerca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e – paralelamente a isso, dialogar acerca do tema das migrações. Segundo diplomata brasileiro que nos recebeu na Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, a pauta das migrações é hoje um dos maiores desafios das relações internacionais que carece de cooperação dos países e instituições e de um debate humanizado que oportunize o desenvolvimento para todos. Dessa forma, pude apresentar um pouco do trabalho desempenhado no Brasil e mesmo no Rio Grande do Sul pelas universidades no assessoramento aos imigrantes no que tange à integração regional e o empoderamento dos indivíduos (temas relevantes do evento que prevê que “ninguém seja deixado para trás”).

Dentre os ODS debatidos, especificamente, um dia do evento fora exclusivo para tratar do ODS 4, que estipula metas para se atingir a educação de qualidade em todo o mundo até 2030. Assim, o papel das universidades – e de modo geral, da comunidade acadêmica – é visto como crucial e estratégico para a promoção do desenvolvimento. É através da educação libertadora que podemos empoderar as pessoas a buscarem seus sonhos e identificarem suas capacidades. Além disso, é por meio da educação que formamos seres humanos responsáveis social, econômica,

e ambientalmente. Assim, a atuação das universidades e sua integração à comunidade (por meio da extensão, por exemplo), visando a solução dos principais problemas de ordem pública, é uma importante aliada dos governos dos países na busca pelo desenvolvimento sustentável.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONTEXTO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES	27
2.1 O capitalismo global <i>versus</i> a necessidade de um debate humanizado da globalização	27
2.2 O fenômeno das migrações internacionais a partir de recortes teóricos	32
2.3 Migrações Internacionais no Brasil.....	42
3 A GARANTIA DE DIREITOS PARA IMIGRANTES E O DESENVOLVIMENTO: ENTRE A EXPANSÃO DAS LIBERDADES E A ESTRUTURA.....	55
3.1 Expansão de liberdades e capacidades e a Lei de Migração.....	57
3.2 A Teoria da Estruturação e a relação com o desenvolvimento dos imigrantes ...	64
4 UNIVERSIDADES E PROJETOS DE EXTENSÃO ENQUANTO AGENTES DIANTE DO FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO	68
4.1 A escolha pelas universidades pesquisadas e os municípios onde estão inseridas	74
4.2 Caracterização e análise dos projetos de extensão das universidades gaúchas selecionadas	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A: Entrevista semiestruturada	118
APÊNDICE B: Termo de Consentimento – modelo produzido e utilizado pela autora na condução das entrevistas.....	119
ANEXO A: Livro sobre a trajetória de imigrantes de Lajeado, organizado pelo projeto de extensão da UNIVATES com apoio da Prefeitura Municipal.....	120
ANEXO B: Sumário do livro sobre a trajetória de imigrantes de Lajeado, organizado pelo projeto de extensão da UNIVATES com apoio da Prefeitura Municipal	121

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização, que se intensificou no início dos anos 1990, vem promovendo significativas transformações nas relações internacionais e na interação entre os povos, uma vez que não apenas os mercados estão interligados, mas o acesso à informação, à cultura e às pessoas – de modo geral – tem ocorrido em uma velocidade sem precedentes. Há que se concordar que o fenômeno tem propiciado certa aproximação das fronteiras – ainda que não fisicamente, é claro – mas, possibilitando a sensação de que tudo é mais próximo e/ou acessível.

No entanto, vale destacar que o objetivo da narrativa do fenômeno da globalização não é o de enaltece-lo, nem tampouco combatê-lo, mas, perceber seus reflexos e perversidades nesse momento e pensar em uma melhor distribuição de seus benefícios e conquistas, seja na área da tecnologia e produção de alimentos, de progressos econômicos, ou difusão cultural. Não se pode concordar, por exemplo, que com todo progresso científico, onde se tem capacidade de produzir alimentos para uma população bem maior que a atual, mais de oitocentas milhões de pessoas ainda passe fome no mundo; ou, o fato de haver capacidade de tratar a água e cerca de 4 mil e novecentas crianças falecerem anualmente por falta dessa água potável em âmbito global (SEN e KLIKSBURG, 2007). Há que se pensar em um desenvolvimento, a partir dessa globalização que está aí, mas que seja voltado para as pessoas, sobretudo, àquelas com maiores necessidades.

Nesse contexto, cabe pensarmos ainda sobre o fato de estarmos vivendo um dos períodos de maior fluxo migratório de pessoas da história, refletindo sobre as causas desse fenômeno, mas também as consequências e os desafios que se colocam para os países, governos e instituições em lidarem com essa situação; porém, não vendo as migrações, ou os imigrantes, como um problema a ser combatido, mas como seres humanos que são, dignos de direitos, responsabilidades e oportunidades que têm (ou deveriam ter), tal como todos os demais nacionais.

Sobre o processo migratório de pessoas no mundo, sabe-se que vem ocorrendo por diversas razões ao longo do tempo. Muitas vezes motivado por guerras ou outros tipos de conflitos e catástrofes, foi também impulsionado por razões de dominação, exploração e/ou autoafirmação de países e povos. Os motivos são diversos. No entanto, é válido destacar que, no geral, pessoas migram projetando melhorar suas condições de vida.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019), já se estabelece a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial, em que cerca de 25 pessoas são forçadas a fugir a cada minuto de seus países – número este quatro vezes maior do que na década de 1990. Assim, torna-se relevante atentar para este fenômeno e pensar suas causas e consequências, já que grande parte desses imigrantes – com origem, sobretudo, no hemisfério sul do globo – parte em busca de uma melhor qualidade de vida, sem ter muitas vezes a garantia de serem aceitos, bem recebidos no país de destino ou, ainda, sem conhecer as condições e situações que irá enfrentarão para desenvolver-se.

Dessa forma, a busca por um espaço novo que satisfaça os anseios e necessidades dos indivíduos ou grupos de indivíduos poderá ser mais ou menos difícil, bem como a posterior adaptação ao novo território – o qual é, por sua vez, dotado de novas e particulares características. Assim, mesmo com o processo de globalização – e uma ilusória massificação/homogeneização da cultura – tais migrações muitas vezes ainda causam atrito entre povos e demandam por parte dos Estados e instituições soluções práticas que visem harmonizar situações de incompatibilidade entre aquelas civilizações que partem e as sociedades que as recebem.

Nesse sentido também, Huntigton (1997) sugere: “Evitar uma guerra global das civilizações depende de os líderes mundiais aceitarem a natureza multicivilizacional da política mundial e cooperarem para mantê-la” (p. 21). Desta forma, debater sobre o tema tem sido fundamental ao longo dos últimos anos para buscar alternativas que mantenham a ordem nacional e internacional, mas, sobretudo, possam promover condições justas e humanitárias para os povos conviverem pacificamente.

De acordo com o relatório anual “Tendências Globais” (“*Global Trends*”), que registra dados sobre imigrações ao redor de todo o mundo, a partir de informações de governos, agências parceiras e da própria agência da ONU para refugiados (ACNUR), houve um total de 70,8 milhões de deslocados forçados no mundo, como resultado de perseguição, conflito, violência ou violação dos direitos humanos no final de 2018, número este registrado como o maior da história e um aumento de quase 19% se comparado com o total de 59,5 milhões registrado até 2014 (ACNUR, 2019).

Além disso, vale recordar que muitos dos povos que colonizaram o Brasil e também outros Estados, são oriundos de países considerados na época “centro do mundo”. Portanto, reconhecer que a nossa própria identidade pode ter sido construída

graças à vinda de imigrantes, em condições semelhantes aos atuais, no que diz respeito à busca por melhor qualidade de vida – se torna mais que relevante. É, pois, essencial reconhecer esta realidade, uma vez que negar ou barrar a imigração de pessoas que carecem de uma nova oportunidade de sobrevivência é como apagar a própria história.

No que tange ao Brasil, sobre as últimas décadas, foi possível perceber uma crescente procura por parte destes imigrantes para ingressarem no território nacional. No entanto, cabe destacar, que a imigração ou o deslocamento para o Brasil não é um fenômeno recente. Estudos geográficos relatam que, desde a década de 1960, já existia um fluxo de deslocamento bilateral e trilateral nas fronteiras do sul e sudeste do Brasil com Argentina, Uruguai e Paraguai. Verifica-se, portanto, uma mobilidade constante no século XX no país, sendo intensificada a partir de 1970, devido aos planos econômicos e processos ditatoriais em governos da América Latina e do aumento da fronteira agrícola nesses países (GENEROSO PAES, 2017).

Mais recentemente, além do terremoto no Haiti em 2010 que devastou o território e as vidas dos haitianos, expulsando milhares de seus nacionais para o Brasil, outros motivos também fizeram com que nas últimas décadas o país fosse alvo de imigrações provenientes de outros lugares do mundo. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006, e de 2007 a 2010) e no governo de Dilma Rousseff (2010 a 2016), por exemplo, devido ao crescimento econômico sentido nacionalmente com a implementação de planos de desenvolvimento e políticas públicas que alavancaram o crescimento econômico do país, a imigração internacional intensificou-se em suas áreas limítrofes. Assim, demonstra Generoso Paes:

De acordo com dados do Ministério da Justiça, em 2010 o Brasil tinha 961 mil estrangeiros vivendo regularmente no País, número que aumentou para 1,466 milhão em 2011 [...] a imigração cresceu 50%, em comparação com o número de imigrantes que entrou no país no ano de 2010. Atualmente, o Brasil conta com 1,5 milhão de imigrantes documentados. Entre os indicadores que justificam o crescimento desses números está a crise que atingiu a zona do euro e condicionou um aumento populacional de imigrantes vindos da Europa, América Latina [...] além da Ásia e África (GENEROSO PAES, 2017. p. 3).

Segundo estudos desenvolvidos também pelo pesquisador Uebel (2018), pode-se observar que a política externa brasileira no período favoreceu a vinda de boa parte dos imigrantes, com origem sobretudo na América Latina e África, já que o governo

brasileiro expandiu sua relação exterior com países desses continentes e por já ter um histórico cultural de migrações e acolhimento.

Além disso, nesse período o Brasil foi país-sede de megaeventos esportivos, atraindo a atenção do mundo por meio do que se convencionou chamar de *soft power* nas Relações Internacionais, isto é, como utilizar-se de sua imagem para ganhar prestígio, oportunidades e mesmo “voz” no cenário internacional – abrindo mão de utilizar força bruta/belicista, por exemplo. Segundo o pesquisador que conceituou esta expressão, o Brasil possui naturalmente uma diplomacia de *soft power*, baseada no diálogo e na negociação e ganhou visibilidade com os grandes eventos esportivos no contexto internacional (NYE, 2004). Ademais, o governo petista criou o Mais Médicos e teve substancial vinda de cubanos, tanto médicos, quanto outros profissionais, nesse período. Assim sendo, o país acabou reafirmando sua diplomacia, acolhimento e se mostrando um país “aberto” para a vinda desses imigrantes; entretanto, não se pode afirmar que o mesmo estivesse plenamente preparado para as responsabilidades e/ou políticas que deveriam ser implementadas para assegurar direitos a essas pessoas. Entretanto, esse assunto será tratado posteriormente na pesquisa. Nesse momento cabe apenas mencionar o quanto o país vinha se destacando em âmbito regional (no continente americano), mas também internacional como país-destino na opção dos imigrantes.

Não diferentemente, no Rio Grande do Sul vem ocorrendo este fenômeno das imigrações. Tal como no restante do Brasil, no início dos anos 2000, o estado possuía um fluxo estável de imigrantes internacionais. Entretanto, já nessa época o Rio Grande do Sul destacava-se por ser o principal estado brasileiro no acolhimento de refugiados de guerra e perseguidos políticos (UEBEL, 2016). Soma-se a isso o fato de ser um estado que faz fronteira com países latinos e que recebe boa parte de imigrantes destas regiões e, ainda, por ter sido colonizado por povos vindos da Europa (como Portugal, Alemanha, Itália, Holanda) durante décadas. Pode-se dizer que o estado vem convivendo cada vez mais com questões ligadas às migrações internacionais e, atraindo, portanto, boa parte desses indivíduos.¹

¹ Embora, os dados censitários de 2010 já contemplem este *boom* ocorrido nesse ano, grande parte em função da crise financeira de 2008, que acabou com muitos postos de trabalho e despencou os índices de qualidade de vida de inúmeros países ditos “centro do mundo”, este fenômeno das migrações é algo absolutamente contemporâneo, atual, que carece de atualização diária, visto que em 2013 e 2014 houve também grande número de haitianos e senegaleses migrando para o Brasil – especial para o Rio Grande do Sul – e atualmente o expressivo número de venezuelanos que estão chegando no território nacional e gaúcho.

[...] em 2000 apenas 71 nacionalidades de imigrantes eram verificadas no Rio Grande do Sul, em 2010 eram 82 e em 2014 são verificados 134 grupos imigratórios distintos, num universo de 200 nacionalidades observadas e catalogadas. Isso registra e ressalta novamente o papel de inserção do estado nas redes e na agenda internacional das migrações (UEBEL, 2016).

Tendo em vista tais apontamentos sobre imigrações para o Brasil e mesmo para o Rio Grande do Sul nas últimas décadas, o Estado brasileiro – que possui histórico de um país pacifista, acolhedor e com grande diversidade de culturas e etnias – vem precisando organizar-se de forma a estabelecer políticas que garantam direitos fundamentais aos recém chegados, visando proporcionar condições para que se estabeleçam e possam se desenvolver junto à comunidade; sobretudo, exercendo ações que visem combater casos de xenofobismo, racismo e exclusão desses imigrantes.

Entretanto, sabe-se que este processo não se dá de forma rápida ou linear, uma vez que a sociedade também se encontra em movimento e as relações entre os atores na era da globalização acontecem de forma muito dinâmica, proporcionando encontros e choques culturais. Assim, reconhece-se não só a presença do Estado na articulação com este indivíduo imigrante que chega ao Brasil. O que se tem notado, pois, é o envolvimento de outras instituições, como as universidades, por meio de projetos de extensão universitária que pretendem auxiliar – já que muitas vezes estão mais próximas às comunidades local e regional – os imigrantes a desenvolverem-se², valorizando suas potencialidades e na busca por melhores oportunidades.

Assim, retomaremos a discussão acerca do papel do Estado nessa conjuntura, tendo em vista a importância (e necessidade) de se garantir direitos e promover a interação dos povos de forma pacífica, libertadora e que possibilite o desenvolvimento como um todo, mas pretende-se aprofundar nessa pesquisa as ações que as universidades vêm desenvolvendo, por meio de seus projetos de extensão, com o intuito de assessorar estes imigrantes a integrarem-se na comunidade; isto é, auxiliando-os em diversos assuntos, como aprendizado da língua, acesso a serviços, ao mercado de trabalho, assessoria jurídica e psicológica, validação de documentos, etc.

² Desenvolvimento, nesse sentido, como pressupõe Amartya Sen (e que debater-se-á ao longo da pesquisa), através da garantia de direitos fundamentais e, conseqüentemente, expansão das liberdades e capacidades do indivíduo.

Portanto, as universidades, mais do que instituições que transmitem conhecimento, podem e devem ser vistas como agentes que se relacionam com a comunidade local em muitos outros aspectos, desenvolvendo importantes funções e criando espaços de convívio e inter-relações entre os mais diversos atores. Embora, via de regra, adote um caráter de neutralidade/imparcialidade, é papel das universidades dispor desse ambiente de debate, argumentação, crítica e reflexões acerca do mundo em que vivemos, no intuito de promover o diálogo e compartilhamento de conhecimento e soluções aos desafios e gargalos que se apresentam no país.

A educação superior tem por objetivo, segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, atualizada em 2018, (LDB 9394 Art. 43.), do Ministério da Educação, dentre outras competências estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais e prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade, dando repostas/soluções à medida do possível. Além disso, está previsto promover a extensão, aberta à participação da população, visando difundir conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para Boaventura de Souza Santos (2005), as universidades devem conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las, nesse sentido, de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural.

Assim sendo, o Art. 2º da Política Nacional de Extensão Universitária considera justamente essencial essa competência às universidades; isto é, ser capaz de desenvolver a atividade acadêmica de forma que articule o Ensino e a Pesquisa e viabilize a relação entre universidade e sociedade, de forma que propicie o debate/a implementação de questões relevantes à sociedade, ao seu desenvolvimento. Além disso, um dos objetivos estipulados nessa política é o de contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País (BRASIL, 2012).

Considerando essas atribuições previstas às universidades e sua função social dentro da comunidade – tendo como pilares, especificamente, o ensino, a pesquisa e a extensão – buscar-se-á dar ênfase ao papel dos projetos de extensão, já que, pode-

se dizer, estão mais próximos e/ou mais ligados à prática e às relações com os diferentes atores na sociedade. Nesse contexto de intenso fluxo migratório e da necessidade de se pensar alternativas para integrar os imigrantes à realidade regional, evitando ou minimizando casos de xenofobismo e dando aos mesmos condições para se desenvolverem em plenitude, universidades gaúchas³ vêm criando projetos de extensão visando acompanhar este processo global com influência no local/regional, através de atividades e práticas que abranjam e/ou solucionem problemas e dúvidas dos imigrantes.

Pesquisas científicas como a de Talayer (2017) reforçam o quanto estes atores vêm desempenhando um importante papel nesse cenário no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa, que focou nas atividades desempenhadas pelo projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria, sugere como outras universidades federais poderiam também perceber os imigrantes como beneficiários de projetos de extensão, ainda, sendo incluídos no texto da Política Nacional de Extensão Universitária no Eixo Grupos Populacionais, referenciando a necessidade de orientar ações e projetos que contemplem esse segmento entre aqueles ditos vulneráveis ou com necessidades a serem supridas. O presente trabalho, por sua vez, busca elucidar ações de universidades públicas e comunitárias, a fim de perceber similitudes, especificidades ou desafios, à medida que interagem em territórios/regiões distintos.

Dessa forma, com o fenômeno da imigração ocorrendo no mundo e, mais propriamente, no Brasil e Rio Grande do Sul, e com ele o surgimento de projetos de extensão universitária assessorando imigrantes na inserção à comunidade, justifica-se uma análise sobre estes projetos, especialmente verificando se são capazes de auxiliar no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como um todo. Para tanto, o recorte de análise se dará da seguinte maneira.

Pretende-se investigar a atuação de quatro universidades gaúchas e seus projetos de extensão: UNIVATES (projeto Vem Pra Cá), UNISC (projeto GTARI), UFRGS (projeto GAIRE) e UFSM (projeto MIGRAIDH). A escolha destas quatro universidades diz respeito, primeiramente, ao seu caráter heterogêneo e enriquecedor nessa conjuntura, já que instaladas em regiões diferentes, possuem cenários, atuações e talvez demandas regionais distintas. Assim, o objetivo é justamente este,

³ Gaúcha é uma denominação dada a coisas, pessoas, instituições de origem no Rio Grande do Sul.

captar como tem sido essa experiência, bem como as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos, percebendo semelhanças nas atuações e singularidades também.

Ainda, reconhecer o papel importante da universidade neste contexto e seu diferencial de estar, muitas vezes, mais próxima à comunidade local/regional é um dos motivos que sustentam essa escolha para análise. Sabidamente, outras redes de cooperação existem e poderiam ser investigadas a partir da chegada desse imigrante, como movimentos religiosos, ONG's, etc. No entanto, uma vez que projetos de extensão estão no cerne das atribuições de uma universidade – sendo esta incumbida e capaz de atender e levar à comunidade ensinamentos, ao mesmo tempo que, reciprocamente, aprende com ela – entende-se que este movimento que vem acontecendo no Rio Grande do Sul carece de atenção e investigação no âmbito do Desenvolvimento Regional.

Além disso, reconhece-se o caráter plural das regiões e culturas no estado do Rio Grande do Sul, o qual foi colonizado por povos de muitos países, e desde sempre precisou lidar com questões relacionadas às migrações, à diferença e à integração. Assim, admitindo a presença de influências culturais na região e dessa riqueza que advém com a miscigenação, justifica-se pensar sobre a integração desse imigrante internacional com a sociedade, percebendo como tem se dado essas relações e os atores que surgem nesse processo em uma tentativa de mediar/auxiliar no acesso a serviços, direitos e à própria língua que lhe é exótica.

Sendo assim, a problemática construída, a partir de diversas questões norteadoras, que estimularam a reflexão acerca deste fenômeno global com impacto no regional e que irá guiar esta pesquisa é: Como universidades do Rio Grande do Sul, a partir de seus projetos de extensão, configuram-se como agentes capazes de auxiliar a integração do imigrante com a comunidade que o acolhe?

O objetivo geral, por sua vez, é compreender de que forma as universidades do Rio Grande do Sul, a partir de seus projetos de extensão, configuram-se como agentes no processo de integração do imigrante com a comunidade local/regional. Como objetivos complementares/específicos tem-se: analisar como as ações de extensão de universidades gaúchas têm sido construídas e desenvolvidas; compreender quais são as estratégias utilizadas nas universidades no processo de integração dos imigrantes internacionais com a comunidade local e regional, bem como os principais desafios sentidos nesse processo; verificar como as demandas dos imigrantes chegam às universidades analisadas; elucidar qual a

percepção/relação dos demais atores sociais envolvidos sobre a atuação da Universidade no processo de integração dos imigrantes.

Considerando estes pressupostos e tendo em vista o surgimento de projetos de extensão universitária como agentes nesse processo de inserção do imigrante à comunidade e o dinamismo das relações entre o local e o global, sentido, sobretudo, a partir da intensificação do fluxo migratório nos últimos anos, e as perversidades muitas vezes a que são expostos na tarefa árdua que é a chegada e adaptação ao novo território, a escolha que parece melhor apropriada para guiar o olhar nessa pesquisa, em um sentido de perceber as reações a este processo e o surgimento de agentes que participam e articulam nessa jornada dos imigrantes, como, no caso, as universidades, é a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens.

Assim, brevemente destacando alguns pontos de sua obra, Giddens compreende que o domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não deve ser a experiência do ator individual, nem tampouco a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas em um determinado tempo e espaço (GIDDENS 2003). Com isso, busca compreender a dinâmica na sociedade e entender a “reflexividade” a certos fenômenos, que culminam – a partir do monitoramento do fluxo da vida social – em organizações e interações entre os indivíduos e os atores/agentes e instituições que compõem o ambiente. Giddens, entende essa sociedade, portanto, como composta por múltiplos sistemas sociais que podem ser totalmente internos a ela ou não; isto é, não necessitam de demarcação física ou finalizada para interagirem.

Desta forma, acredita-se que este método pode propiciar uma visão acerca das ações que emanam da organização dos indivíduos em resposta a eventos, acontecimentos e/ou interações que surgem na sociedade, levando em consideração a questão espaço-tempo, tendo em vista sempre a dinamicidade e especificidades que existem em cada contexto de análise.

Devido à complexidade, portanto, das relações que se estabelecem no contexto elucidado por esta pesquisa, o levantamento das informações que sustentarão a análise necessita, também, de um olhar interdisciplinar.

Por isso, esta pesquisa estará fundamentada, inicialmente, em uma análise bibliográfica, isto é, observando obras que já trabalham o tema e/ou os sub-temas pertinentes ao assunto como a globalização, a ideia de desenvolvimento, a crise de refugiados no mundo, o papel das universidades no âmbito regional, etc.;

posteriormente, a pesquisa documental servirá como um alicerce para embasar e certificar as informações, como, por exemplo, sites de universidades e como estão estruturados seus projetos de extensão em apoio aos imigrantes, bem como leis e políticas migratórias nacionais, relatórios de organizações nacionais e internacionais sobre o assunto das migrações; e por último, será apresentada análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes das universidades e projetos de extensão, com vista a compreender o que está sendo executado, com qual finalidade e os resultados já obtidos a partir dessa atuação.

O olhar sobre a conjuntura das migrações internacionais e o surgimento de diversos projetos de extensão universitária no Rio Grande do Sul, como respostas a este problema da inserção à comunidade e a garantia de direitos fundamentais ao imigrante será feita através de uma análise temática de conteúdo, priorizando as seguintes categorias de análise: imigração internacional, extensão universitária e integração local/regional. Assim, o propósito da pesquisa ao relacionar estes temas é o de trazer luz a esse assunto das migrações internacionais no âmbito local/regional, destacando a presença de novos agentes – como as universidades – no complexo processo de integração dos imigrantes à comunidade e, sobretudo, corroborar a importância de garantir direitos fundamentais para o pleno desenvolvimento.

2 CONTEXTO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES

Nesse capítulo serão discutidos alguns pontos acerca do processo de globalização e seus reflexos, sentidos, mais fortemente, a partir da década de 1990 e suas principais consequências; sobretudo, percebendo as mudanças na sociedade (tanto positivas quanto negativas) e o longo caminho que se pretende construir em relação às condições de vida dos mais necessitados – e dentro deste grupo, os imigrantes. Isto é, como usar dos benefícios advindos da globalização para promover o desenvolvimento dos seres humanos – e, nesse caso, desenvolvimento enquanto qualidade de vida, de terem condições de projetarem-se, plenos de seus poderes e direitos, para buscarem aquilo que acreditam e almejam.

Para tanto, serão debatidos conceitos trazidos por diversos pesquisadores e documentos de instituições e organizações internacionais para tratar sobre a crise migratória atual e como os países têm lidado com ela. Cabe destacar que para a autora o processo migratório não se trata de um problema – como é referido na mídia muitas vezes –, mas como algo inerente ao ser humano, sua capacidade de escolha, de sobrevivência, etc. Assim, tomando como exemplo alguns governos brasileiros e políticas que – acreditamos – possam auxiliar na humanização deste processo de integração, pretende-se elucidar esse assunto, considerando o momento inclusive que o Brasil registra grande entrada de imigrantes venezuelanos, com pedidos de abrigo e refúgio.

2.1 O capitalismo global *versus* a necessidade de um debate humanizado da globalização

O mundo como o conhecemos atualmente vem se modificando com certa velocidade nas últimas décadas, no que tange à revolução das técnicas/tecnologia e, junto desta, uma revolução também no campo da informação e do capital (SANTOS, 2000). Tais mudanças advindas desse capitalismo global no acesso à informação possibilitaram, segundo David Harvey (1992), certa “compressão do tempo-espaço”, transformando as práticas político-econômicas e influenciando aquelas de ordem social e cultural, uma vez que aproximou países e suas distintas populações a conviverem em um espaço – ainda que por vezes cibernético. Este fenômeno da globalização passou a fazer parte das discussões de forma mais intensa no período

pós Guerra Fria, isto é, no final do século XX. Havia então um novo contexto para se pensar as relações entre os Estados, seus povos e instituições internacionais. A antiga concepção do mundo como ideologicamente bipolar havia entrado em desuso; a nova realidade apresentada é, portanto, mais interdependente e complexa.

Para Milton Santos (2000), no entanto, as percepções sobre esta nova conjuntura podem ser distintas e até mesmo confusas, dependendo da perspectiva de quem está analisando e do contexto em que está inserido. Sabidamente, o avanço da tecnologia permitiu conexões inimagináveis de forma muito veloz e com os lugares mais longínquos que se tem conhecimento. Tal aproximação, em contrapartida, é muitas vezes confundida com uma homogeneização das culturas, pressupondo a existência de uma única cultura como universal e a extinção, portanto, de particularidades, e mesmo identidades, regionais e/ou territoriais.

Além disso, a globalização do capital, da transnacionalização de empresas e organizações, que “aproximou” pessoas e Estados e que referenciamos aqui, não se trata de um fenômeno absolutamente novo, pois, vem ocorrendo há milhares de anos de muitas outras formas – e nem sempre do Ocidente para o Oriente. Seja através de viagens, do comércio, da própria migração de pessoas, da difusão de influências culturais e da disseminação do conhecimento e do saber (inclusive científico e tecnológico), pode-se considerar que já havia um processo de globalização – não tal como entendemos atualmente, é claro.

Segundo Sen e Kliksberg (2007):

A alta tecnologia do mundo do ano 1000 incluía o papel, a tipografia, a balestra, a pólvora, a ponte suspensa por corrente de ferro, a pipa, a bússola, o carrinho de mão e a ventoinha giratória. Mil anos atrás, esses itens eram amplamente usados na China – e totalmente desconhecidos em qualquer outro lugar. A globalização tratou de espalhá-los por todo o mundo, inclusive pela Europa. Um movimento similar ocorreu na influência do Oriente sobre a matemática do ocidente. O sistema decimal emergiu e tornou-se bem desenvolvido na Índia entre os séculos II e VI e passou a ser usado por matemáticos árabes logo depois. Essas inovações matemáticas chegaram à Europa principalmente no último quarto do século X e passaram a exercer um impacto sobre os primeiros anos do milênio passado, desempenhando um papel importante na revolução científica que ajudou a transformar a Europa (p. 18-19).

Desta forma, como aponta o autor, não se deve, obviamente, negar ou tentar barrar a globalização (e com ela a difusão da ciência e do conhecimento), mas justamente entender que esta pode ser bastante útil, se estiver a serviço de todos. Milton Santos (2000) averigua, por sua vez, os contrastes produzidos pela

globalização, quando esta não está a serviço de todos – sobretudo dos mais necessitados – trazendo o que chama de fábrica de perversidade, pois, demonstra dados alarmantes sobre a fome, por exemplo, que deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente, atingindo oitocentas milhões⁴ de pessoas espalhadas por todos os continentes exatamente em um momento que vivemos uma era de alta tecnologia e produtividade em alimentos. Não se trata, pois, nesse caso, da produção de alimentos, mas da distribuição e/ou do acesso à população.

Alinhado a isso, o autor demonstra que mesmo com os progressos da medicina e da informação, deveria haver uma redução substancial dos problemas de saúde e, no entanto, destaca que cerca de quatorze milhões de pessoas morrem no mundo todos os dias, antes do quinto ano de vida. Santos destaca ainda que cerca de dois bilhões⁵ de pessoas sobrevivem sem água potável e que nunca houve na história um número tão grande de deslocados e refugiados pelo mundo. O fenômeno “dos sem teto” é, para o autor, hoje um fato já considerado banal pela sociedade, já que está presente em todas as grandes cidades do mundo. Dessa forma, o que se percebe é que a pobreza assim como o desemprego agora são considerados como algo “natural”, inerente ao próprio processo de globalização (SANTOS, 2000).

Amartya Sen e Bernardo Kliksberg, no livro *As Pessoas em Primeiro Lugar: A Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado* de 2007, também discutem esse paradoxo de falta de alimentos e água em um universo abundante de recursos e tecnologias que assessoram governos, empresas a desenvolverem-se. Para os autores: “o ponto central é como fazer um bom uso dos formidáveis benefícios do intercuro econômico e do progresso tecnológico de maneira a atender de forma adequada aos interesses dos destituídos e desfavorecidos” (p. 23). Portanto, o mérito não é debater se se é antiglobalista ou pró-globalização. A ideia por trás disso é mais importante. Isto é, a quem ela beneficia? Como seria possível compartilhar os avanços conquistados de forma a beneficiar o todo e não apenas pequenos grupos detentores de tecnologia e/ou capital. Ainda, segundo os autores, o capitalismo global está muito

⁴ Embora essa citação de Milton Santos seja do início dos anos 2000, relatórios da FAO – agência da ONU – de 2017 demonstram que este número vem aumentando e que atualmente mais de 820 milhões de pessoas passam fome no mundo: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>

⁵ Um levantamento de 2019 publicado pela ONU demonstra que esse número segue atual. Uma em cada três pessoas não tem serviço de água potável gerenciado de forma segura e cerca de 4 bilhões não têm acesso a esgotamento sanitário seguro: <https://nacoesunidas.org/onu-1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>

mais preocupado em expandir o domínio das relações econômicas/de mercado do que, por exemplo, estabelecer ou fortalecer democracias, através do acesso à educação e incrementando oportunidades para as pessoas em situação de vulnerabilidade social (p. 28).

George Martine ressalta, nesse sentido, os sonhos e desafios vividos pelo imigrante nesta era de globalização, grandes fluxos de mercadorias, tecnologias e prosperidade econômica:

Nos dias de hoje, o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou do país. Seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor. Entretanto, a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras [...] O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas (MARTINE, 2005. p. 3)

Essa aproximação de fronteiras, mercados e culturas permitida pela globalização, influencia o olhar e perspectivas das pessoas migrantes também, como demonstra Martine em sua obra. A “Globalização Inacabada”, como chama, não é equitativa e/ou linear para todos; não há uma cartilha a ser seguida, como pressupunham os neoliberais, por exemplo; e o resultado disso é um aumento de disparidades econômicas e estruturais entre aqueles que desfrutam desse bem-estar e dos que não são convidados à participarem do gozo desses benefícios.

Para Touraine (2011), é necessário repensar e, se possível, reconstruir a vida em sociedade, sobretudo, dando um basta à dominação econômica e recuperando a ideia dos direitos fundamentais do homem e da dignidade. Milton Santos (2000), corrobora destacando a necessidade do indivíduo e das sociedades no geral, deixarem de ser tão individualistas para pensarem e organizarem-se enquanto comunidade socialmente construída, de dentro para fora, com vista a atender objetivos comuns, a partir de suas próprias potencialidades – sem desmerecer o caráter da totalidade, isto é, que sempre existirá essa interdependência entre o local e o global, já que não existe o todo sem as partes, nem as partes sem o todo.

Nesse contexto, Bauman (2017) também alerta para o problema em o ser humano tratar questões humanitárias com total indiferença, visto que isso apenas acentua o medo, a insegurança e a segregação quando há um contato com situações

como essas. Para o autor, “A humanidade está em crise – e não existe outra saída para ela, senão a solidariedade dos seres humanos” (BAUMAN, 2017. p. 24).

A ideia por de trás de um debate mais humanizado sobre a globalização, cabe dizer, vai além de uma discussão sobre renda, simplesmente, que será debatida posteriormente quando se pensa em expansão das capacidades do indivíduo. Compreende-se que existe sim muita pobreza no mundo atualmente, porém, mais perverso que isso é a desassistência aos grupos/classes mais vulneráveis e às condições a que são expostos, isto é, não podendo participar e gozar plenamente de seus direitos e dos recursos e benefícios advindos do processo de globalização, como o incremento da produção de alimentos, e progressos na área de tecnologia e saúde, por exemplo (SEN & KLIKSBURG, 2007).

Assim, diante destas breves considerações acerca do fenômeno da globalização, suas consequências e os desafios que são lançados para um debate mais humanizado, propõe-se analisar a questão dos imigrantes internacionais – deslocados, refugiados de guerras ou imigrantes econômicos – e a comunidade local que recebe os indivíduos, dando visibilidade a novos atores não estatais (como é o caso das universidades) que vêm surgindo de forma a contribuir no processo de realocação e integração dos mesmos.

Segundo Ferracini (2017):

o Estado não é mais o único local da soberania (e da normatização que a acompanha), nem tampouco o sujeito exclusivo do direito internacional. Outros atores — organizações não governamentais, minorias, organizações supranacionais etc. — emergem como sujeitos do direito internacional e como atores das relações internacionais. E nesse cenário é fundamental o mapeamento dos agentes operantes, e assim analisar as narrativas da globalização, em relação às políticas migratórias, no sentido de ressaltar os conflitos geopolíticos inerentes que marcam contextos concretos e históricos das nações e das regiões, principalmente decorrentes de projetos relacionais espaciais estratégicos (p. 4).

Desta forma, serão feitos alguns debates acerca do tema nos próximos capítulos, trazendo significados/conceituações, dados de organizações e referencial teórico a partir de obras de pesquisadores do assunto, além de uma breve contextualização brasileira e os posicionamentos dos governos para compreendermos como está a situação atualmente e avançarmos no debate sobre a garantia dos direitos a esses indivíduos e o papel que as universidades – através da extensão – vêm desempenhando, sobretudo, no estado do Rio Grande do Sul, com análise empírica através dos relatos e entrevistas.

2.2 O fenômeno das migrações internacionais a partir de recortes teóricos

Para compreender o contexto migratório é importante delimitarmos o que se entende como migrações internacionais e como este fluxo (que ocorre há milhares de anos) vem se estabelecendo no mundo contemporâneo, bem como as reações a este processo. Em um segundo momento, perceber também como o Brasil tem sentido e se organizado em relação a este número cada vez mais significativo de imigrantes chegando ao país⁶.

Para tanto, se faz necessário elencar alguns tópicos acerca das teorias de migrações internacionais para delimitar este campo de análise e os conceitos que serão trabalhados nessa pesquisa. Primeiramente, é preciso mencionar que durante muitos anos este foi um tema subalterno das ciências sociais. Apesar de se tratar de um fenômeno histórico e de relevância, acabou sendo marginalizado durante muito tempo, mesmo entre o final do século XIX e início do século XX, com a Revolução Industrial em pleno andamento, o êxodo rural, as movimentações transoceânicas, este tema parecia poder ser explicado por outros fatores e teorias da época, ou simplesmente como uma consequência “natural” desse processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e da urbanização.

Entretanto, o fato de não ter sido apropriada/dominada por nenhuma ciência ou autores específicos, fez da migração um campo interdisciplinar de análise, uma vez que perpassa reflexões de natureza econômica, social, geográfica, psicológica, entre outras. Pode-se dizer, por exemplo, que a imigração importa para as discussões de ordem demográfica, já que interfere nas populações de origem e destino; além disso, se relaciona com a parte econômica, novamente, por interferir tanto no território de onde partem quanto naquele para onde migram (seja através do envio de divisas, seja contribuindo através de impostos, produtos, comércio, etc.); relaciona-se também com questões de ordem política e institucional, pois podem haver e serem construídas restrições e/ou condicionantes aplicáveis aos recém chegados no país; envolve a psicologia social, no sentido de que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso ou fracasso com que se integra na sociedade de

⁶ Estima-se que a população de imigrantes no Brasil seja de pouco mais de dois milhões atualmente, cerca de 1% de sua população total.

destino; e pode ser também uma questão de análise sociológica, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (PEIXOTO, 2004).

Se voltarmos aos clássicos, poderemos visualizar diferentes interpretações acerca do tema. Para Malthus, por exemplo, a migração era vista quase como algo natural naquelas sociedades que gozavam do crescimento econômico, uma vez que acreditava e defendia a tese de que a população cresceria sempre em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar tecnologias e, por último, alimentos crescia em ordem aritmética. Haveria, portanto, um descompasso e as populações que não gozassem desta plena prosperidade que o “Novo Mundo” possibilitava, acabariam migrando para outros centros, em geral, grandes cidades e urbanizadas (SASAKI & ASSIS, 2000).

Marx, por sua vez, discordava de Malthus no aspecto sobre a naturalização de um fenômeno que, em tese, poderia ser evitado. O pesquisador alemão desenvolveu pesquisas que afirmavam a existência de um “exército de reserva” sempre que o capitalismo julgava necessário; isto é, que haveria um crescimento do uso de trabalhadores temporários em países europeus propositalmente (como averiguou na França, Alemanha e Suíça) através da cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de movimentos de cercamentos (*enclosures*), autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração (SASAKI & ASSIS, 2000).

Já, para Durkheim a migração era vista como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais, mantidas juntas pelos laços de solidariedade mecânica. A transição para a solidariedade orgânica, que se baseava numa divisão social de trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou colapso do sistema de valores comuns, que, por fim, resultaria na desintegração social e poderia levar a consequências patológicas; tais como o crime, suicídio e outros conflitos sociais (SASAKI & ASSIS, 2000).

Max Weber, por sua vez, percebia a migração de forma menos definida. Embora estivesse concentrado como os demais em compreender o fenômeno da Revolução Industrial e suas consequências, o pesquisador estava impressionado com os efeitos desintegradores e notava a importância da religião, nesse sentido, pelo que chamou de “ética protestante”, reconhecendo como condição necessária para acumulação de capital e para impor um código de disciplina sobre a força de trabalho.

Weber compreendia a migração, portanto, como um fator incidental, que criava novas classes sociais e grupos de status étnicos.

Um dos primeiros autores a tratar especificamente sobre o fenômeno das migrações ainda no século XIX, pode-se dizer um precursor no tema, foi Ravenstein. O autor tentou empreender em sua obra datada de 1885, “As leis da Migração”, um estudo mais aprofundado daquele que se vira até então. Analisou na época as migrações no Reino Unido, demonstrando a multiplicidade de fatores que predispunham e/ou influenciavam as pessoas a migrarem.

Condições de transporte, educação, o hábito de viajar, a procura de trabalho, a construção de uma nova fábrica, o surgimento de nova mina, são elencados no texto como alguns dos motivos que propiciaram as primeiras migrações. No entanto, o próprio Ravenstein confessa que foi o comentário do “falecido Dr. William Farr”, a afirmar que “a migração parece ocorrer sem qualquer lei definida”, o que explica o interesse do autor sobre o tema e que, de alguma maneira, essa afirmação possa ser retomada não para desqualificar as tentativas de apreensão do tema, mas para chamar atenção para a multiplicidade de motivos geradores das migrações (ZANFORLIN, 2013. p. 163).

Com a intensificação, entretanto, ao longo do século XX do fluxo migratório, marcado pela vinda de imigrantes europeus para a América, que se consolidava como um continente a ser explorado e desenvolvido, e como oportunidade para muitos que viviam na miséria em seus países de origem, esse tema foi ganhando cada vez mais relevância entre as discussões nas ciências sociais e possibilitando novas formas de abordagem e “atualização” do formato, dos porquês, causas e consequências. Além disso, por ter sido um século marcado pelas duas grandes Guerras Mundiais, houve um número recorde de refugiados que precisaram migrar para sobreviver. Já naquela época – cabe salientar – essa pauta estava presente em organismos internacionais como a ONU, uma vez que a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados após a Segunda Guerra Mundial. Esse marco global definia quem era refugiado e esclarecia os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhiam. O fundamento legal que está nos pilares do trabalho do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) permitiu que a agência ajudasse milhões de pessoas deslocadas a recomeçarem suas vidas. Atualmente, a Convenção continua sendo uma referência internacional para a proteção dos refugiados (ONU, 2019).

Tratando, especificamente, sobre as novas teorias de migrações internacionais que surgiram de forma mais específica no século XX, iremos apontar algumas nessa pesquisa, mas sempre salientando que não se considera apenas uma como sendo completamente eficaz para explicar o fenômeno migratório. Existem as correntes que analisam de forma macrossociológica (considerando as superestruturas como forças que coagem ou forçam grupos a migrarem) e as que interpretam o fenômeno com abordagem microssociológica (isto é, a partir do indivíduo, de sua capacidade de escolha e decisão frente a outras possibilidades). Sobre esta última, Peixoto (2004) delimita: “por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão [...] é a racionalidade individual [...] que promove a decisão de mobilidade” (p. 13).

Pode-se destacar, portanto, duas teorias que tratam de analisar a escolha do indivíduo isoladamente. A primeira a teoria do *push-pull*, da Escola Neoclássica, que considera o indivíduo como um agente racional que visa à migração como opção para melhorar de vida. A escolha por migrar, portanto, considera racionalmente a relação de custo-benefício dessa ação; isto é, se os benefícios e as possibilidades para melhorar o bem-estar e as condições materiais de vida forem maiores que os custos de permanecer no país onde se encontra, então, se decide pela migração (FIGUEIREDO, 2005).

Na teoria do capital humano, a análise da escolha do indivíduo racional a partir de informações para uma melhor qualidade de vida se mantém, porém a perspectiva de tempo se difere da anterior. Na teoria do *push-pull* a escolha é feita em cima de cálculos racionais que consideram resultados imediatos ou em curto prazo; para a teoria do capital humano, a escolha por migrar leva em consideração os resultados de longo prazo. “Esse descolamento de tempo permite, também, o deslocamento da unidade de análise, deslizando-se do indivíduo para a família”. Entretanto, a aplicação continua sendo de caráter microssociológico, uma vez que a preocupação teórica maior é a identificação das influências que motivam o indivíduo ou a família a migrar (LACERDA, 2014. p. 4).

Cabe mencionar, ainda, que as decisões não serão influenciadas somente pelo fator econômico dos indivíduos e dos países que pretendem migrar. Há, nesse emaranhado de sentimentos e preocupações, questões relacionadas à cultura, religião, língua, políticas migratórias, redes de apoio, etc. que se relacionarão constantemente com os indivíduos e que faz com que levem em consideração nessa tomada de decisão.

Além dessas teorias que focam nas motivações dos imigrantes, outra que se coloca em uma abordagem microssocial, porém não necessariamente pensando as causas, mas o processo de integração e assimilação cultural desse estrangeiro é a Escola de Chicago. De fato, “a contribuição da Escola de Chicago, [...] foi que ela se constituiu enquanto um referencial para os estudos migratórios, uma vez que transformou o tema da migração num problema sociológico” (SASAKI & ASSIS, 2000, p.16). Cabe ressaltar ainda que diversos autores da Escola de Chicago tiveram influência de outro pesquisador do século XIX, George Simmel. Simmel escrevera sobre as migrações ocasionadas pelo êxodo rural – com destino às metrópoles – e sobre esta quebra de vínculo com a origem, as raízes e a cultura de certa forma. Escreveu uma obra em 1908, denominada “O Estrangeiro”. O principal ponto e que influenciou pensamentos e reflexões foi o fato de que esta figura do estrangeiro merecia análise particular do que representava ao chegar em uma nova sociedade – e por isso influenciou a Escola de Chicago que estuda o processo de assimilação cultural, discriminação, formação de guetos, resistência, etc. (ZANFORLIN, 2013).

Já, sobre as teorias macrossociológicas, que consideram muito um viés econômico estruturante de tomada de decisão, como pressupunha escritos de Marx:

O mais importante [...] não é centralizar a ação racional individual do migrante e, logo, buscar analisar motivações individuais e isoladas que o levaram a migrar. Pelo contrário, é de fundamental importância compreender a estrutura no qual o indivíduo se insere e os estrangimentos que criaram a opção do ato migratório (LACERDA, 2014. p. 6).

Para esta teoria, a ideia defendida é que as diferenças geográficas de mão de obra e salários ditarão e influenciarão os países e as populações a tenderem para abertura de polos de migrações. Um país com grande oferta de mão de obra em detrimento de capital, por exemplo, pagará salários mais baixos e influenciará a população a emigrar. O contrário ocorreria em países com potencial de trabalho e pouca mão de obra a receber imigrantes. Assim, neste cenário, o que ditaria a mobilidade seria a lei de oferta e demanda de trabalho, mão de obra e salário e, em contrapartida, a possibilidade de pessoas migrarem para preenche-las (MASSEY et al., 1993).

Sendo assim, pressupondo tantas análises, do micro ao macro, e levando em conta os múltiplos motivos que levam pessoas a migrarem, reiteramos que dependendo do momento, do território em questão, do tipo de imigrante (se solteiro, com filhos, família, etc.) as variáveis que irá levar em consideração poderão ser

distintas e influenciarão sua decisão. Uma série de fatores locais pode fazer com que o indivíduo tome essa decisão; assim como poderá ser influenciado por fatores externos, por projeções de melhor qualidade de vida, por desejo de consumo ou padrões de vida distintos. Além disso, o processo de integração ao novo território também poderá ser distinto e contará com diferentes relações, agentes, rupturas, assimilação e concessões.

Entende-se, nesse sentido, a imigração como um processo que tanto as grandes estruturas quanto o imigrante estarão agindo e reagindo nesse complexo cenário. Tanto poderão os imigrantes tomarem suas próprias decisões e afetar a estrutura vigente (em seu território e no território de destino), quanto as estruturas afetarem suas vidas e os levarem a tomar decisões. Desta forma, a reorganização/reestruturação da sociedade, das instituições e mesmo de suas vidas deverá acontecer a partir da interação destes agentes – e outros que podem vir a influenciar ou participar no território local e nesse processo de integração.

Por fim, cabe dizer sobre o conceito de migrações internacionais que será utilizado nesse trabalho que o mesmo tem influência também na ideia trazida no glossário do curso “Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo”, concebido por meio de uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Defensoria Pública da União (DPU). A ideia acerca da expressão “migração internacional” pressupõe, em última análise, os movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, em outro país. Consequentemente, esse processo tratado na pesquisa implica a transposição de fronteiras internacionais.

Entretanto, diferentemente da viagem motivada pelo turismo, o migrante almeja permanecer (de forma temporária ou permanente) por um período significativo e/ou criar laços/vínculos no chamado país de destino ou de acolhimento. Desta forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda definir como migração a permanência de uma pessoa em um lugar de destino a partir de um ano ou mais, pois, compreende a estadia por um período menor como uma visita temporária.

No Brasil, segundo a Lei de Migração – Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017 – o imigrante é “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”.

Contribuindo sobre os motivos que levam pessoas a migrarem, segundo a Organização Internacional para as Migrações, pessoas podem migrar seguindo seus laços afetivos, seja para se reunir com familiares que estão residindo em outros países, ou para confrontar uma insatisfação com a vida que levam em seu país de origem, ou, ainda, em busca de oportunidades de trabalho, de acesso a direitos fundamentais, de conhecimento e contato com uma nova cultura, ou para garantir sua sobrevivência diante de perseguições das mais diversas – sejam elas políticas, religiosas, raciais, por sua orientação sexual etc. – nos seus países de origem ou de residência anterior, e/ou até mesmo fugindo de catástrofes naturais (OIM e DPU, 2018). Assim, segundo dados de janeiro de 2018 da Organização Internacional para as Migrações, a estimativa é de que aproximadamente 258 milhões de pessoas residam em países diferentes daqueles em que nasceram.

Desta forma, a percepção que se tem nos últimos anos é que a imigração internacional “explodiu” como o grande assunto e problema a ser combatido no mundo: há conflitos no norte da África, nos países do Oriente Médio e Ásia que expulsam nacionais, crises financeiras entre os países desenvolvidos (EUA e Europa principalmente) que levaram pessoas a migrarem e, mais recentemente, migrações em massa na América Latina devido à forte crise econômica e política na Venezuela. Cada um desses problemas em diferentes continentes e, obviamente, com suas especificidades, acabam traçando um panorama difícil no contexto internacional, sobretudo àquelas populações ditas mais vulneráveis econômica e socialmente.

Somam-se a essas crises, os desastres climáticos (como o terremoto no Haiti em 2010 e recentemente o ciclone Idai que atingiu países na África) e a Primavera Árabe que também têm expulsado pessoas e/ou colocado em situação de perigo e vulnerabilidade muitas famílias e grupos de indivíduos. Especificamente, tratando sobre esse tipo de imigração – provocada pelas mudanças climáticas e catástrofes da natureza – pode-se afirmar que o número é cada vez maior de pessoas afetadas, devido ao constante mau uso do meio ambiente e recursos naturais, aumento da emissão de gases nocivos e uma despreocupação e obscurantismo quanto à desacreditar no aquecimento global e nas práticas que devem ser revistas e evitadas para conter o acelerado derretimento das geleiras e morte de seres vivos que equilibram o ambiente. Além disso, muitas doenças como dengue, malária, cólera, febre amarela e hantavírus tendem a se propagar – tendo em vista o processo de aquecimento global, que aumenta a temperatura e a incidência de chuvas, por

exemplo – pelos mais diversos continentes, provocando mortes e expondo as populações a cenários devastadores em que precisam, muitas vezes, deixar seus lares para sobreviverem (SEN & KLIKSBURG, 2007).

Desta forma, reconhecendo os diversos motivos que têm levado pessoas a migrarem, é importante afirmar que não há, simplesmente, como traçar um único perfil das milhões de pessoas que residem hoje fora dos seus países de origem ou um estereótipo físico do migrante. Migrantes são mulheres, são homens, são pessoas que não se identificam com os gêneros feminino e masculino; podem ser crianças, jovens, adultos e idosos; migrantes são pessoas sozinhas ou acompanhadas de seus familiares e/ ou amigos; podem ser católicos, budistas, judeus, muçulmanos; podem ser do hemisfério Sul, ou hemisfério Norte; podem ser estudantes, trabalhadores ou também aposentados. Migrantes podem ser qualquer um de nós em algum momento da vida, por curiosidade, necessidade, insatisfação ou vontade de buscar algo novo.

Nessa conjuntura, ocorre que grande parte dos Estados escolhidos como destino de imigrantes internacionais adota políticas migratórias restritivas e seletivas que dificultam ou impedem o ingresso de determinadas pessoas em seus territórios. Especialmente daquelas que não possuem nenhum vínculo – como o matrimônio com um cidadão ou a matrícula em uma universidade, escola, etc. ou vínculo empregatício – que justifique e permita a sua permanência, ainda que provisória, no país (OIM e DPU, 2018). Entretanto, há países também que estimulam os movimentos migratórios adotando políticas de atração de trabalhadores, pesquisadores internacionais, etc.

Quanto às barreiras e restrições – que podem ser até mesmo físicas, com fronteiras vigiadas ou como os muros construídos na intenção de separar os imigrantes dos seus destinos – estas, no entanto, não impedem que muitos se arrisquem em meios de transportes e trajetos muitas vezes inseguros na tentativa de viver em um país diferente. O resultado é, cotidianamente, noticiado nas manchetes de jornais de todo o mundo: são milhares de pessoas que perdem suas vidas durante o percurso migratório; tendo casos e imagens que viralizaram, como a do menino sírio que tentava pelo mar fazer a travessia junto de seus pais e acabou sendo encontrado morto em uma praia turca, após embarcações naufragarem. A OIM calcula que, desde o ano de 2000, aproximadamente 60.000 imigrantes tenham perdido suas vidas antes mesmo de alcançar o seu destino (OIM e DPU, 2018).

Além disso, a questão do tráfico humano é bastante preocupante em todo o mundo. Na esperança de conseguirem fugir e buscar um novo território, muitos

imigrantes acabam confiando suas vidas a grupos que se dizem especialistas nessa travessia e que prometem trabalhos, não somente o ingresso no país. A verdade é que muitas vezes investem os últimos recursos financeiros que possuem e acabam por não conseguir documentação adequada e serem deportados ou presos no país de destino.

Sobre essa situação, por exemplo, dos que conseguem chegar ao país de destino, mas que lá tem seu ingresso impedido, por diferentes razões, como a falta de um documento de viagem válido ou de um visto, no Brasil entre os anos de 2006 e 2017, 51.068 pessoas foram inadmitidas nas fronteiras, isto significa que chegaram até o país, mas não estavam aptas a permanecerem no território brasileiro e precisaram retornar às suas origens (OIM e DPU, 2018).

Desta forma, tendo em vista um cenário regido por legislações migratórias seletivas, que apresentam escassas possibilidades de concessão de vistos de residência, para muitas pessoas, a única via de acesso aos países de destino é o ingresso e permanência sem a autorização do Estado. Assim, um número significativo de pessoas ingressa e permanece nos países de destinos sem portar qualquer visto ou portando um tipo de visto inadequado ao seu propósito de estadia.

Para se ter ideia desse contingente sem documentação correta/específica a OIM destaca que nos Estados Unidos, por exemplo, a estimativa é de que, em 2016, 11,3 milhões de pessoas residiam no país como imigrantes não documentados, muitos exercendo suas profissões, buscando oportunidades de estudos e cursos, consumindo e fomentando a economia através do pagamento de impostos (OIM e DPU, 2018). Vale destacar que a expressão utilizada nessa pesquisa para os imigrantes que permanecem sem o devido reconhecimento do Estado em seu território é “não documentados”, diferentemente do que muitas vezes é veiculado na mídia ou pelos governos como imigrantes ou sujeitos ilegais. A explicação para isso é que o ato de migrar não é um delito, pelo contrário, é ato comumente praticado pelo ser humano e que vem acontecendo ao longo de toda a história.

Todos estamos sujeitos a ter que migrar – seja esse movimento voluntário ou não – em algum momento da vida. Assim, entende-se que não é mero detalhe, afirmar que nenhum ser humano é ilegal. Ao afirmar isso, por sua vez, fortalece-se a compreensão de que a ausência de documentos e formalidades não tem o poder de retirar a titularidade de direitos que garantam uma existência digna das pessoas que migram. A falta de documentação não deve se sobrepor à condição humana e aos

direitos humanos daqueles que migram. A seguinte charge disponibilizada e adaptada pela OIM apresenta uma interessante reflexão sobre o tema:

Figura 1: Nenhum ser humano é ilegal



Fonte: Organização Internacional para as Migrações e Defensoria Pública da União (2018)

Desta forma, considerando tais apontamentos sobre a condição do imigrante e os desafios que se estabelecem por todo o percurso, desde a saída, em sua chegada e também na permanência no país (dados os prováveis obstáculos linguísticos, culturais, etc.) é importante ressaltar o quanto a cooperação entre os países e instituições se fará necessária; além disso, a conscientização entre a comunidade que irá receber este imigrante é fundamental para evitar casos de xenofobia e discriminação.

Portanto, sobre a complexidade do tema, Boaventura de Souza Santos em 2018 alertava:

A fronteira pode ser estanque ou porosa, e ser uma coisa para uns e outra para outros, pode ser muro e travessia, barreira e ponte, pode ser reconhecida ou ignorada, pode ser fixa ou mover-se. [...] Como as fronteiras, territoriais ou outras, nunca são naturais, há que perguntar sobre quem tem poder para construir e demolir fronteiras e determinar para quem elas são muros intransponíveis ou travessias, ou para quem a travessia pode acarretar risco de vida ou ser uma prática trivial. A geografia desigual do acesso à fronteira é o produto do poder que a sustenta (JORNAL DAS LETRAS, 2018).

Assim, cabe também refletir sobre o cenário brasileiro, como o país, através de seus governos e representantes, tem lidado e se posicionado em relação a este assunto – já que, nesse caso, são os detentores do poder e de sancionar leis que podem vir a beneficiar ou barrar a entrada de certos imigrantes. Para tanto, vale

retomar alguns dados históricos que apontam o Brasil como um país que foi formado graças a vinda e às relações com povos de imigrantes.

2.3 Migrações Internacionais no Brasil

Entre o final do século XIX até início do século XXI o país recebeu aproximadamente quatro milhões de pessoas. A expansão do cultivo do café no Oeste Paulista foi determinante para a chegada de 1.927.992 pessoas, no período de 1877 a 1903 (OIM e DPU, 2018). Eram, em grande parte, europeus que vinham em busca de acesso à terra e ao trabalho. O Brasil priorizava, e muitas vezes subsidiava, a chegada de imigrantes de origem europeia. Naquele período, condenáveis teorias de branqueamento da população brasileira, orientavam a agenda dos debates migratórios; não diferentemente do que aconteceu no Rio Grande do Sul com o estímulo da vinda de alemães e italianos desde o século XIX.

Já, no período posterior, (1904 a 1930), marcado pela Primeira Guerra Mundial, há novamente um significativo ingresso de imigrantes no Brasil. Neste, o país recebeu cerca de dois milhões de pessoas, dentre os quais: portugueses, espanhóis, japoneses, poloneses, russos, romenos e judeus (OIM e DPU, 2018).

Percebia-se nesse período uma certa receptividade brasileira na vinda dessa mão de obra para o país, pois com a abolição da escravatura, havia uma demanda não preenchida de postos de trabalho com a expansão de agriculturas como a do café em grande parte do país. Pesquisas do estado de São Paulo evidenciam que na primeira década do início do século XX, imigrantes que recebiam subsídios representavam cerca de 78% das entradas no Brasil e nas décadas posteriores (de 1910 a 1930) esse número já havia sido substituído por migrações espontâneas (69%), demonstrando a escolha pelo Brasil como país que acolhia essa migração e tinha interesse nessa mão de obra. Entretanto, cabe destacar, que sempre foi difícil precisar exatamente o número de imigrantes no país, visto que os órgãos responsáveis muitas vezes consideram somente aqueles imigrantes documentados. Além disso, boa parte das pessoas que migram para o país, podem apenas permanecer por um tempo – tendo períodos na história que as saídas foram maiores que as entradas – demonstrando que o Brasil acaba sendo parte da rota em muitos casos e não o destino final (BASSANEZI, 2012).

Após a Segunda Guerra, logo nos primeiros anos, chegaram cerca de 22 mil imigrantes ao Brasil, dos quais 11mil dirigiram-se a São Paulo, ou seja, aproximadamente 50%. Depois de São Paulo, o estado que mais os recebeu foi o Paraná, com 4.600, quase 21% do total para o Brasil, seguido do Rio Grande do Sul, com 2.160, 8,8%; Distrito Federal, com 1.700, 7,7%; Goiás, 850, 3,8%, Santa Catarina, 760, 3,4%; Rio de Janeiro, 553, 2,5%; Minas Gerais, 463, 2,1%; Bahia, 386, 1,7%, e em seguida, em números ínfimos, menores do que 12, ou seja, 0,05% do total, os estados do Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte e Sergipe, juntos (SALLES, et al., 2013). Já nessa época, portanto, se percebe o Rio Grande do Sul (estado onde se situam as universidades analisadas nessa pesquisa) como um dos estados que mais receberam imigrantes e suas famílias, sendo o terceiro com maior quantidade no país.

Quase um século depois desse fluxo intenso que se estabeleceu, sobretudo no período entre guerras, o cenário é diferente. A imigração para o Brasil, atualmente, segue ocorrendo e de forma crescente, porém, muitas vezes sem estímulo do governo ou qualquer tipo de subsídio que permita que essas pessoas permaneçam com certa qualidade de vida residindo no país.

Conforme registros da Polícia Federal, cerca de 117 mil estrangeiros deram entrada no país em 2015. Destes, 14.535 haitianos lideraram os pedidos de regularização da permanência no país para o trabalho, seguido dos bolivianos 8.407 e outras nacionalidades da América latina que já compunham o quadro brasileiro de imigrações.

Dados de 2015 sobre imigrantes e solicitação de refúgio 532 novas concessões para os habitantes do país do Oriente Médio, o Brasil conta hoje com 8.731 refugiados de 79 nacionalidades diferentes, sendo 2.252 sírios. Os congoleses aparecem na segunda colocação em número de concessões no ano 2015 (254) – um aumento de 47% de 2014 para 2015. Na terceira posição entre concessões de refúgio em 2015 estão os colombianos (80) e na quarta, os palestinos (70). Nesse sentido, mesmo considerando o Brasil como país constituído por imigrantes não é mais o fluxo migratório do continente europeu e asiático (com predominância de Italianos e Japoneses respectivamente) para o trabalho e sim o imigrante de países da periferia do capitalismo (FERRACINI, 2017).

Estes registros acerca do fluxo contemporâneo de imigrantes para o Brasil reitera a procura pelo país como alternativa para reconstruírem suas vidas, como já vem ocorrendo nos últimos séculos. Entretanto, recentemente se veem novas nacionalidades liderando os pedidos de visto, refúgio, etc. Somam-se a estes números

o significativo contingente de venezuelanos que vem chegando ao Brasil, sobretudo a partir de 2018, registrando entrada de mais de 800 pessoas por dia pelo estado de Roraima.

Segundo relatório de 2019 publicado pelo ACNUR, o ano de 2018 foi o maior em número de solicitações de reconhecimento de condição de refugiado. Este fluxo de venezuelanos, destacado anteriormente, aumentou exponencialmente devido à crise político-econômica vivenciada naquele país. No total, foram mais de 80 mil solicitações em 2018, sendo 61.681 de venezuelanos. Em segundo lugar está o Haiti, com 7 mil solicitações. Na sequência estão os cubanos (2.749), os chineses (1.450) e os bengaleses (947). Os estados brasileiros com mais solicitações em 2018 são Roraima (50.770), Amazonas (10.500) e São Paulo (9.977). Em Roraima, principal local de entrada dos venezuelanos em situação de refúgio atualmente, houve um aumento de mais de 300% se comparado com o ano de 2017 em que tinham 16mil pedidos (ACNUR, 2019). Logo, percebe-se a complexidade de lidar com esta situação, tendo em vista o crescimento rápido de solicitações e, ao mesmo tempo, a necessidade de um olhar sensível, empático e humanizado para essas pessoas, suas vidas e direitos no novo país.

Todo esse contexto, sabidamente, tem interferência no cenário local/regional nesses territórios por onde entram e onde permanecem no futuro. Cabe, porém, reafirmar que o Brasil é um país muitas vezes escolhido como temporário, por onde os imigrantes passam, mas que objetivam chegar em outros Estados. Sendo assim, há que se ter cautela ao mencionar a quantidade exata de imigrantes atualmente no país, visto que muitos entram e não permanecem e outros permanecem, porém sem documentação adequada.

Além disso, vem sendo expressivo também a partir do final do século XX, um movimento migratório de brasileiros para outros países, especialmente para os Estados Unidos, Japão, Paraguai e alguns países da Europa. Isto é, há que se pensar na forma como gostaríamos que os emigrantes brasileiros fossem tratados no exterior – dignos de direitos – para compreendermos a necessidade de estabelecermos os mesmos aos imigrantes que aqui se encontram.

Até 2015, a população de imigrantes no Brasil representava menos que 1% da população total do país, cerca de 0,3%. Além disso, o Brasil é um lugar muitas vezes escolhido como provisório ou para travessia até o destino final. Os meios de comunicação, no entanto, parecem dar ênfase – em muitos casos de forma negativa

– a um único aspecto deste cenário: os problemas advindos da chegada de imigrantes internacionais no Brasil; como se isso prejudicasse a vida dos nacionais. Assim, as informações que chegam à população apresentam uma imagem distorcida do panorama real das migrações no país (OIM e DPU, 2018). Cabe ressaltar ainda que, embora seja essa uma população pouco expressiva, se considerarmos todo o Brasil, trata-se de um número cada vez maior de pessoas que chegam ao país e carecem de acolhimento, direitos, oportunidades.

Portanto, para compreender como ocorreu esse *boom* de imigração para o Brasil a partir do ano de 2010, na sequência será elucidado o contexto vivido no país naquela época – de certa forma também o contexto internacional que se colocava o Brasil através de sua política externa – que possibilitou a atração e vinda desses imigrantes para o país. Assim, há certa convergência entre autores ao afirmar alguns fatores como decisivos à essa tomada de decisão por parte dos imigrantes.

O primeiro diz respeito ao cenário econômico favorável e até com certo dinamismo do Brasil naquele momento, figurando entre os seis primeiros com melhor resultado do mundo, exatamente em um momento em que uma significativa crise econômica atingia outros países – inclusive e especialmente no hemisfério Norte, como EUA e Europa. Além disso, houve uma sucessão de governos democráticos e relativamente competentes, pode-se afirmar, que deram destaque ao país em foros internacionais. Desde a era FHC com contenção da inflação que fora exorbitante nos primeiros anos da década de 1990, seguindo pelo período de Lula da Silva e Dilma Rousseff, com aumento de políticas públicas redistributivas, cada um com suas especificidades, mas demonstrando certo protagonismo em assuntos nas relações internacionais – sobretudo, em relação à condução de suas políticas respeitando a democracia, as liberdades individuais e apoiando a ideia do multilateralismo, da construção de cooperação através da diplomacia (UEBEL, 2018).

Além disso, o início da vigência, em 2009, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile – também foi um fator que propiciou a vinda de imigrantes para o país. Um terceiro fator foi a concessão, no mesmo ano, da anistia migratória para imigrantes não documentados residentes no país e, por último, houve também a concessão de vistos por razões humanitárias para nacionais do Haiti – e junto disso a forte liderança do Brasil na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti), que pretendia intervir no combate à violência e na reconstrução daquele país após o

terremoto – demonstrando como através da diplomacia e organização das forças nacionais se podia se solidarizar ao momento devastador vivido e sentido por tantos seres humanos.

Toda essa representatividade, alinhada à sua política exterior e a “fama”⁷ de ser um país acolhedor, estimularam a procura do mesmo como país-destino de muitos imigrantes. Obviamente, que a partir de então por ser um tema que causa comoção – positiva e negativa – entre a população, vem sendo alvo de reportagens da imprensa, como já mencionado anteriormente, pesquisas nos meios acadêmicos, discursos de representantes partidários e políticos ao longo desses anos (PATARRA, 2012).

De acordo com relatório recente de julho de 2019 sobre os dados de refúgio no Brasil até o ano de 2018, avaliados pelo CONARE (Comitê Nacional para Refugiados) e ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), é possível verificar o crescente e expressivo número de pedidos de refúgios nos últimos anos – tendo como ápice o ano de 2018 em que mais de 60mil venezuelanos solicitaram reconhecimento.

Figura 2: Evolução das solicitações de refúgio no Brasil

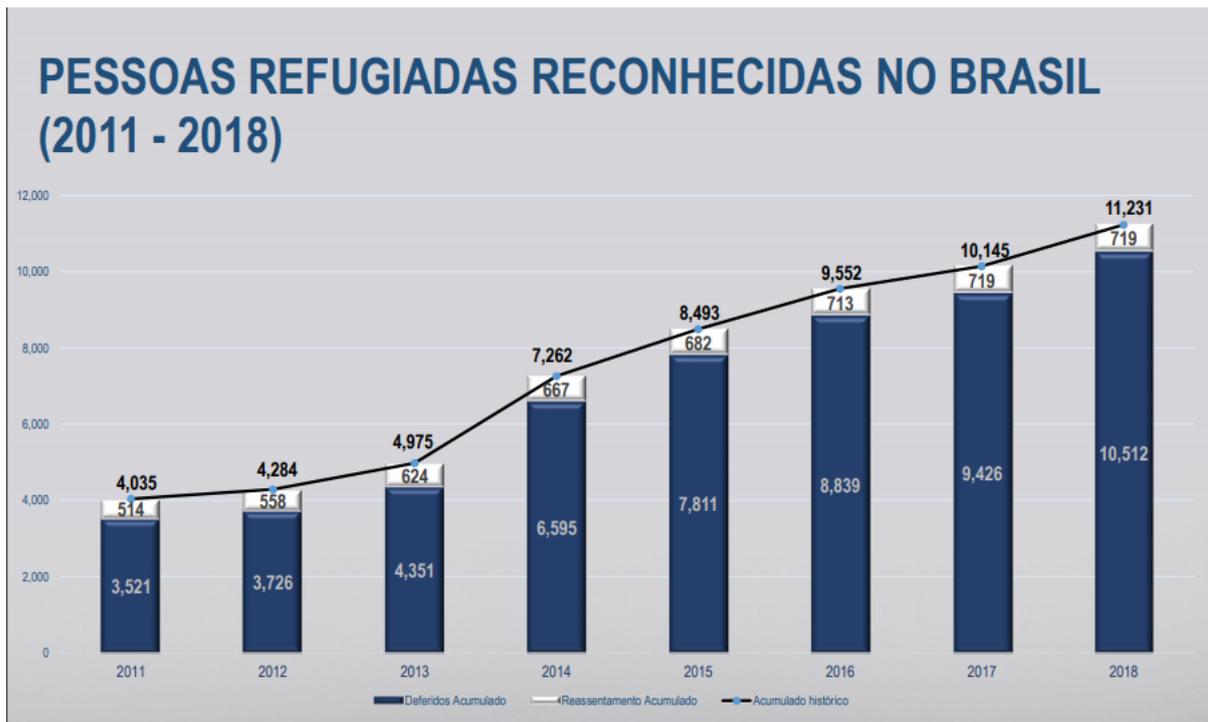


Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019)

⁷A palavra fama, nesse caso, está entre aspas, pois, no que se refere à política externa nas Relações Internacionais, por muitos autores o Brasil é considerado um país pacifista e acolhedor (principalmente por seu histórico não belicista na história das RI). Entretanto, verifica-se que entre o discurso e a prática existem contrariedades no que se refere à acolhida dos imigrantes e legislações que os protejam sob o ponto de vista dos direitos humanos.

Entretanto, o número de concessões/aprovações está muito aquém do esperado, devido a inúmeros fatores, como a complexidade dos trâmites burocráticos, validação de documentos, falta de pessoal capacitado para entrevistas, falta de interesse de acolhimento e interiorização pelos estados e municípios, etc.

Figura 3: Evolução do reconhecimento de refugiados no Brasil



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019)

Sobre essa atratividade/escolha pelo Brasil como país de destino, alguns autores da área de Relações Internacionais costumam chamar de *soft power* essa capacidade/habilidade em se utilizar de fatores, imagens, cultura locais e outras características positivas nacionalmente para se relacionar no campo internacional e lograr êxito com isso. A ideia com isso é utilizar-se de sua imagem positiva para – ao invés de coagir – cooptar e atrair para causas que são de seu interesse em foros internacionais; sem a necessidade da utilização da força bruta (NYE, 2004). Este termo foi cunhado por Joseph Nye, professor em Harvard, na década de 1980, para explicar os novos desafios nas relações internacionais e os novos meios de se negociar e atingir resultados comuns. Trata-se, por isso, de um poder brando, isto é, não belicoso e diferente do tradicional em se relacionar e afirmar-se como um país em ascensão, democrático, diplomático e acolhedor.

Assim, Uebel (2018), trabalha em sua tese de doutoramento o quanto a condução da política externa nos governos Lula da Silva e de Dilma Roussef (em especial o do primeiro presidente, cujo momento se tinha como embaixador Celso Amorim) foram determinantes na escolha do país de destino para grande parte dos imigrantes. Segundo pesquisadores, se praticava uma Política Externa “ativa e altiva”, tendo aumentado significativamente o número de Embaixadas e Consulados por todo o mundo.

Então:

Essa inserção estratégica internacional deveria se pautar pela diversificação das parcerias, pelo reposicionamento global, pelo fortalecimento das instituições regionais e pela diplomacia do soft power. [...] Em relação à diversificação das parcerias, tanto Lula da Silva como Dilma Rousseff seguiram um padrão iniciado ainda no final do último governo Cardoso, ao estenderem as negociações comerciais e políticas para além dos Estados Unidos, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia. Os países do Oriente Médio, Leste Asiático, Ásia Central, África e Oceania passaram a ganhar peso na agenda externa do Brasil, inclusive com a criação de departamentos e áreas específicas dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em Brasília. [...] É justamente por meio deste soft power que se começa a perceber a nova dinâmica migratória do Brasil, ou seja, apontando ser uma consequência da política externa brasileira (UEBEL, 2018. p. 28 e 29).

Sobre os mandatos de Lula da Silva e o que ele representou e construiu para o Brasil a partir da política externa e de que forma isso influenciou a imigração para o país, o pesquisador define como uma política mormente e insólita. Explica: “mormente, pois era especial, particular e singularmente acima de questões outrora determinantes na condução de uma política externa, como ocorria, salvo exceções, até a administração Cardoso; insólita, pois era única, diferente e, para seus críticos, esquisita e não convencional” (UEBEL, 2018. p. 216). Era possível perceber essa peculiaridade já em 2009 quando pela primeira vez o Brasil participava de uma reunião do G8, como país convidado.

Figura 4: Brasil no G8



Fonte: 35th G8 Summit

Para boa parte dos pesquisadores, a política externa do governo Lula contou muito com a iniciativa, os discursos e a ousadia do próprio Presidente. Embora, tenha sido executada, obviamente, pelo Ministério das Relações Exteriores era o presidente que recomendava (ou mesmo dizia) para onde seguir:

O Itamaraty é um centro de excelência respeitado no mundo inteiro, mas ele depende da orientação política do governo. Não é o Itamaraty que define a orientação política. Ela parte do presidente da República. Se o presidente da República não dá uma orientação, não define o que quer, o Itamaraty vai fazer as coisas normais. Participar de coquetel, escrever telegramas, mas não vai ter uma política ativa [...] Quando estávamos indo ou vindo de Davos, eu falei: Celso [*ministro*], nós vamos mudar a geografia política do Brasil. Não podemos continuar assim, nem do ponto de vista comercial, nem do ponto de vista político. Não podemos ser tão secundarizados como somos. [...] A gente tinha que tomar algumas atitudes. Dentro do Itamaraty havia muito preconceito contra a relação com a América do Sul, muito preconceito contra a África. Era uma coisa muito elitista, europeia e uma política americanizada. O Celso Amorim foi tratando de colocar, nos postos importantes, gente com quem ele podia contar, gente com mais compromisso, gente com outra visão; e essa coisa não era fácil, pois são profissionais de carreira que estão lá, independentemente de nossa vontade. Mas o fato concreto é que conseguimos apoio de um grupo muito grande do Itamaraty (SILVA in PERSEU ABRAMO, 2017. p. 88, 89-90).

Dessa forma, Uebel (2018) analisa a política externa do Presidente Lula observando como sua representatividade e altivez, bem como a participação do Brasil no multilateralismo internacional, expandiu a imagem positiva do país e atraiu os

imigrantes para virem buscar melhores condições de vida. Além disso, cabe destacar que durante o governo Lula também, em 2009, foi enviado o projeto de reforma da lei dos estrangeiros ao Congresso Nacional – o qual propiciou o debate inicial sobre o assunto, sendo intensificado posteriormente no governo Dilma e somente tendo contribuições significativas junto da revogação do Estatuto do Estrangeiro no governo de Michel Temer em 2017 – o qual analisaremos mais tarde nessa pesquisa.

Sobre a questão dos imigrantes e a preocupação com direitos humanos, em sua fala no Conselho de Direitos Humanos na ONU em junho de 2009, o presidente Lula destacou os efeitos perversos da crise econômica sobre os migrantes, criticando o crescimento de manifestações xenófobas na esteira da crise e destacou que:

No Brasil, nós acabamos de legalizar centenas de milhares de imigrantes que viviam ilegalmente no país. Para dar uma resposta, um sinal aos preconceituosos, aqueles que imediatamente querem encontrar os responsáveis pela sua própria desgraça, o seu desemprego.” (LULA..., 2009a). Da mesma forma, no dia 1º de julho de 2009, quando anunciou a mais recente anistia aos imigrantes indocumentados no Brasil e enviou o projeto de reforma da lei dos estrangeiros ao Congresso Nacional, o presidente Lula publicamente solicitou ao ministro da Justiça que levasse o tema à reunião do G8 para, em suas palavras, “mostrar aos líderes dessas grandes economias a contrariedade do Brasil com a política dos ricos com os imigrantes [...] Trabalho e dignidade para o imigrante é a resposta que o Brasil dá à intolerância dos países ricos (SILVA in REIS, 2011, p. 62).

Assim, percebe-se o quanto esses discursos proferidos em organizações internacionais são representativos e carregados de valores que solidificam a imagem do Brasil como sendo um país acolhedor.

Para a pesquisadora Rossana Rocha Reis:

o tratamento dado à questão migratória pelo Estado brasileiro está relacionado não apenas ao importante ativismo de migrantes e seus aliados [...], mas também a um objetivo mais amplo no plano internacional, sobretudo ao longo do governo Lula. A maneira de compreender e lidar com as migrações internacionais tem relação direta com o objetivo de defender e assegurar o protagonismo do país em fóruns regionais e multilaterais, dentro de um contexto internacional em que o tema é cada vez mais importante e controverso (REIS, 2011. p. 49).

Assim, ao tratar sobre a perversidade gerada pelo próprio capitalismo global e defender a acolhida e proteção dos imigrantes, o presidente estava deixando claro sua preocupação (ou a preocupação do Brasil) com o tema e ditando como deveria se comportar a política externa (política migratória) dos próximos anos no país. Além disso, como destaca Reis (2011), ao proferir estas declarações o presidente tentava

defender e protagonizar o debate em um ambiente de complexidade e importantes negociações internacionais.

Entretanto, já sobre o governo Dilma, alguns autores identificam mudanças em relação à condução de alguns temas no âmbito internacional. Já não se falava tanto em ascensão da política externa, por exemplo, mas mais de contenções e reenquadramentos. Entretanto, é nessa época que a pauta das migrações internacionais passa a ser, de fato, debatida no âmbito do governo federal.

O pensamento brasileiro vincula assuntos migratórios a direitos humanos e, por esta via, mune-se de argumentos para criticar atitudes de países propensos a violar direitos humanos de imigrantes. [...] Além da reversão do fluxo, em razão de imagem positiva que os brasileiros da missão da ONU no Haiti difundem, o Brasil torna-se alvo de nova corrente migratória, provinda desde o Haiti e de outras sociedades pobres da África e do Oriente Médio. O debate nacional sobre imigração externa se instala, como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos. O crescente fluxo migratório internacional revela a existência de uma parcela especial, os refugiados. O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) chega em 2013 à soma de 4.500 beneficiados pelo governo brasileiro com o asilo político: 64% da África, 22% da América e 10% da Ásia. Sendo a outorga do asilo uma operação delicada, estabeleceu-se estreita colaboração entre CONARE e Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) com o fim de enquadrar a política brasileira nas normas internacionais de proteção de direitos dos refugiados. Com efeito, a situação em certos países, especialmente aqueles afetados por guerras de religião, agrava-se como nunca ocorrera após a Segunda Guerra Mundial. Segundo relatório do Acnur de 2013, nesse ano os deslocados dentro ou fora de seus países ultrapassavam a cifra de cinquenta milhões e o Brasil, no mesmo ano, recebia mais de cinco mil pedidos de asilo (CERVO; LESSA, 2014, p. 137-138).

Já, em seu segundo mandato, com grande oposição e contestação de sua governabilidade desde o princípio, a presidenta acabou necessitando voltar sua atenção e esforços aos problemas domésticos e procurar soluções às questões voltadas à economia, emprego, etc. Nessa época também – a partir de 2015 – é sentida a redução no ingresso de imigrantes em território nacional.

Além disso, outro ponto importante trazido por Rossana Reis (2011) é sobre o que chamou de “política de dupla face”, isto é, segundo a pesquisadora, boa parte da evolução nas tratativas sobre migração e direitos para os imigrantes no Brasil se construiu a partir da manifestação e luta dos próprios emigrantes brasileiros que vivem no exterior. Assim, percebe-se a importância nos discursos de tratar o imigrante com respeito e digno de direitos, pois esse é o tratamento que também se espera seja dado aos brasileiros que residem no exterior, sobretudo, quando se assina acordos

bilaterais ou multilaterais de comprometimento e reciprocidade em relação aos imigrantes.

Contudo, o discurso do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, vem evidenciando uma postura diferente daquela que se esperava do governo da nação pacífica e acolhedora como o Brasil. Ao visitar os EUA e proferir que "a grande maioria dos imigrantes em potencial não tem boas intenções nem quer fazer bem ao povo americano", esta fala ampliou o estigma também sobre centenas de milhares de brasileiros que vivem nos EUA atualmente e enfrentam dificuldades crescentes. Conforme relato de Natalícia Tracy, dirigente de uma das principais associações de imigrantes brasileiros no país, "É muito frustrante que os imigrantes - 99% dos quais são pessoas de bem, que estão aqui há décadas com suas famílias, com crianças, que estudam e pagam seus impostos - sejam tratados como criminosos" (BBC 2019). Assim, reitera-se a importância dos discursos e imagem que a política exterior constrói do país e os frutos e prejuízos que se colhem a partir dela.

Entretanto, em janeiro de 2020, na Índia, o atual presidente do Brasil voltou a atacar os imigrantes:

A nossa lei de migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós. Isso não pode acontecer, porque devemos preservar o nosso país. Se abrir as portas como está previsto na lei de migração, o país pode receber um fluxo de pessoas muito grande e com muitos direitos (BBC, 2020).

Esses discursos, além da relevância e representatividade internacional, transmitem a forma como o Estado irá conduzir as políticas também internamente e se relacionar com os agentes, instituições e comunidade. Dessa forma, ao considerar o imigrante como o indivíduo que possui mais direitos que o próprio nativo e manifestando que isso não pode acontecer, o presidente fomenta o confronto, o xenofobismo, a violência. Sobre a Lei de Migração e como se deu sua construção e aprovação em 2017, discutir-se-á no próximo capítulo, demonstrando o avanço que houve, sob o ponto de vista da legislação e o quanto ainda é necessário avançar nesse sentido, tendo em vista diversas situações enfrentadas pela população migrante no Brasil e relatadas pelas universidades entrevistadas nessa pesquisa.

É necessário, portanto, trazer luz a esse debate e à diversidade de origens da população imigrante no Brasil. Entre os anos de 2010 a 2016, por exemplo, houve preponderância de imigrantes dos países do Sul do globo – com destaque para Haiti,

Bolívia, Argentina, Colômbia, Peru, Paraguai e China. Do Norte Global, os países com maior representatividade foram Portugal, Itália, Estados Unidos, França e Alemanha. Sobre a distribuição dessa população no território brasileiro, é possível observar uma significativa concentração nas regiões do Sudeste (58,8%) e Sul (21,3%), com destaque para o Estado de São Paulo, que recebeu 45,2% de toda a migração que ingressou no país entre os anos de 2010 e 2016 (OIM e DPU, 2018).

Já sobre a inserção no mercado de trabalho, há imigrantes internacionais exercendo atividades consideradas altamente qualificadas para empresas privadas ou para o setor público – em programas como o Mais Médicos, por exemplo –, assim como há imigrantes em trabalhos mais duros e precarizados, como nos abatedores de carne e de frango e na construção civil (OIM e DPU, 2018).

A chegada de imigrantes internacionais e sua presença nos espaços e serviços públicos – como as escolas, postos de saúde, meios de transporte e empresas – podem causar reações, muitas vezes negativas, por parte da população nacional. Surgem daí questionamentos a respeito da necessidade de acolhida dessas pessoas e dos possíveis gastos sociais e de segurança pública dela decorrentes. Muitos entendem a recepção de migrantes como mais um problema social, especialmente pela suposta concorrência no mercado de trabalho e no acesso aos serviços essenciais.

O fato é que estas pessoas contribuem para o crescimento da economia dos países de destino, tornando-a mais diversa e produtiva, e muitas vezes geram empregos a partir de seus empreendimentos locais. Da mesma forma, trabalham para contribuir para as economias dos países de origem, ao enviarem parte do que ganham para seus familiares. Segundo estimativas do Banco Mundial, em 2016 as remessas de dinheiro enviadas por migrantes aos seus parentes se aproximavam de 429 bilhões de dólares.

Assim, a ideia de que as e os imigrantes não pagam impostos e sobrecarregam os serviços públicos também não é verdadeira. Como qualquer outro ser humano, os imigrantes pagam impostos diretos e indiretos ao consumirem produtos do mercado brasileiro. Sendo assim, também são responsáveis pelo financiamento dos serviços públicos, como escolas e hospitais, e têm direito a acessá-los no Brasil.

Como já foi mencionado, longe de ser uma invasão massiva, o número de imigrantes representa menos de um por cento da população residente no Brasil. Ou

seja, pela sua proporção, a migração não pode ser responsabilizada pela sobrecarga dos serviços públicos.

Por fim, debateremos ao longo dos próximos capítulos a importância de garantir direitos básicos a essas pessoas como forma de garantir também a sobrevivência e oportunizar as liberdades individuais e de escolha para viverem com qualidade de vida e dignos de direitos, respeito e acolhimento.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo VI): “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. Assim, ao migrar, toda pessoa traz consigo, além de sua trajetória e história pessoais, sua bagagem cultural, expectativas e também seus direitos. Por serem inerentes a condição humana, ninguém deixa de ser titular dos direitos humanos porque mudou de país. Esses são direitos que devem acompanhar ao longo de todo o processo migratório. São também os direitos humanos, portanto, migrantes e não estanques ou cerceados pelas fronteiras e territórios específicos.

3 A GARANTIA DE DIREITOS PARA IMIGRANTES E O DESENVOLVIMENTO: ENTRE A EXPANSÃO DAS LIBERDADES E A ESTRUTURA

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu Art. 14, qualquer indivíduo possui o direito de deixar o país em caso de ameaça ou perseguição política. Além disso, para os casos além da busca por refúgio, há a partida daqueles deslocados que foram praticamente projetados à margem da sociedade, por perversidades da própria globalização, como a fome, a falta de emprego, saúde, acesso a serviços, lazer, etc.; muitas vezes estes são identificados como “migrantes econômicos”, que partem estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde “a grama é mais verde”, deixando suas terras empobrecidas, para lugares de sonho, ilusoriamente, ricos em oportunidades (BAUMAN, 2017. p. 12).

Essa ideia trazida por Bauman converge com os pensamentos de Santos (2000), demonstrando que essa produção acelerada e artificial das necessidades, alinhadas às técnicas e a velocidade criam desigualdades e, paralelamente, necessidades, porque não há satisfação para todos. Segundo Santos (2000), não é que a produção necessária seja globalmente impossível – mas o que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído. Daí a sensação da “consciência de escassez”; a ideia vem de Sartre, que registra que “não há bastante para todo o mundo”. Por isso o outro consome e não eu. Cada dia, portanto, um embate para vencer a escassez e a exclusão. Porém, em um mundo cada vez mais individualista, torna-se difícil haver força e coesão entre os atores para que algo seja negociado e feito.

No âmbito internacional, discute-se atualmente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 para atuação e atingimento das 169 metas – que sinalizam a necessidade de enfrentarmos certos paradigmas do crescimento econômico desenfreado, repensando a vida em sociedade e em equilíbrio com o meio ambiente. Nesse projeto dos ODS a pauta da imigração internacional também está presente e é um dos grandes desafios discutidos atualmente nos fóruns de acompanhamento da agenda dos países e instituições⁸.

⁸ Em julho de 2019, a pesquisadora participou do principal congresso de acompanhamento dos ODS em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, o High Level Political Forum, tendo a oportunidade de acompanhar e

Além disso, o Pacto Global para Migração é um acordo internacional e documento recentemente adotado e publicado (em 2018) por países signatários das Nações Unidas. O Pacto Global foi elaborado para sinalizar a importância de debater o tema em nível nacional, regional e global pelos países. Segundo Louise Arbour, representante especial da ONU para a Migração Internacional, sobre o Pacto, veremos “uma grande melhoria no aspecto de desenvolvimento, no aspecto humanitário e em todos os benefícios econômicos que a migração é capaz de produzir, se bem administrada” (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

O texto do Pacto Global tem suas raízes na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pode-se considerar, portanto, como um importante projeto de cooperação internacional acerca do tema. Assim, a ideia com o Pacto é também destacar que nenhum Estado pode abordar a imigração isoladamente, já que se trata de uma assunto de interesse global (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

A imigração, como já mencionado, faz parte da experiência humana ao longo da história e deve ser reconhecida como uma fonte de prosperidade, inovação e desenvolvimento sustentável em um mundo moderno e globalizado. Desta forma, o Pacto surge demonstrando um compromisso coletivo dos Estados-membros de melhorar a cooperação acerca da imigração internacional, sobretudo, porque boa parte dos processos migratórios atuais submetem as pessoas à precariedade jurídica e os expõem a situações de riscos, vulnerabilidades, subempregos e à exclusão social.

Sendo assim, mesmo se tratando de um acordo internacional, para seu bom funcionamento é fundamental que os países articulem internamente políticas públicas para os imigrantes, uma vez que atender necessidades básicas de vida é o princípio de um caminho para o desenvolvimento. Desta forma, pretende-se nesse capítulo destacar algumas pesquisas acerca da importância de garantir direitos e melhorar as condições de vida desse grupo de pessoas, sobretudo, em uma sociedade tão desigual como a brasileira. Compreende-se, portanto, os direitos como essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades. Somente em uma

debater temas como os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e participado de reunião com líderes internacionais responsáveis pela redação do Pacto Global para Migração.

situação de bem-estar e garantia de direitos fundamentais é que se pode pensar em buscar o desenvolvimento; sejam as pessoas, governos ou países.

3.1 Expansão de liberdades e capacidades e a Lei de Migração

Mais precisamente tratando sobre a ideia de exclusão social, cabe destacar que essa é uma das maiores ameaças da estabilidade política, econômica e cultural de uma sociedade e entre seus povos. Sendo assim, alguns autores como Sen (2001) demonstram que há muitas formas de privações que não, necessariamente, só as financeiras que acentuam as desigualdades (em termos de oportunidades) e a exclusão social, tais como: privações de informações, direitos, mercados, saúde, emprego, educação, etc. Para Gilberto Dupas (2001), a abordagem é, em sua essência, multidimensional, pois trata não somente sobre a falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania. Isto é, relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. Dupas complementa que este cenário se acentua ainda em países da periferia, onde os governos – numa tentativa de estabilidade – muitas vezes não têm orçamento suficiente, planejamento de longo prazo e estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos.

Diante dessa concepção acerca do tema, e pensando em como a sociedade individualista, diversas vezes, segrega, ou mesmo não vê, as demandas deste indivíduo marginalizado, Bauman (2005), em *Vidas Desperdiçadas*, retrata a imagem que este imigrante tem e como é tratado em muitos casos como próprio lixo, obsoleto e natural do capitalismo, das sociedades líquidas.

Os imigrantes, permitam-se observar, se ajustam melhor a esse propósito que qualquer outra categoria de vilões genuínos ou supostos. Há uma espécie de 'afinidade eletiva' entre os imigrantes (aquele refúgio humano proveniente de lugares distantes descarregados em nosso próprio quintal") e os menos toleráveis de nossos próprios temores domésticos. Quando todos os lugares e posições parecem balançar e não são mais considerados confiáveis, a presença de imigrantes joga sal na ferida. Os imigrantes, e em particular os recém-chegados, exalam o odor opressivo do depósito de lixo que, em seus disfarces, assombra as noites das potenciais vítimas da vulnerabilidade crescente. Para aqueles que os detratam e odeiam, os imigrantes encarnam – de modo visível, tangível, em carne e osso – o pressentimento inarticulado, mas pungente e doloroso, de sua própria condição de descartável (BAUMAN, 2005. p. 73).

A realidade trazida neste trecho demonstra o descaso com que são tratados muitas vezes e as condições desumanas que são submetidos para tentarem reconstruir suas vidas. Assim, garantir a entrada ou o refúgio muitas vezes ao imigrante que chega é o primeiro passo diante do longo caminho que irão percorrer. Não se trata, pois, de garantir somente sua sobrevivência, mas pensar de fato em condições para promover uma melhor qualidade de vida e o próprio desenvolvimento do indivíduo junto à comunidade em que foi acolhido.

Assim, a revolucionária obra de Amartya Sen (2000) corrobora essa visão de desenvolvimento como algo mais abrangente e/ou subjetivo; dando importância para a expansão das liberdades do indivíduo. Para o autor, a ideia de desenvolvimento estava inteiramente ligada a uma melhora na qualidade de vida, pela expansão das liberdades do indivíduo. Liberdades que, nesse sentido, significa a capacidade de escolha dos indivíduos para alcançarem seu bem-estar. Entretanto, o autor considera que para se chegar a este desenvolvimento é igualmente importante que “bens primários” sejam atendidos; sendo estes, não exatamente bens, mas direitos básicos e liberdades fundamentais. Isto é, o autor trata a desigualdade de uma nova forma de como era tratada na economia, tomando como referência sempre a renda. Assim, o autor tenta demonstrar que a renda satisfaz determinadas necessidades, no entanto, sua leitura é mais ampla, à medida que compreende uma diferença entre “pobreza de renda” e “pobreza de capacidades” (SEN, 2000). Portanto, o desenvolvimento do indivíduo só acontecerá à medida que tiver condições mínimas para projetar-se, dono de sua liberdade, à busca daquilo que necessita e acredita ser importante.

Sobre esta questão de capacidades, o que se percebe muitas vezes, devido ao individualismo impregnado na sociedade capitalista, é que a própria comunidade local segrega/exclui imigrantes e invalidam suas capacidades mesmo antes de conhecer. No entanto, cabe destacar que os imigrantes que chegam ao Brasil, por exemplo, possuem diferentes experiências, níveis de escolaridade e motivos pelos quais vieram. Há uma estimativa, por exemplo, que cerca de 70% dos venezuelanos recém chegados tenham, no mínimo, ensino superior concluído. Isto é, que tipo de tratamento tem sido dado, como estamos preparados para receber e aproveitar as riquezas culturais trazidas junto desse indivíduo.

Nesse aspecto, Sen traz em outra obra a ideia de justiça a partir do conceito de equidade e não simplesmente igualdade (SEN, 2011). Há que tentar olhar para o outro a partir do ponto de vista dele, compreendendo com empatia de onde saiu, das

condições e desafios que enfrentou, para poder dar condições do mesmo se desenvolver. No entanto, como já falado anteriormente, muitas vezes quando tais imigrantes chegam às regiões enfrentam dificuldade em colocar-se e desenvolverem dentro e com ela.

Segundo Vala (2003), este processo de integração do imigrante com a nova sociedade, implica em o mesmo conseguir manter, de certa forma, sua identidade cultural, ao passo em que constrói interações com a nova sociedade. Para Vala (2003), existem quatro possíveis situações: integração, assimilação, separação, marginalização. Então, quando este processo não é bem sucedido, pode acarretar ou na exclusão desse indivíduo por parte da nova sociedade ou na separação do refugiado para com sua cultura nativa, isto é, distanciando-se de suas crenças e hábitos de outrora.

Vala (2003) demonstra esta análise na figura a seguir, expondo através dos quatro quadrantes as possibilidades de interação ou exclusão existentes:

Figura 5: Integração à comunidade

		Devo manter a minha identidade cultural?	
		Sim	Não
Devo manter relações culturais com outros grupos?	Sim	Integração	Assimilação
	Não	Separação	Marginalização/ Individualização

Fonte: Vala, 2003

Existem, portanto, diversos fatores a serem analisados ao longo do processo de integração. Cabe salientar, ainda, que ao falar em integração nessa pesquisa, entende-se justamente que é possível, conforme destacado na imagem anterior, que o imigrante mantenha sua identidade cultural, mas participe da vida em sociedade, via acesso às atividades culturais, mercados, universidades, etc. Sendo assim, difere da

ideia de algumas escolas sobre o conceito de integração como aquele em que o indivíduo precisa abrir mão de ser quem é para ser aceito/acolhido.

Percebe-se, ainda, o quanto é complexo para o Estado equalizar todas essas questões, tendo em vista que precisa gerir seus recursos a fim de minimizar as desigualdades e criar alternativas de desenvolvimento à população.

Vanessa Generoso Paes (2017) em sua pesquisa sobre políticas públicas para o imigrante traz dados e a importância do Estado assumir deveres que são seus, no que tange à garantir e assegurar direitos desses indivíduos. Para a pesquisadora a falta de reconhecimento da necessidade de políticas públicas pelo Estado muitas vezes se deu devido ao Estatuto do Estrangeiro, isto é, o marco legal que criminalizava as migrações. “O Estatuto do Estrangeiro, nas palavras do próprio documento legal, definia a situação jurídica do *estrangeiro no país*. Ou seja, a perspectiva dada ao tema migratório partia do entendimento de que a pessoa que migra seria aquela que efetivamente não pertence ao nosso país” (OIM e DPU, 2018). Assim, pouco se pensava na perspectiva do imigrante e suas necessidades, mas, sempre como “o outro”, aquele que é de fora, de quem precisamos nos proteger e aquele que deve se submeter às jurisdições cabíveis. No texto do Estatuto ficavam claros e de forma significativa todos os seus deveres e quase nunca seus direitos (isso quando não raras vezes constava um “não confere” direito).

Em outras palavras, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de agosto de 1980) estava preocupado com os nacionais, com a segurança, trabalho e condições de vida dos brasileiros e não com os que vinham para o país. Um exemplo disso é o Art. 2º: “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (OIM e DPU, 2018).

É, logicamente, importante a preocupação com os nacionais, os direitos e condições de vida dos que aqui nasceram. Entretanto, é fundamental reparar nesse tipo de política e discursos que muitas vezes acabam por segregar e colocar os imigrantes em situação de submissão e xenofobismo em relação aos nacionais, de maneira que seus direitos e necessidades não serão o foco e, tampouco, serão atendidos muitas vezes.

Cabe destacar que já na época em que foi proposto, provocou comoção e discussões em todo o território brasileiro, pois não houve consulta à opinião pública e o Congresso Nacional tampouco pode apreciar o projeto em tempo apropriado, visto

que este foi enviado em regime de urgência e aprovado, sem qualquer emenda, em menos de três meses.

Entretanto, ao longo da vigência do Estatuto do Estrangeiro, foram anunciadas anistias migratórias em quatro ocasiões: nos anos de 1981 (Lei n.º 6.964/81), 1988 (Lei n.º 7.685/88), 1998 (Lei n.º 9.675/98) e 2009 (Lei n.º 11.961/09). Pode-se dizer que a anistia era uma resposta, ainda que paliativa, à dificuldade de conseguir documentar-se no Brasil. No entanto, mesmo que estas cumprissem seu papel de documentar um determinado número de migrantes – e com isso possibilitassem uma vida em melhores condições no Brasil –, as anistias são medidas pontuais que não conseguem resolver a questão das poucas vias de documentação de migrantes estabelecidas pelo Estatuto do Estrangeiro.

Além disso, quando se pensa internacionalmente sobre a importância e funcionamento de anistias, cabe dizer que não foi um movimento apenas do Brasil e que comparado a outros países o número de imigrantes documentados aqui foi bem aquém do que nos demais. Na primeira concessão de anistia no Brasil, em 1981, foram beneficiados 39 mil migrantes. Já a anistia concedida pelos Estados Unidos em um período próximo, no ano de 1986, beneficiou 3,2 milhões de migrantes (OIM e DPU, 2018). Há que se considerar, também, o fato de que muitos migrantes acabam não conseguindo ter acesso à anistia por diferentes motivos, que vão desde a falta de documentos solicitados ou de recursos financeiros necessários para o processo, até a ausência de informação sobre a possibilidade de documentação.

Com a Constituição Cidadã de 1988 se esperava um certo progresso no que tange aos direitos dos imigrantes e equiparação aos nacionais. Entretanto, um dos mais polêmicos artigos é o 48, que ao considerar direito a educação a imigrantes documentados, invalidou a educação àqueles indocumentados, tendo diversos registros na história de crianças que simplesmente no meio do ano letivo foram banidas e suspensas das atividades escolares. “Nesse cenário, a escola – espaço genuíno de exercício do direito à educação – passa a ter como atribuição o estranho e incompatível papel de fiscalização da permanência de migrantes no Brasil” (OIM e DPU, 2018).

Assim, o que se percebeu foi uma desconexão entre o que previa o Estatuto e o que dispunha a Constituição – e dentro dela o direito à educação para nacionais e estrangeiros. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n.º 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n.º

9.394/1996), assim como um amplo rol de Tratados Internacionais ratificados pelo país, estaria o direito humano à educação escolar plenamente garantido a todas as pessoas residentes no Brasil, fossem essas brasileiras ou estrangeiras, e estando as últimas em condição migratória documentada ou não documentada (OIM e DPU, 2018).

Sabidamente, a questão do acesso à educação foi apenas um dos pontos de desarmonia entre a mencionada legislação migratória e a ordem constitucional. Assim, infelizmente, pode-se afirmar que com este descompasso entre os textos e as práticas, muitos imigrantes sofreram situações de restrições indevidas a direitos fundamentais que podem ter tornado suas vidas mais difíceis (ou impossíveis) de desenvolverem no país.

No início dos anos 2000 começou um movimento nos países latinos para atualização de legislações e políticas a respeito do tema das migrações internacionais. Alguns países como Argentina e Uruguai são exemplos disso, tendo criado leis específicas e mais justas, sob o ponto de vista humanitário. No Brasil o processo foi mais lento, tendo sido enviado para apreciação desde 2015 o texto que virou lei somente em 2017.

Assim, em novembro de 2017 foi publicado decreto da Lei nº 13.445, que regulamentava a Lei de Migração, substituindo o Estatuto do Estrangeiro. Até este momento, como destacado anteriormente, as políticas migratórias brasileiras estavam baseadas em uma legislação arcaica e com reflexos da ditadura militar, as quais tratavam o imigrante como um problema de segurança nacional, sem dar a devida importância às questões de direitos humanos.

Segundo o decreto, Art. 4º, da nova lei, dentre outros direitos específicos: “Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2017, p. 2).

Também no texto da lei destaca-se a importância dada à proteção constitucional da dignidade humana, visto que, são assegurados: direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional; direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge/companheiro e filhos ou familiares e dependentes; proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos; direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; direito de reunião

para fins pacíficos e direito de associação para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei; amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; direito à educação pública, vedada a discriminação; garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador; isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica; direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei no 12.527; direito a abertura de conta bancária; direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória (BRASIL, 2017).

Esta regulamentação trouxe importantes avanços, se comparada a anterior. Entretanto, a expectativa da aplicabilidade integral da lei ainda não foi contemplada. Assim, foi manifestado certo descontentamento por parte de organizações da sociedade civil, organismos internacionais, acadêmicos, migrantes e refugiados que apontaram os poucos espaços de participação disponíveis ao longo do processo de elaboração do decreto e a desarmonia, na visão de alguns, entre o seu texto final e o conteúdo e espírito da nova Lei de Migração (OIM e DPU, 2018). Para muitos, certas situações permanecem “amarradas” ou sendo arbitrariamente resolvidas pelos Ministérios – em casos de reunião familiar, por exemplo, que fica rígida a ideia/estrutura de companheiro e, portanto, excludente do que vem a ser uma família nos dias de hoje.

Assim, reconhecendo a importância desta lei no Brasil a estes imigrantes e também percebendo muitas vezes a ineficiência e/ou lacunas deixadas pelo Estado em garantir a implementação de todos estes direitos e, ainda, sabendo que o preconceito e o individualismo cerceiam diversas sociedades no mundo todo, pretende-se analisar nessa conjuntura como as universidades, agentes que estão muitas vezes mais próximos à comunidade, podem assessorar nessa jornada de integração do imigrante.

Segundo Relatório sobre refúgio no Brasil atualmente, esse tema das migrações internacionais precisa caminhar de forma harmônica e colaborativa entre

sociedade civil e Administração Pública – bem como sugere também os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Assim, nos próximos capítulos serão debatidos textos e elementos importantes acerca da Política Nacional de Extensão Universitária e elucidadas atividades desenvolvidas pelas universidades do Rio Grande do Sul a partir de entrevistas realizadas durante o ano de 2019, refletindo, ainda, acerca dessas premissas e ações sob a luz da Teoria da Estruturação de Giddens, destacando alguns conceitos que podem explicar como se dá essa interação entre agência, estrutura e ator social ou, nesse caso, universidades, Estado e imigrantes.

Por fim, o propósito de analisar a atuação das universidades é garantir que os imigrantes não fiquem invisibilizados ou despejados como “lixo à margem da sociedade”, identificando, portanto, como se dá o acesso a direitos e serviços públicos e sua integração na comunidade (BAUMAN, 2017). O mundo está em constante movimento e evolução e, portanto, organizações e instituições hoje em dia também articulam, participam, e interferem na estruturação da vida em sociedade e na busca pelo desenvolvimento e correção de injustiças sociais que se apresentam.

3.2 A Teoria da Estruturação e a relação com o desenvolvimento dos imigrantes

Anthony Giddens, sociólogo britânico, é o pesquisador que conceituou a Teoria da Estruturação, no livro "A Constituição da Sociedade" de 1989. A ideia prevalente nesta teoria, sob o ponto de vista metodológico, é a de conceber as influências e relações existentes do macro ao micro (e vice versa), possibilitando, assim, verificar as consequências da ação dos agentes através da reflexão da estrutura. Desta forma, dá condições para interpretações amplas, ao mesmo tempo em que permite avaliar ambientes microssociais e, portanto, a importância das ações dos indivíduos na estruturação da vida em sociedade.

Assim, pode-se dizer que sua concepção não é estruturalista – mas estruturacionista – pois, não parte das estruturas invariáveis e sim da união sintética entre estrutura e ação. O nome estruturacionismo é justamente derivado de estruturação, que une estrutura e ação. Este método consiste em superar o objetivismo e o subjetivismo, demonstrando a interação entre os dois e a importância de cada um na estruturação da sociedade. Giddens, portanto, não considera

princípios totalizadores de análise, mas confere aos agentes um papel determinante na constituição das relações sociais e dos perfis institucionais; entretanto, sem necessariamente apelar ao individualismo metodológico.

Uma de minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é por um fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios. O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (GIDDENS, 2003, p. 2).

É perceptível, além disso, na sociologia de Giddens, o quanto fenômenos globais e eventos localizados mantêm vínculos diretos, uma vez que há relações – sobretudo no mundo globalizado – entre as ações dos agentes e influência nas estruturas e instituições que regem a vida em sociedade. Desta forma, cabe mencionar também o que se entende por estrutura a partir dessa Teoria e como isto está relacionado com o tema dos direitos dos imigrantes.

Na Teoria da Estruturação entende-se “estrutura” como o conjunto de regras e recursos implicados na prática e reprodução social. As estruturas, portanto, são conjuntos de regramentos que auxiliam na regulação das atividades, podendo impor certas sanções ou benefícios (GIDDENS, 2003). “A estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora” (GIDDENS, 2003, p. 30).

Sendo assim, cabe dizer, que a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos independentes, isto é, um dualismo, mas representam uma dualidade. A dualidade pressupõe a estrutura como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; com isso, pode-se dizer que as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão envolvidas em sua produção e reprodução continuamente. Desta forma, Fridman (2014) explicita o conceito de reflexividade, cunhado por Giddens: “As questões existenciais da vida privada, devido às incorporações reflexivas, têm influência crescente sobre a agenda pública”.

Então, cabe pensarmos acerca da sociedade – em termos de regras e instituições – e analisar como tem sido reestruturada a partir da ação dos atores e agentes desse sistema, uma vez que a presença dos imigrantes em grande escala como ocorre atualmente, requer que esta seja adaptada e reestruturada, a partir de novos regramentos, direitos, deveres e oportunidades.

Contudo, conforme afirma Giddens, em toda relação social, existe uma dialética de controle envolvendo o acesso assimétrico aos meios (recursos) – e a manipulação desses meios – pelos quais os agentes influenciam o comportamento uns dos outros (COHEN, 1996). A ideia, portanto, é pensar em como possibilitar uma redução nessas assimetrias e garantir o empoderamento e desenvolvimento dos indivíduos a partir do acesso a serviços e direitos públicos, bem como a integração social.

Partindo desses pressupostos, em que se entende o conceito de estrutura como sendo os regramentos que ditam e influenciam a vida em sociedade e as limitações dos agentes, pode-se pensar como sendo a figura do Estado nessa análise, bem como seus aparatos regulatórios de leis, políticas, sanções, economia. Já, ao mencionar a ideia de “agente” e “agência”, pode-se interpretar nessa pesquisa como as universidades e suas ações na sociedade, uma vez que, os agentes controlam e regulam o fluxo de suas atividades e monitoram aspectos físicos e sociais nos contextos em que atuam. Nesse caso, entende-se a ação como um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva dos atores sociais é fundamental para o controle e funcionamento dessa representatividade (PEIXOTO, 2014).

Assim, é possível observar também uma relação entre a Teoria da Estruturação de Giddens com a premissa do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, exposta recentemente, à medida que se interpreta a reestruturação da sociedade – a partir dos projetos de extensão das universidades e novas leis e políticas públicas voltadas ao imigrante –, no intuito de viabilizar acesso a direitos e serviços e promover o desenvolvimento e expansão das liberdades individuais. A ideia de Sen denota a liberdade como base do desenvolvimento, mediante a possibilidade de escolha do ator (uma vez havendo acesso) a alguma coisa. Isso porque, segundo o autor, quando existe a oportunidade de escolha é pelo fato de se ter acesso livre para concretizar a opção. Assim, entende-se que se há acesso é porque estão estruturados os instrumentos e regramentos mínimos que possibilitam a escolha do indivíduo e efetiva expansão de sua liberdade.

Além disso, Sen discorre sobre a importância das políticas públicas como uma condição de empoderamento⁹ dos cidadãos, de forma a ampliar a liberdade social e

⁹ Entende-se empoderamento, nesse caso, a partir do conceito utilizado dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Isto é, empoderamento consiste em realçar a importância de que os indivíduos adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-los nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

promover uma diminuição das desigualdades sociais ou iniquidades. Entretanto, a ideia não é tornar simplesmente essas pessoas dependentes de políticas populistas e/ou assistencialistas, mas dar condições, via direitos e políticas públicas, para que estas tenham suas liberdades garantidas e capacidades ampliadas (ZAMBAM & KUJAWA, 2017).

Desta forma, a estruturação, execução, avaliação e expansão das políticas públicas devem ter como justificativa central o combate das causas da privação de liberdade que impedem o desenvolvimento da capacidade de escolha e o exercício da condição de agente vivo. Pensando assim, a ideia é que o ser humano é não somente o meio de produção do desenvolvimento da sociedade, mas também a finalidade de todo processo (SEN, 2000).

Com isto, é possível analisar a situação atual vivida no país, e no estado do Rio Grande do Sul, a partir na nova Lei de Migração e a articulação dos projetos de extensão universitários do estado, uma vez que a lei pela lei somente, muitas vezes, não gera os resultados esperados na prática, se não vêm acompanhada de políticas públicas e reestruturação das instituições sociais. Assim, essa reestruturação ocorre por influência também, como sugere Giddens, das ações dos indivíduos e empoderamento dos mesmos, já que passarão a moldar e repensar novos regramentos e a vida em sociedade – tal como pressupõe o conceito de reflexividade do autor.

Nesse caso, serão debatidos novos atores sociais no próximo capítulo – as universidades – pensando em como têm se reestruturado para auxiliar o Estado na construção de ações e políticas públicas com foco no desenvolvimento e integração dos imigrantes, garantindo condições e direitos mínimos para o empoderamento do indivíduo.

4 UNIVERSIDADES E PROJETOS DE EXTENSÃO ENQUANTO AGENTES DIANTE DO FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO

Como já mencionado anteriormente, a realidade hoje é interdependente e complexa; tanto indivíduos, quanto Estados e instituições estão conectados. Sendo assim, grandes transformações sociais acabam sendo sentidas em diferentes escalas, do local ao global. Fato é que tais fenômenos suscitam reflexões e lançam desafios para que estes atores sobrevivam e interajam nesta nova conjuntura.

Portanto, as universidades, como partes desse território em constante movimento, também são trazidas à discussão. Para Marilúcia Menezes Rodrigues (1999) “isso não significa que a universidade tenha por essência um papel puramente adaptativo [...] Contudo, a Universidade não pode ignorar o que está acontecendo no âmbito social” (MENEZES RODRIGUES, 1999, p. 2). Isso nos permite pensar sobre o papel da universidade diante de situações e problemas que surgem na comunidade onde está inserida.

Assim, nesse capítulo serão analisados, aspectos fundamentais e funções desempenhadas por universidades, bem como, debater-se-á acerca da Política Nacional de Extensão Universitária no intuito de elucidar como deve-se dar essa interação com a comunidade e o compartilhamento de vivências e conhecimentos. Na sequência, serão trazidos os conceitos acerca de universidades comunitárias e federais, bem como dados dos municípios onde estão inseridas as analisadas nessa pesquisa e a justificativa por terem sido selecionadas a comporem a análise. Por fim, serão analisados os relatos de cada uma das universidades que concederam entrevista sobre a atuação de seus projetos de extensão e a interação com a população migrante e o Estado.

Desta forma, cabe ressaltar que as universidades no Brasil estão ancoradas sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, os quais, de forma indissociável, devem ser responsáveis pela formação dos estudantes. “Para tanto, seu papel social é o de fomentar ações educativas para a construção de uma cidadania que objetiva a transformação social, a conquista dos direitos (civis, políticos e sociais) individuais e coletivos e que consiga manter-se num constante diálogo com a sociedade” (SANTOS JUNIOR, 2013. p. 1).

Embora, as universidades, historicamente, tenham sido criadas com a finalidade de formar as elites, com as mudanças nas condições e contexto histórico-

social, tiveram que se adaptar – havendo profundas transformações em seu papel, função e atuação junto à sociedade. A respeito do tripé ensino, pesquisa e extensão e de suas funções, pode-se dizer que a extensão universitária ocupa lugar de destaque quando se discute o papel social de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

No Brasil, as primeiras ações de extensão universitária, ainda não de forma institucionalizada, ocorreram ainda no início do século XX, a partir da Lei Orgânica de Ensino Superior de 1911 (Decreto nº 8.659) que possibilitou autonomia às Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Assim, com essa permissão, surge no ano seguinte a Universidade Livre de São Paulo, que dá início à primeira experiência de Universidade Popular, considerada a primeira forma de experiência extensionista do Brasil (SANTOS & SANTOS, 2011).

Na América Latina, em Córdoba, também houve no início do século XX um movimento organizado por estudantes que influenciou significativamente as diretrizes das universidades no Brasil. A Reforma Universitária de Córdoba (de 1918) foi um marco não só na Argentina, mas em todo o continente americano – no que tange aos preceitos de uma universidade e sua função pública e/ou social. Nessa época, portanto, nascia a ideia de que não deveria continuar enclausurada ou de acesso restrito à elite hispano-americana – sobretudo, que fosse possível dialogar e não houvesse a supremacia dogmática e autoritária de professores e da religião através dos jesuítas que desde o século XVII eram os responsáveis pela gestão da instituição.

A Argentina passava por importantes transformações no início do século XX e jovens da recém formada classe média urbana começavam a acessar a universidade. Assim, organizaram-se coletivamente e conseguiram através dessa reforma ditarem um novo formato para a instituição. Em julho de 1918, realizou-se o I Congresso Nacional de Estudantes Argentinos e após apoio e pressão popular em agosto o reitor renunciou e já em setembro daquele ano os estudantes conseguiram tomar a gestão e, receberem, posteriormente, por indicação do Ministério da Educação, um reitor que fosse implementar as novas diretrizes demandadas por eles, dentre as quais: liberdade de cátedra, a democratização do acesso e permanência do estudante, o reconhecimento da pesquisa como importante papel da Universidade e o estabelecimento de um compromisso com a sociedade pela via do desenvolvimento de ações de Extensão (PROEX UFES, 2019).

Um século depois, percebe-se o quanto todos esses aspectos e demandas do movimento estudantil ainda são atuais e necessitam, permanentemente, serem defendidos. A pesquisa, a extensão, a permanência do estudante através de fomento e políticas públicas, bem como a liberdade de cátedra e acolhimento de problemas sensíveis da sociedade são pautas cada vez mais urgentes e demonstram a importância do papel das universidades na sociedade e, em última instância, o da extensão como o vértice mais próximo do indivíduo.

Assim, pode-se afirmar também que a história da extensão universitária brasileira teve início com ações do movimento estudantil e que, de forma mais organizada, em 1937 com a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) o Manifesto de Córdoba fora retomado trazendo à tona a discussão sobre as Universidades Populares do Brasil (SANTOS & SANTOS, 2011).

Para Boaventura de Souza Santos, (2013) “o movimento estudantil dos anos sessenta foi, sem dúvida, o porta-voz das reivindicações mais radicais no sentido da intervenção social da universidade” (SOUZA SANTOS, 2013, p. 396). Segundo o autor, durante muito tempo a produção acadêmica e projetos oriundos das universidades estavam sendo financiados e tinham destino unicamente mercadológico ou industrial. Porém, na década de 1960 iniciavam os estudos de Clark Kerr acerca da ideia de multiversidade, isto é, a ideia de uma universidade funcionalizada, disponível para o desempenho de serviços públicos e a satisfação das necessidades sociais, tais como: aproximação com agricultores ou agroindústrias, assistência técnica a determinados assuntos, apoio às escolas degradadas na zona urbana ou rural, assistência jurídica, clínicas de vizinhança, etc. (SOUZA SANTOS, 2013).

Essa experiência norte-americana, gerou certo reformismo universitário – através da multiversidade –, traduzindo-se, em última instância, em programas de orientação social, sobretudo de âmbito comunitário, dando voz a problemas e desafios muitas vezes latentes da população local.

Assim, no que tange ao Brasil, estudos mostram que no contexto da Ditadura Militar (1964 – 1985), discussões já permeavam a academia acerca do resgate dos ideais democráticos e de uma sociedade mais justa e igualitária – na qual, a universidade deveria participar dessa construção. Assim, passou-se a demandar o fortalecimento do seu compromisso com os setores populares da sociedade. Desde então, universidades vêm delegando à extensão universitária e ao ensino o

compromisso – e o comprometimento – com o exercício da sua função social (SANTOS JUNIOR, 2013).

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária:

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (BRASIL, 2012. p. 13).

Embora, se tenha a clareza de que a universidade desempenha importante papel na interação com a sociedade e na difusão e prática do conhecimento que se produz dentro dela, esta não busca substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, soma-se aos seus esforços e auxilia-o através dessa política no desempenho de suas atribuições (BRASIL, 2012).

Além disso, a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, sob a forma de participação direta em sua formulação e implementação, apresenta também potencial de contribuição para a superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, bem como do caráter muitas vezes residual e temporário de seu financiamento, conforme ocorrem as trocas de governos.

Dessa forma e com esse compromisso, a Extensão Universitária, em sua articulação com as políticas públicas, deve estar pautada por três eixos integradores e ter como prioridade oito áreas de atuação. Os eixos integradores são: Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (BRASIL 2012). Sobre os Grupos Populacionais que devem ser beneficiados na implementação dessas ações de extensão universitária, cabe destacar, conforme aponta Carlos Talayer (2017), a importância de universidades perceberem e incluírem em seus projetos o público dos imigrantes; referenciando, portanto, a necessidade de orientar ações e projetos que contemplem esse segmento entre aqueles ditos vulneráveis ou com necessidades a serem supridas.

Além disso, o que se verifica é que esta Política Nacional de Extensão Universitária, muitas vezes, irá responder e interagir com outros cenários e outras

políticas nacionais; um desses exemplos diz respeito à Lei de Migração, instituída no ano de 2017 – em função do grande fluxo de imigrantes e refugiados que têm vindo para o Brasil reconstruir suas vidas – e que fora elucidada nessa pesquisa no capítulo anterior.

Cabe, por fim, destacar que Paulo Freire também faz uma importante observação para que se perceba a extensão de uma forma “libertadora”, não como algo imposto, transmitido tão somente ou dado. Mas, como algo construído, demandado a partir das percepções dos atores envolvidos. Para Freire, o nome melhor dado seria “comunicação”, já que a ideia de extensão, para o pesquisador, denota muitas vezes o sentido de manipulação/imposição de determinada informação ou conhecimento (FREIRE, 2011). No entanto, não tratando especificamente deste conceito de comunicação, para fins de análise empírica nesta pesquisa, acabarei por tratar de projetos de extensão e grupos de trabalho de universidades gaúchas escolhidas para que seja possível perceber – diante do fenômeno das imigrações e da grande crise de refugiados no mundo atualmente – como tem se dado essa relação com o local/regional, isto é, de que forma as universidades estão se organizando enquanto partes desse território na intenção de auxiliar para uma melhor qualidade de vida, integração social e cidadania.

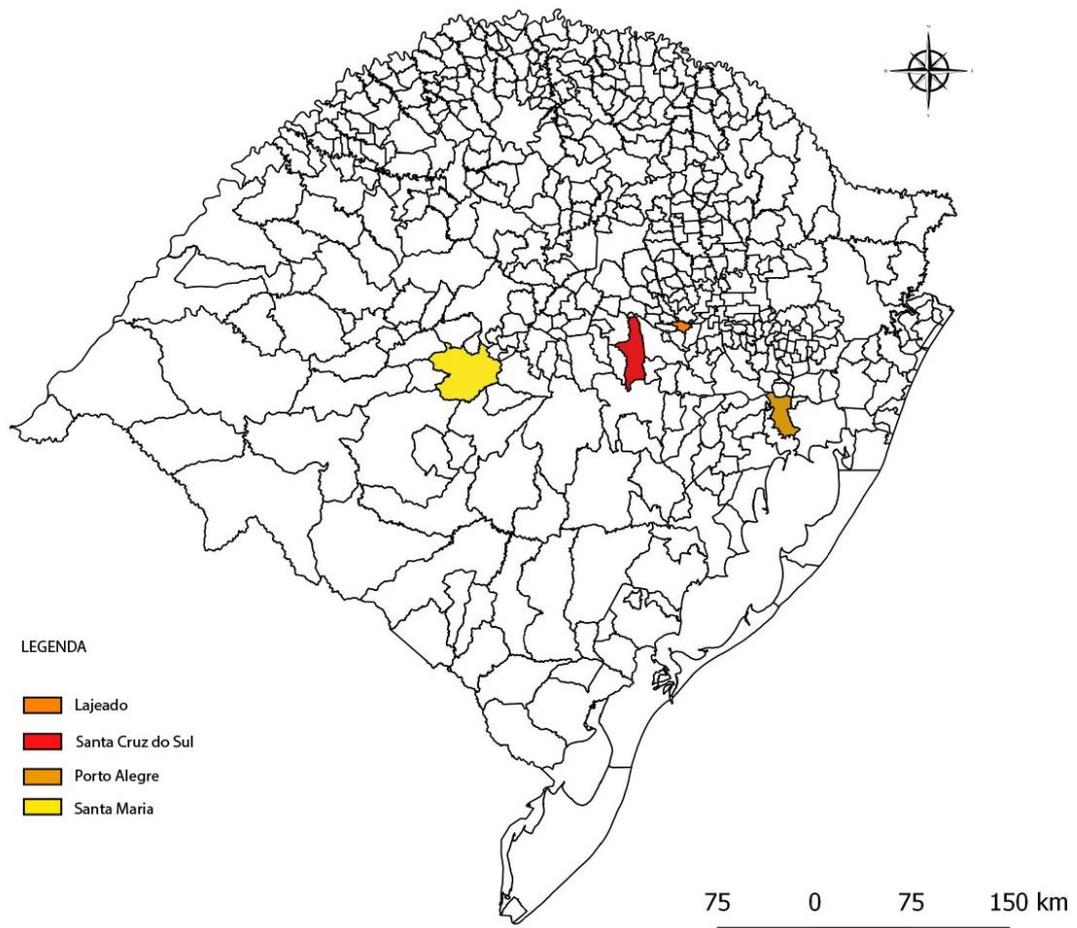
São muitos os casos, portanto, de universidades atualmente trabalhando através da extensão com assessoria jurídica, psicológica, ensino da língua portuguesa, entre outros serviços para esses imigrantes. Do Norte ao Sul do Brasil é possível identificar universidades conveniadas à Cátedra Sergio Vieira de Melo (CSVM) – que desempenha importante trabalho ao público de imigrantes, sobretudo, refugiados. Atualmente, a CSVM é composta por 22 instituições de Ensino Superior espalhadas em nove estados e no Distrito Federal, entretanto, há outras universidades que desempenham atividades voltadas a esse público independentemente do convênio (ACNUR 2019).

A expansão de vagas nas universidades, sobretudo federais, para este público também é um dado que merece destaque. De acordo com o ACNUR, mundialmente, apenas 3% das pessoas refugiadas estão matriculadas em universidades. Entretanto, no Brasil este número vem crescendo, chegando a dobrar em 2019 – comparado ao ano anterior. Este é um sinal que, de certa forma, as universidades vêm desempenhando um importante papel e promovendo um ambiente de contato,

aproximação, integração e democratização do conhecimento; e da vida de forma geral.

Assim, na sequência serão relatados alguns serviços prestados por essas instituições no estado do Rio Grande do Sul – embora existam outros grupos de trabalho e projetos de extensão em todo o Brasil, o recorte de análise foi regional, elucidando as atividades, especificamente, de quatro universidades gaúchas localizadas em municípios distintos – como mostra o mapa a seguir.

Figura 6: Mapa dos municípios onde estão localizadas as universidades pesquisadas



Fonte: Elaborado pela autora.

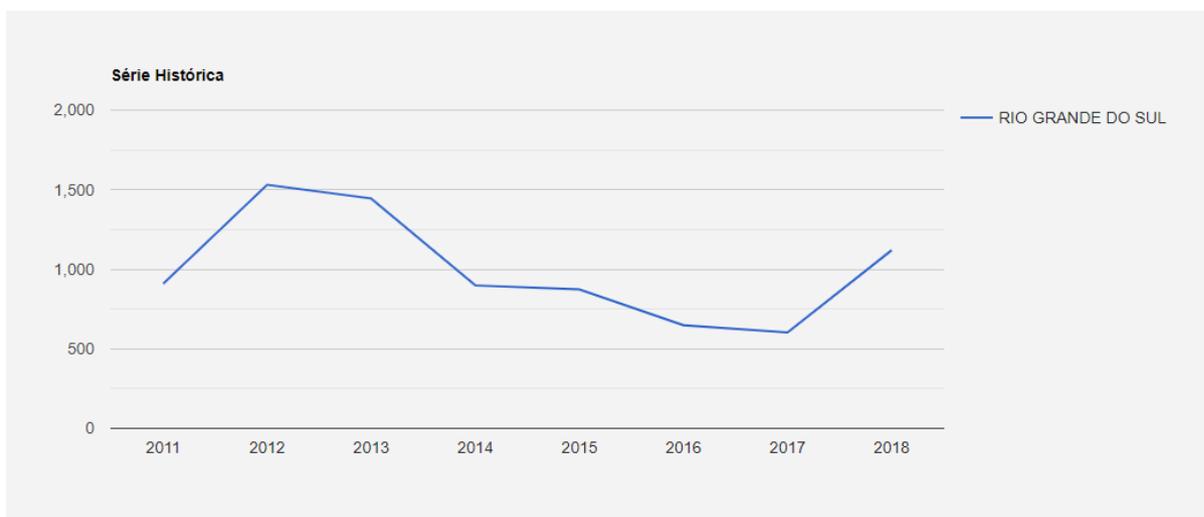
4.1 A escolha pelas universidades pesquisadas e os municípios onde estão inseridas

Para conhecer mais profundamente sobre cada um dos projetos, faz-se necessário contextualizar os municípios onde estão localizados, conforme demonstrados no mapa anterior. Cada um destes municípios possui particularidades e motivos que atraem os imigrantes a se estabelecerem para recomeçarem suas vidas.

Segundo o Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, que fora concebido a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho, por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB), o fluxo para o Rio Grande do Sul intensificou-se nos últimos anos. Assim, nos gráficos a seguir e nos dados trazidos na tabela é possível constatar essa evolução.

Na base de dados da Coordenação-Geral de Imigração Laboral (CGIL) apresentam-se dados quantitativos de autorização de residência para fins laborais, onde é possível perceber uma redução entre os anos de 2013-2015 e um crescimento considerável a partir de 2017:

Figura 7: Autorização de residência para fins laborais no RS

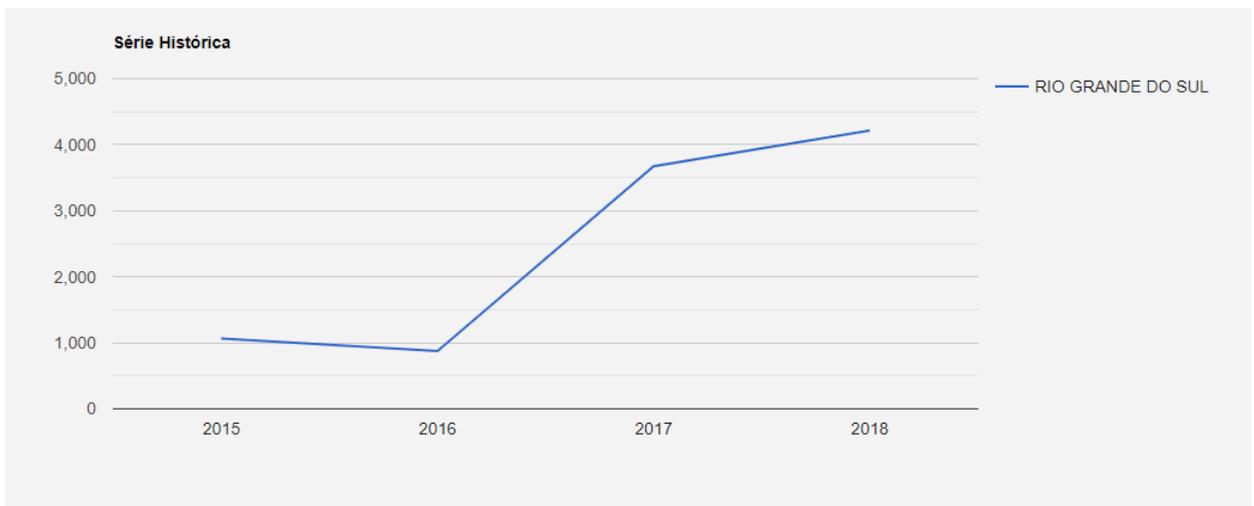


Fonte: OBMigra, 2019.

Nota-se que no período onde ocorreria redução de pedidos de imigração laboral, houve no Brasil um momento de instabilidade política e financeira e, conseqüente, aumento do desemprego – fato que pode ter influenciado esse declínio na imigração laboral. Já a partir de 2017 verifica-se o crescimento da imigração, em mesmo momento que internamente ocorriam mudanças na legislação e direitos previstos aos imigrantes.

Outro gráfico demonstra o crescimento de número de carteiras de trabalho emitidas pelo Ministério por ano no Rio Grande do Sul:

Figura 8: Emissão de carteiras de trabalho para imigrantes no RS



ano	RIO GRANDE DO SUL
2015	1.065
2016	875
2017	3.675
2018	4.214

Fonte: OBMigra, 2019.

Assim, é possível identificar um aumento nos últimos anos da chegada de imigrantes no território gaúcho e, especialmente, nos municípios analisados nessa pesquisa. Os dados a seguir fazem parte do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), o qual é um registro administrativo da Polícia Federal, referente aos imigrantes que entraram com pedido de cadastro para a emissão da RNM (Registro de Nacional Migratório), conforme segue:

Quadro 1: Quantidade de imigrantes nos municípios analisados na pesquisa.

Municípios	Porto Alegre	Santa Maria	Lajeado	Santa Cruz
2017	1978 imigrantes	118 imigrantes	182 Lajeado	69 imigrantes
2018	1929 imigrantes	150 imigrantes	155 imigrantes	67 imigrantes
Até outubro/2019	1525 imigrantes	124 imigrantes	222 imigrantes	37 imigrantes

Fonte: OBMigra, 2019. Elaborado pela autora.

Desta forma, percebe-se acentuada procura pelo município de Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul), em seguida uma grande procura também pelos municípios de Lajeado, Santa Maria e Santa Cruz do Sul. Estes últimos municípios são considerados hoje como “cidades-médias”, para onde tem se dado grande fluxo migratório de pessoas e também empresas/negócios e para onde se intensificou o processo de interiorização das universidades nas últimas décadas, visando à democratização do ensino (SILVEIRA et al., 2018).

Porto Alegre, capital, do Rio Grande do Sul – pode-se dizer – é uma cidade cosmopolita, para onde há um constante fluxo migratório. No último Censo do IBGE (2010), Porto Alegre, possuía o maior IDH do estado do Rio Grande do Sul, o que gerava grande atração de imigrantes para a cidade, tanto nacionais, quanto internacionais. Entretanto, não é possível afirmar como está o IDH hoje em dia desse município, pois o novo censo ocorrerá no ano de 2020 e, assim, possibilitará estabelecermos um comparativo no ranking com os demais. Sabe-se, porém, que o fluxo para cidades-médias tem ocorrido progressivamente.

Sobre o perfil dos imigrantes que chegaram a Porto Alegre nos últimos três anos, há, majoritariamente, imigrantes do Haiti, Venezuela, Colômbia, Argentina, Estados Unidos, seguidos por demais países de todos os continentes, especialmente da América. Além disso, cabe destacar que o percentual de homens e mulheres é de 61% e 38%, respectivamente, sendo 1% não identificado (OBMIGRA, 2019).

Já, sobre o município de Lajeado, 49% são mulheres e 51% homens. As nacionalidades preponderantes nesse município, por ordem, são: Haiti, Colômbia, Bangladesh, Argentina e Venezuela. Em Santa Cruz do Sul, o percentual de homens e mulheres é similar ao de Porto Alegre: 62% homens e 38% mulheres. As nacionalidades com maior número de imigrantes no município são, por ordem:

Colômbia, Estados Unidos, Venezuela, China. Por fim, o município de Santa Maria, está assim dividido entre imigrantes homens e mulheres, respectivamente: 58% e 42%. Dentre estes, as nacionalidades que mais se sobressaem são: Venezuela, Argentina, Colômbia, Uruguai, México e Estados Unidos (OBMIGRA, 2019).

Nota-se em todos os municípios a preponderância de imigrantes de nacionalidade latino-americana, e em uma região específica, a de Lajeado, a vinda de imigrantes com descendência de Bangladesh, devido à indústria de gênero alimentício que contrata grande número de profissionais com expertise no abatimento de frangos para exportar para a região do Oriente Médio, tendo em vista questões culturais com corte voltado à Meca, respeitando as tradições dos muçulmanos. É recorrente a vinda desses imigrantes para o município e o preenchimento de vagas nessas empresas.

A seguir, é possível analisar, resumidamente, o perfil dos municípios, onde estão localizadas as universidades dessa pesquisa. Os dados são de origem do IBGE:

Quadro 2: Características dos municípios analisados na pesquisa.

Municípios	Porto Alegre	Santa Maria	Lajeado	Santa Cruz do Sul
IDH (2010)	0,805	0,784	0,778	0,773
População no último censo (2010)	1.409.351	261.031	71.445	118.374
Pop. estimada em 2019	1.483.771	282.123	84.014	130.416
PIB per capita	R\$ 49.740,90	R\$ 25.686,04	R\$ 45.888,70	R\$ 64.653,78
Ocupação laboral	795.011 pessoas em 2017 – cerca de 53% da população	80.936 pessoas em 2017 – cerca de 29% da população	43.409 pessoas em 2017 – cerca de 54% da população	49.424 pessoas em 2017 – cerca de 38,8% da população

Fonte: IBGE, 2019. Elaborado pela autora.

Embora o município de Santa Cruz do Sul não tenha tantas entradas de imigrantes – se comparado ao município de Lajeado, que possui população inferior – possui um PIB per capita superior aos dos outros municípios; fato que pode influenciar o poder de decisão na busca por um local para viver e trabalhar. A economia do município está baseada na agroindústria fumageira, com grandes multinacionais do

tabaco instaladas em seu distrito industrial. Além disso, fora colonizada por imigrantes alemães, que começaram a chegar no município ainda no século XIX.

Quanto ao município de Lajeado, este possui um fluxo constante de imigrantes (sobretudo haitianos) para lá, devido a uma rede que se criou a partir da intervenção de um imigrante haitiano que há anos reside no município e se tornou referência na busca por melhores condições de vida e direitos para esse grupo de indivíduos.¹⁰ A economia do município, como mencionado anteriormente, possui significativo número de indústrias do gênero alimentício e, em 2014, Lajeado obteve o reconhecimento de município com o maior desenvolvimento socioeconômico do RS, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que averiguou aspectos na área de educação, saúde, emprego e renda (G1, 2019).

Enquanto isso, no município de Santa Maria, a UFSM destaca-se por ter criado o primeiro vestibular ofertando vagas suplementares para o público dos imigrantes, o que também tem gerado certa atração dos imigrantes e criando uma rede de suporte entre eles, conforme averiguado através das entrevistas que serão apresentadas na sequência.

Já explicitando, brevemente, os projetos e universidades analisadas nessa pesquisa, tem-se o GAIRE (Grupo de Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no município de Porto Alegre, o qual fora o primeiro projeto voltado à assessoria jurídica de imigrantes no estado do Rio Grande do Sul. Cabe dizer que este projeto desenvolve suas atividades na região metropolitana antes ainda da Lei de Migração ter sido implementada, isto é, desde 2007 (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2018).

A UFRGS, por sua vez, é a primeira universidade a surgir no estado, datando o ano de 1895 com os cursos de Farmácia e Química, seguindo pelo curso de Medicina e posteriormente de Direito, ainda no século XIX. Em um primeiro momento, não era federalizada, passando a ser somente em 1950 e, desde então, ocupa posição de destaque no cenário nacional como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, dentre as federais, considerando o número de professores (UFRGS, 2019).

¹⁰ Renel Simon atualmente é servidor público municipal com forte atuação na comunidade local e grande representatividade entre os imigrantes. Realiza palestras em instituições e universidades e presta grande apoio aos órgãos competentes para auxiliar todo tipo de demanda dos imigrantes.

Figura 9: Campus UFRGS em Porto Alegre.



Fonte: UFRGS, 2019.

Além desse, o grupo Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH) da Universidade Federal de Santa Maria também vem trabalhando para desenvolver pesquisas e atividades que contemplem este grupo de indivíduos, em uma tentativa sempre de interagir com a comunidade e, sobretudo, com órgãos públicos – para que façam valer suas responsabilidades e atribuições. Além disso, esse grupo destaca-se por ter difundido na universidade e liderado o projeto de ofertar vagas complementares nos vestibulares para o público dos imigrantes, como já mencionado anteriormente (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2018).

A Universidade Federal de Santa Maria foi fundada no ano de 1960 e foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e tornou o Rio Grande do Sul o primeiro estado da Federação a contar com duas universidades federais. Recentemente, a universidade figurou entre as 10 universidades do mundo com maior produção científica feita por mulheres, segundo levantamento feito em 2019 pelo Centro de Estudos da Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, na Holanda (UFSM, 2019).

Figura 10: Campus UFSM em Santa Maria



Fonte: UFSM, 2019.

Já, em outra região do estado, tem-se também o projeto “Vem pra cá”, da UNIVATES, localizada em Lajeado, o qual trabalha fortemente com o ensino da língua portuguesa a imigrantes recém chegados, auxiliando-os no acesso a direitos, serviços, mercado de trabalho, etc. (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2018).

A UNIVATES, por sua vez, foi credenciada pelo MEC em julho de 1999, sob a denominação de Centro Universitário UNIVATES. Antes disso, desde a década de 1960 já havia dentro do município associações da sociedade civil organizada que firmavam parcerias e apoiavam a educação superior. A Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates), uma entidade de ensino de caráter comunitário e beneficente de direito privado e sem fins lucrativos, é sua mantenedora. Desde 1999 foram abertos vários cursos de graduação, somando-se mais de 50 cursos (bacharelados, licenciaturas, tecnológicos e sequenciais). Em 2014, a Univates e sua mantenedora, foram qualificadas como Instituição Comunitária de Educação Superior (Ices). Assim, a Instituição tem o compromisso com a sociedade de “ser uma universidade de impacto social, cultural, econômico e tecnológico” (UNIVATES, 2019).

Figura 11: Campus UNIVATES em Lajeado



Fonte: UNIVATES, 2019.

Por fim, um dos grupos mais recentes no estado, o GTARI – Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) tem trabalhado prestando apoio às demandas diversas dos imigrantes, juntamente com órgãos públicos e interação com demais setores da sociedade para propiciar o desenvolvimento e integração dos imigrantes junto à comunidade local/regional (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2018).

A história da UNISC se confunde com a história de sua mantenedora, a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, que desde 1961 já planejava criar uma Universidade no município. Os esforços da Associação começaram a dar resultados ainda naquela década, em 1964, quando foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis. Em 1967 tiveram início os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, foi a vez da Faculdade de Direito e, dois anos depois, da Escola Superior de Educação Física. Em 1980 a mantenedora obteve a aprovação do MEC para criar as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, a FISC. Por fim, o projeto que deu origem à UNISC foi construído em 1991, pelo então Conselho Federal de Educação - CFE e em 1993 o processo de criação da Universidade chegou ao fim,

passando a entidade a denominar-se Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Assim, permeiam suas atividades o caráter humanista e o ideal comunitário (UNISC, 2019).

Figura 12: Campus UNISC em Santa Cruz do Sul



Fonte: UNISC, 2019.

Sabidamente, uma universidade pública e, nesse caso federal, tem o objetivo de atender as demandas sociais, públicas e reverter seus ganhos (tangíveis ou “abstratos”) para a sociedade, uma vez que sua receita advém da União e, portanto, do povo. Quanto às universidades comunitárias, muitas vezes, não se tem clareza sobre suas definições e atribuições. Alguns não sabem se se trata de universidade pública ou particular – uma vez que é paga. Portanto, entende-se a necessidade de esclarecer esse conceito. “A universidade comunitária é definida pela LDB, art. 20, pelo seu poder instituidor, ou seja, pela caracterização de ser instituída por um grupo de pessoas físicas e jurídicas e que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (CIMADON & CIMADON, 2015)”.

A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), foi criada em 26 de julho de 1995 e trouxe em seu Estatuto doze requisitos para que a mantenedora pudesse se enquadrar como universidade comunitária, conforme segue: I - estar legitimamente constituída no país, sob a forma de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil; II - pertencer o seu patrimônio a uma comunidade, sem dependência do poder público, de famílias, empresas ou outros grupos com interesses econômicos; III - aplicar integralmente no território nacional suas rendas,

recursos de qualquer espécie e eventual resultado operacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; IV - não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto; V - não privilegiar seus integrantes, associados, membros, participantes, instituidores ou filiados, na prestação de seus serviços; VI - ter como instância máxima uma Assembleia ou Conselho com a participação de representantes da comunidade na qual está inserida; VII - ter o controle da administração da gestão financeira de todos os seus recursos através de organismos com participação da comunidade à qual está vinculada e, no caso das fundações, também através do Ministério Público; VIII - não remunerar seus dirigentes, integrantes, membros, participantes, instituidores ou filiados, com salários, vantagens, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio, quando no desempenho de suas funções estatutárias, nada impedindo, entretanto, que eles recebam por seu trabalho, no exercício de funções docentes ou administrativas, nas instituições mantidas; IX - destinar, em caso de dissolução ou extinção da entidade, o patrimônio remanescente a uma entidade pública com finalidades similares; X - ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal; XI - *manter sempre presente seu objetivo social, considerada a natureza e o interesse público de suas atividades* [grifo da autora]; XII - zelar para que o seu patrimônio e suas atividades estejam vinculadas diretamente aos seus objetivos e funções (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS, 2019).

Assim, entende-se dentro de suas atribuições uma preocupação clara com o social, com o interesse público e certa ligação com o desenvolvimento regional. De acordo com Vannucchi (2013, p. 30), “[...] dentro do sistema de ensino superior do país, a universidade comunitária representa um modelo alternativo, ou seja, ela não é nem pública, no sentido de estatal, nem privada, no sentido estrito, empresarial. É pública não estatal” (VANNUCCHI, 2013, p. 33-34).

Na lei instituída em 2013, Lei n. 12.881/2013, ficam mais claros o conceito e o requisito de Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), considerada na dimensão pública não estatal. O seu artigo 1º caracteriza as instituições comunitárias, atribuindo-lhes esse caráter público, porém gerido pela sociedade civil. Define, portanto, a missão dessas universidades comunitárias no sentido da produção de conhecimento significativo para a sociedade, a transformação de seus alunos em

profissionais de excelência e a intervenção positiva na realidade social (VANNUCCHI, 2013, p. 41).

Sendo assim, entende-se esse movimento da sociedade civil como um importante colaborador para o ensino e a educação através da atuação dessas universidades que devem estar voltadas e/ou importadas com o local e o desenvolvimento, portanto, do território onde foi constituída. Entretanto, somente nos últimos anos essas universidades comunitárias começaram a ser vistas de maneira efetivamente relevante, uma vez que o Estado começou a perceber que elas não possuíam o intuito de substituir ou sabotar seu papel, mas que, efetivamente, estariam dando um suporte significativo ao dever prestacional que ele próprio, muitas vezes não conseguia fornecer (CIMADON & CIMADON, 2015).

A ideia de escolher duas universidades federais, portanto, e duas comunitárias é por compreender que estas não têm finalidades lucrativas e devem reinvestir todos os resultados (financeiros ou não) na própria atividade educacional e comunidade. Sobre as comunitárias, fica claro que são universidades criadas e mantidas pela sociedade civil e devem contribuir para o desenvolvimento da região e do país através da oferta de educação de qualidade e – nesses casos estudados na pesquisa – da extensão. Elas devem ser entendidas, portanto, como fruto da aspiração de cidadãos que, ante a inexistência da oferta dos serviços básicos que a Constituição lhes garante, se unem para poderem acessá-los.

Cabe dizer que serão aprofundados os debates acerca da atuação desses projetos de extensão para o público dos imigrantes no próximo capítulo a partir das entrevistas com os representantes dos projetos realizadas no primeiro semestre de 2019 in loco. O contato com as universidades se deu da seguinte maneira: primeiramente, houve pesquisa em seus sites e redes sociais para saber genericamente quais eram seus focos de atuação, onde estavam localizados, etc.; em um segundo momento, houve a participação em Seminários ocorridos em universidades para debater sobre a atuação dos projetos extensionistas com foco na atuação com os imigrantes, onde foi possível dialogar com representantes desses projetos e fazer um primeiro contato para o agendamento posterior das entrevistas; na sequência, portanto, foram agendadas visitas nas universidades (em Santa Maria, Lajeado, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul) para conhecer na prática os projetos e conversar com seus representantes (professores, coordenadores, alunos, bolsistas). Cabe destacar que os representantes das universidades assinaram um termo quanto

ao uso de informações e autorização para gravar áudio, mas, foi combinado com os mesmos que seus nomes/identidades e funções seriam preservados na transcrição e análise dos dados.

Para trabalhar com a análise dessas informações, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme delimitada por Bardin (2011) a partir de três fases distintas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais trazidas pelo referencial teórico e estabelecer formas para interpretar as informações coletadas. A fase de exploração do material pressupõe já a aplicação sistemática das decisões tomadas na fase anterior e na construção, portanto, das análises a partir das informações levantadas em categorias simbólicas ou temáticas. Por fim, a fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste no tratamento dos resultados obtidos, de modo a apresentarem significados/respostas ao problema de pesquisa (BARDIN, 2011).

Sobre a entrevista semiestruturada que fora realizada junto aos representantes dos projetos de extensão das universidades selecionadas, esta foi composta por quatro tópicos principais (detalhados em 11 questionamentos, documento em apêndice nesta pesquisa) embora, cabe salientar, apenas guiaram a conversa, já que houve espaço para relatarem outros assuntos de seus interesses e experiências que enriqueceram a pesquisa. São eles:

- 1) Surgimento do projeto, contextos e demandas para ter sido estruturado e as principais atividades que desenvolvem;
- 2) Que agentes/atores sociais participam (se participam) dessa interação junto à universidade no processo de integração do imigrante internacional à comunidade regional;
- 3) Desafios sentidos neste processo de integração do imigrante;
- 4) Atuação do Estado e de suas políticas públicas voltadas ao imigrante; se são suficientes ou insuficientes.

A partir dessas linhas de abordagem, foi possível, conversar também sobre diferentes temas e pautas que permeiam esta pesquisa, como por exemplo, as condições materiais e de direitos dos imigrantes atualmente, o papel que a universidade desempenha promovendo a integração dos mesmos à comunidade, o diálogo que acontece regional, nacional e internacionalmente com outros atores que participam desse processo, além de perceber as carências e desafios que se colocam

hoje no contexto brasileiro e gaúcho para as Instituições de Ensino Superior, sejam elas federais, estaduais, comunitárias e/ou particulares.

4.2 Caracterização e análise dos projetos de extensão das universidades gaúchas selecionadas

Inicialmente, cabe informar que cada projeto de extensão possui características próprias, desempenha atividades únicas e atua de modos diferentes em cada município e região. Assim, torna-se relevante explicitar os modos como surgiram dentro das universidades e a partir de que demandas.

Sobre o GAIRE, em entrevista realizada, contam os representantes, que começou suas atividades em 2006 como grupo de estudo/pesquisa; em 2007 iniciou os primeiros atendimentos e virou extensão, mas de forma ainda incipiente, chamando-se somente GARE (prestando serviço apenas para refugiados). Em 2009, assume sua forma atual agregando a assessoria a imigrantes. Mas, somente em 2012, pode-se dizer, que realmente cresceu e se tornou mais conhecido com a vinda dos haitianos e demandas que passaram a receber desse público.

Segundo representantes que atuam no projeto, o mesmo surgiu graças a iniciativa e movimento dos próprios alunos e, posteriormente, tendo apoio do professor regente, fora abarcado pelo SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) que está vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que possui mais de 65 anos de experiência na promoção dos Direitos Humanos. Consideram, portanto, a assessoria jurídica a refugiados e imigrantes algo fundamental, devido ao alto grau de desconhecimento da legislação brasileira por parte dessas pessoas e da sociedade em geral. Além disso, contam, não esperavam que o projeto chegasse no patamar que chegou, isto é, sendo uma referência nessa rede dos imigrantes – tanto, na regulação migratória, de assistência jurídica e também psicossocial. Os representantes relatam, ainda, que contam com ajuda de outras áreas e não só do Direito, atualmente, como também de alunos de Relações Internacionais, Psicologia, Serviço Social, Jornalismo, Cinema, Políticas Públicas, Enfermagem – além da prestação de serviços voluntária de advogados e psicólogos (maioria ex-aluno da instituição).

Já, representantes do MIGRAIDH relatam que o projeto começou a desenvolver atividades na Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2013, graças a vinda

de uma professora para o curso de Direito que pesquisou em sua tese de doutorado o tema do direito humano de migrar, trazendo toda perspectiva dessa “violência do Estado quando seleciona, barra imigrantes por uma série de situações”. Dessa forma, surge o projeto e buscam compreender e investigar toda essa conjuntura dentro da perspectiva jurídica e também as vulnerabilidades e desafios dessa população migrante no Brasil.

Assim, desenvolveram uma pesquisa de campo logo no início do projeto para conhecerem algumas comunidades imigrantes no estado, como haitianos em Lajeado, senegaleses na serra gaúcha, etc. Dessa pesquisa, portanto, muitas demandas e questões foram levantadas e serviram, juntamente com todo referencial teórico que já se tinha, para embasar o corpo e demonstrar a importância do projeto atuar no município e região. Cabe destacar, conforme fala dos representantes, que a questão do acesso à educação sempre ficou muito latente a partir desse contato com as populações imigrantes. Assim, o projeto de extensão tomou um caráter ainda mais significativo, pois passou a atuar, diante dos demais órgãos públicos, reivindicando direitos da população imigrante e refugiada – principalmente na questão da educação – inclusive dentro da própria universidade, pois, foi através das reivindicações desse projeto que a UFSM passou a ofertar vagas especificamente para esse público em seus vestibulares¹¹.

Além disso, atualmente, assim como o GAIRE, participam junto à Cátedra Sérgio Vieira de Melo. Para ambos os projetos o convite a participar da CSVSM ocorreu após alguns anos de atuação e relevância dos trabalhos desempenhados.

É possível identificar nesses relatos o conceito de agente/agência, cunhado por Giddens e debatido no capítulo anterior, sendo desempenhado pela universidade, uma vez que – fazendo uso de seu poder e de suas relações dentro da comunidade – pode se relacionar com a estrutura (Estado e sociedade) para promover mudanças para determinado grupo/ator social (nesse caso, os imigrantes), instituindo uma política que viabiliza o acesso à educação, por exemplo. De acordo com a Resolução 041/2016:

A Universidade Federal de Santa Maria viabilizará o ingresso como aluno ao portador de estado de refugiado ou imigrante em situação de vulnerabilidade, nos Cursos Técnicos, Tecnológico e de Graduação, por meio de vagas suplementares por curso no semestre letivo, que independará do número de vagas ociosas (UFSM, 2016).

¹¹ Mesmo tendo sido uma medida bastante significativa para esse público, esta política de ingresso foi descontinuada em 2019.

Quanto ao GTARI, da Universidade de Santa Cruz do Sul, este iniciou suas atividades no ano de 2016, como Grupo de Trabalho, tendo se tornado projeto de extensão somente em 2018. As primeiras demandas de suporte a esse público fizeram com que a universidade se organizasse internamente com uma equipe de trabalho específica para atendê-los. Conforme os relatos de seus representantes, em 2016 estivera vinculado ao Núcleo de Ação Comunitária da UNISC, e recebera da Associação Antônio Vieira (ASAV) um pedido de auxílio e intermediação para duas famílias de colombianos que haviam chegado em Santa Cruz do Sul, na condição de refugiados, para todo tipo de apoio, no intuito de recomeçarem uma nova vida nesse território. Na época, contam, o principal apoio dado foi de assessoria psicológica e orientações diversas. No entanto, estas famílias não permaneceram no município, fato que não impediu que as discussões na universidade se propagassem e se percebesse a importância de manter ativo um grupo atuando nesse sentido. Daí, então, a institucionalização em 2018 do Projeto de Extensão já com alguns bolsistas, professores e interação com a Assessoria para Assuntos Internacionais e Interinstitucionais da universidade. Ainda, conforme relato da professora coordenadora do projeto, uma das principais atividades que desenvolvem e entendem como essenciais nesse processo é a de conscientizar, debater e provocar a reflexão dentro da universidade e na comunidade, de modo geral, pois ainda se percebe muito preconceito – mesmo tendo sido a cidade construída a partir da vinda de imigrantes (alemães) no século XIX.

Já, o Projeto Vem pra Cá, da UNIVATES, surgiu dentro do Departamento de Letras, por volta de 2014 com as primeiras atividades destinadas a esse público – fazendo parte de um projeto maior dentro desse departamento, chamado “Veredas da Linguagem”. Conforme os imigrantes começaram a chegar no Brasil, e no estado propriamente, sobretudo o *boom* de haitianos após 2012, essa comunidade foi crescendo e a iniciativa veio da própria reitoria, que entendeu que a UNIVATES, como instituição comunitária, deveria de alguma forma assessorar essas pessoas que tinham dificuldades na hora de enfrentar, por exemplo, um posto de saúde, buscar ajuda no SUS, fazer compras em mercados, etc. Então, pensou-se que era essencial atendê-los, à medida do possível, no ensino da língua portuguesa. Assim, as primeiras aulas, contam, ocorreram antes ainda de institucionalizarem como projeto de extensão, sendo ministradas dentro da Companhia Minuano de Alimentos – onde se concentrava trabalhando o maior número de haitianos naquele período. Então, após

o turno, as professoras e alguns alunos voluntários levavam um quadro e materiais didáticos até a empresa. Logo verificou-se que seria difícil manter dessa forma e, assim, percebeu-se que o melhor jeito seria institucionalizar o projeto de extensão – até porque possibilitaria a atuação dos acadêmicos da universidade nessa enriquecedora experiência de ensino da língua e contato com outras culturas.

Sobre as origens dos quatro projetos estudados nessa pesquisa, percebe-se especificidades e demandas próprias e pontuais em cada região. Além disso, percebeu-se que muitos são os cursos envolvidos nesse processo, pois variam de Direito, Relações Internacionais, Letras, Psicologia, entre outros. Ainda, verificou-se que a estruturação enquanto projeto de extensão e articulação das atividades dentro da universidade ocorreram de forma reativa – ou como sugeriria Giddens, de forma reflexiva – ao fenômeno da imigração no estado do Rio Grande do Sul, isto é, à medida que as pessoas chegavam, se percebia, de certa forma, a necessidade de acolhê-los e auxiliá-los em demandas diversas: desde o ensino da língua, documentação, acesso à saúde pública, até assessoria para ingressar no mercado de trabalho.

É perceptível também que, via de regra, os projetos não atuam isoladamente; há a participação de outros atores, como, por exemplo, Cátedra Sérgio Vieira de Melo, Associação Antônio Vieira, empresas privadas, prefeituras, etc. Foi possível observar a interação dos projetos de extensão também com servidores públicos e secretarias municipais em todos os municípios/universidades investigadas, conforme se vê nos seguintes relatos:

A gente não costuma promover atividades ações de solidariedade/caridade/assistencialista, bem pelo contrário. A gente sempre atua de forma coletiva né, pra pensar a população, esse público de atendimento que é os imigrantes e refugiados... num âmbito maior, um âmbito coletivo - fazendo intermediação com os poderes públicos de todos os níveis pra enfrentar as demandas que nos chegam; o atendimento mais individual, que também acontece, está em outros âmbitos... muitos atendimentos e demandas documentais, como regularização migratória, atendimento psicossocial. Tudo isso o MIGRAIDH faz. Dá pra dizer que o MIGRAIDH tem dois grandes ramos de atendimento: intermediações com poder público para efetivação dos direitos e, por outro lado, oferecer um serviço de acolhida e assistência (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019).

Fazemos parte da Cátedra... Acredito que a gente atue mais como uma instituição de meio. A gente acolhe e recebe as demandas de instituições e órgãos federais, como polícia federal, DPU e encaminhamos. [...] Atuamos em algumas lacunas, fazendo articulação entre eles e os imigrantes e vice versa... Uma coisa que eu vejo, por exemplo, chega o assistido na Polícia Federal, o que eles fazem é encaminhar pro GAIRE, que vai organizar, vai ser tudo organizadinho, pra daí voltar pra instituição que, teoricamente, era responsável por esse serviço. Ao invés de identificar a demanda e buscar solucionar, eles já mandam pra nós. Aí identificamos e reencaminhamos de

volta depois para o órgão responsável com tudo pronto, que muitas vezes é o próprio órgão que mandou pra gente (ENTREVISTA GAIRE, 2019).

Percebe-se nesses relatos a relevante participação dos projetos no tocante à intermediação dos serviços públicos que devem ser prestados ao imigrante pelo Estado. Pode-se dizer, portanto, que há entre a teoria e a prática um descompasso em relação à Lei de Migração, por exemplo, e em como as instituições e estrutura estatal deveriam estar funcionando, visto que, a universidade, enquanto agente, vem executando funções e responde por serviços que não, necessariamente, são seus. Dessa forma, percebe-se por parte das universidades que os serviços possam estar sendo prestados de forma morosa ou ineficiente, dado que não possuem estruturas (física, financeira e de pessoal) para atender as centenas de serviços e demandas que chegam. Entretanto, isso demonstra também que a universidade tem sido vista como um órgão com credibilidade e capilaridade nas comunidades em que está inserida, já que vem sendo procurada tanto pelos imigrantes nessa prestação de serviço, quanto pelos órgãos públicos, além de manter parcerias e projetos com associações como a ASAV e CSVN.

Cabe destacar também a fala dos representantes do projeto da UFSM sobre não prestar serviços assistencialistas e/ou de caridade, uma vez que compreendem a importância de empoderar esses sujeitos para – em plenos poderes e direitos garantidos – buscarem por conta própria o seu desenvolvimento. Esta ideia de assegurar direitos básicos aos imigrantes para que busquem seus projetos e sonhos converge com a ideia de Sen, sobre o Desenvolvimento como Liberdade, pois, através da expansão de suas capacidades (sendo essas, nesse caso, a garantia de direitos e o acesso a serviços e oportunidades) o imigrante poderá desenvolver-se.

Além disso, a ideia do desenvolvimento do ser humano, perpassa muito sua capacidade de se comunicar e se projetar na sociedade. Por isso, vale destacar o quanto é relevante e sensível o trabalho prestado pelo projeto da UNIVATES, “Vem pra cá”. Segundo relatam as professoras coordenadoras do projeto, houve muita dificuldade em conseguir, primeiramente, um local apropriado para as aulas. Assim, mais uma vez, uma parceria com o poder público estadual se concretizou e conseguiram a liberação de salas de aula na escola Castelo Branco, onde passaram a ofertar aulas três vezes por semana, no município de Lajeado. Outra dificuldade era cooptar voluntários para ministrarem as aulas, e um terceiro desafio era pensar em

como se daria esse ensino da língua, pois, como contam as professoras, não se tratava de ensinar uma segunda língua simplesmente (tendo em vista que muitos imigrantes já falavam até quatro línguas), mas ensinar como língua adicional, para que compreendessem e fossem capazes de se tornarem independentes e seguros na busca de seus projetos de vida.

Com esses desafios lançados, as professoras criaram ainda um material didático específico para esse público, dada a dificuldade em encontrar livros e traduções para o crioulo, por exemplo, sobretudo, voltado a questões de ordem prática e diária dessas pessoas, isto é, apoiando nos vocabulários necessários a interagirem em situações como entrevistas de emprego, acesso a hospitais, escolas, aluguel de imóveis, etc. A apostila acabou dando nome para o próprio projeto “Vem pra cá” e transmitindo a vontade que tinham os idealizadores em acolher esses seres humanos prestando um serviço de qualidade e sensível aos desafios presentes. Além disso, conforme contam, o nível de entendimento da língua portuguesa entre os imigrantes variava muito, exigindo um esforço grande dos professores nas preparações das aulas e um número maior de voluntários para estarem próximos e sanando as dúvidas dos alunos.

Sobre a importância da educação, a UFSM, conforme relatado anteriormente, também compreende como sendo fundamental para o desenvolvimento dos seres humanos e, percebendo a dificuldade que era em validar os diplomas dos imigrantes no Brasil, dada a burocracia e custos por essas transações, acabou verificando que ofertar vagas em seus vestibulares possibilitava a oportunidade de ensino e, mais que isso, um contato maior com essas pessoas e a integração delas à sociedade.

De acordo com os representantes desse projeto, a política de ingresso surgiu da compreensão teórica e prática (via extensão e contato com a população imigrante) de que este sujeito enxergava muitas vezes a universidade como um espaço negado (tanto para imigrantes, quanto para refugiados). Embora, conta, se tenha uma facilitação de acesso a refugiado à educação de nível superior, conforme legislação nacional, ao imigrante não é dado o mesmo direito. Assim, não se discute ao imigrante essa condição porque muitas vezes se tem a ideia que a imigração é algo voluntário: “veio porque quis”. Então, o propósito foi justamente compreender as vulnerabilidades que ambos os grupos possuem e pensar uma alternativa pra sanar ou diminuir esse problema – demonstrando, portanto, que os indivíduos têm influência sobre as

estruturas vigentes e que podem ser a mola propulsora de mudanças de ordem prática.

A política, portanto, nasce desse contexto e compreensão... além disso, só a imigração consegue trazer essa diversidade pra dentro da universidade, essa riqueza cultural, outras possibilidades de discussão de saberes, democratização, trocas... a política vem nesse sentido. E o MIGRAIDH foi o órgão que propôs à universidade (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019).

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância dessa política e oportunidade, hoje ela está suspensa na universidade, não tendo sido lançado edital de ingresso nesse ano e sem motivos claros ou específicos, segundo relatam. Possivelmente, devido ao contingenciamento das universidades públicas pelo governo federal, fora necessário desarticular ou desestimular certos processos e, “o primeiro corte, a primeira política cortada... foi a política de imigrantes que é algo tão importante, pra pensarmos na internacionalização da universidade, na democratização do acesso ao ensino”. (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019). Nesse depoimento de representante do Projeto MIGRAIDH percebe-se o descontentamento com o momento vivido internamente pelo país e o contingenciamento de recursos das universidades federais pelo MEC, que obrigou que cortes fossem feitos no orçamento e nos projetos vigentes, para que contas elementares pudessem ser quitadas, como: folha de pagamento, luz, água. Isto é, em um cenário de crise na educação nacional, corta-se de atividades entendidas como não essenciais – sob o ponto de vista de quem detém o poder, seja no Estado, sejam nas universidades – invisibilizando as necessidades e sonhos destas pessoas.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2019, exatamente no momento em que o ministro da pasta de educação anunciava os cortes no orçamento do MEC, que refletiriam nas universidades federais. Portanto, o receio era perceptível em relação ao futuro, à continuidade de projetos e à perseguição que muitas vinham sofrendo nesse contexto, já que o ministro havia declarado cortes ainda maiores naquelas universidades julgadas como ineficientes, com rendimento abaixo do esperado, e que praticavam “balbúrdia” (EL PAÍS, 2019). Com essas declarações, o ministro que deveria defender investimentos na educação no país, acabava fomentando um movimento anti-ciência, desassistindo pesquisadores – com o corte de verbas na CAPES e CNPq –, perseguindo alunos, professores e colocando a ciência e pesquisa como inimigos da própria população.

Entretanto, tendo ocorrido o contingenciamento às universidades, mesmo dentro do Governo, essa ação sofria críticas, pois o ministro Pontes declarava: "O orçamento é incoerente com a importância do setor para o desenvolvimento nacional. Recursos para ciência e tecnologia não são gastos, são investimentos. Todos os países desenvolvidos, quando estão em crise, investem mais no setor" (EL PAÍS, 2019).

Assim, o que se verificou foi que medidas adotadas por governos prejudicam diretamente o funcionamento das atividades dentro das universidades, as quais, por sua vez, refletem na sociedade, pois deixam de prestar um serviço (nesse caso ao grupo dos imigrantes) devido à falta de recursos e estrutura interna – o que denota uma relação de poder do Estado sobre o agente (universidade), já que não compete somente a esta a decisão pela manutenção de suas políticas.

Além disso, esse relato do MIGRAIDH sobre a universidade servir/agir como um ambiente de democratização do ensino, de oportunidades e enquanto lugar de vivência, capaz de integrar o imigrante à sociedade, demonstra também o quanto esses espaços – apesar de sua importância – ainda são vetados no Brasil e no mundo para essa população. No Brasil é comum ouvir que o imigrante veio para tirar o lugar de outro brasileiro, seja no emprego, escolas, saúde, alimentos, etc.

Entretanto, seria errôneo também pensar que o perfil dos imigrantes que vêm para o Brasil seja o de pessoas sem escolaridade. Recentemente, em 2019, o ACNUR em parceria com a Cátedra Sergio Vieira de Melo, promoveu uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos refugiados, e nela foi constatado que a grande maioria dos que vivem hoje no Brasil possui elevado capital linguístico e um capital escolar acima da média brasileira inclusive. Essa pesquisa constatou ainda que, dentre os entrevistados da amostra, apenas 2,7% dos refugiados informantes não haviam completado o Ensino Fundamental e 0,6% declararam-se iletrados, num total de 3,3% que estão nessa faixa contra 41% da população brasileira. Por outro lado, 34,4% dos refugiados concluíram o Ensino Superior, alguns tendo cursado até mesmo pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) contra 15,7% da população brasileira que concluiu o mesmo nível de ensino (ACNUR, 2019). Não obstante isso, a maior parte dos diplomados de nível superior não consegue revalidar seus diplomas – informação essa confirmada pelas entrevistas com as universidades e projetos de extensão – por inúmeros motivos, como falta de informação e a dificuldade com o

idioma, desafios que as instituições através dos projetos de extensão vêm tentando combater.

O fato de terem boa escolaridade não assegura o ingresso ao mercado de trabalho. Além disso, conforme relatam todas as universidades, há uma grande preocupação por parte dos imigrantes com essa necessidade, visto que muitos além de se sustentarem enviam divisas para suas famílias que ficaram no país de origem. É perceptível, ainda, uma resistência e xenofobismo em relação a esses grupos de indivíduos e a oferta de vagas. Assim, quando conseguem algum tipo de emprego ou oportunidade, acabam aceitando e se submetendo a qualquer sorte, mesmo tendo formações e competências para desempenharem outras funções. Essas questões podem ser percebidas no relato de três universidades entrevistadas, demonstrando a importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade que tem sido o acesso ao mercado de trabalho, os traços de xenofobia e, por fim, a informalidade.

Independente do grau de instrução dos assistidos, a maior parte deles quando chega ao Brasil acaba se vinculando a empregos fora da área de formação, subalternos e sem carteira assinada, em virtude da situação de vulnerabilidade socioeconômica em que migram. Contudo, a atividade com a qual eles se vinculam varia muitas vezes dependendo da nacionalidade. Os senegaleses e aqueles de origem árabe, por exemplo, se vinculam mais a empregos como vendedores ambulantes. É importante ressaltar, no entanto, que migrantes negros, vindo de países africanos e caribenhos, são os que mais trazem demandas trabalhistas, sendo possível reconhecer o racismo e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais. [...] Eu sempre levanto a questão de que eles sempre falam em profissionalizar e tal pro mercado de trabalho, porém as vezes isso não é vantajoso pro próprio imigrante. Por exemplo, eles querem que ele deixe de vender na rua, e na verdade muitas vezes ganham melhor na rua do que se fossem trabalhar formalizados, com carteira assinada. Além disso, teriam que fazer curso de formação, vir ao centro, passar meses num curso para no final acabar recebendo menos do que ganham agora e isso pra quem muitas vezes têm que mandar dinheiro pro país de origem e se manter aqui, fica difícil e faz bastante diferença (ENTREVISTA GAIRE, 2019).

Quando eles conseguem um emprego aqui, eles vão trabalhando naquilo que conseguem mesmo... independente daquela formação anterior que possuem. E eu diria que pra eles essa é a grande preocupação: de conseguir um emprego e de conseguir se sustentar por meio do trabalho. [...] Tem muitos desempregados aqui ainda, muitos ambulantes no centro da cidade. Então tem que ter um olhar assim... se esse ambulante não pode ficar naquela calçada ali, para onde ele vai? Tem que ter um olhar público a isso. Me parece que já há uma movimentação nesse sentido aqui em Lajeado; de criar um espaço onde eles possam então, mas a gente ainda vê que falta (ENTREVISTA VEM PRA CÁ, 2019).

O que nós percebemos na verdade é que vivem uma situação de marginalidade né inclusive aqui em Santa Cruz do Sul. A gente sabe de algumas ações que foram realizadas para retirar vendedores ambulantes das ruas essas ações foram realizadas no período em que havia vendedores

ambulantes que eram de outras nacionalidades atuando no centro. Ainda assim, eventualmente, se vê uma outra pessoa tentando vender alguma coisa no centro da cidade; a gente sabe que a situação semelhante também acontece em Rio Pardo. Sabemos também que tem relatos de alguns desses imigrantes que afirmam que é muito difícil permanecer aqui na região por causa disso, então eles acabam indo embora né procurando espaços em outras cidades em que eles possam estar melhor atendidos [...] A gente percebe também xenofobia em relação a isso, porque esses imigrantes, por exemplo, ambulantes, a gente observa que os que foram retirados da rua e que as pessoas se incomodavam, normalmente, eram imigrantes com a cor de pele mais escura do que os outros. Acho que essa questão racial está bastante ligada até porque a cidade ela foi construída por imigrantes, então não é a questão da imigração talvez diretamente que esteja incomodando, mas o tipo de imigração (ENTREVISTA GTARI, 2019).

Foi possível identificar nas entrevistas realizadas, portanto, o quanto o preconceito e o racismo ainda estão presentes na sociedade gaúcha – mesmo tendo sido essa uma região colonizada por diversos povos (de origem europeia, em sua maioria), se percebe ainda certa resistência ou xenofobismo com aqueles que vêm de fora, sobretudo, negros. Além disso, o desconhecimento e/ou ignorância sobre os direitos dessas pessoas e o fato de que não vêm para disputar ou tomar algo de alguém, prejudicando serviços públicos, por exemplo, dão margem para comportamentos excludentes e segregadores. Desta forma, garantir que os imigrantes tenham documentos válidos e amplo acesso, portanto, a serviços públicos é um preceito básico para manter determinado nível de qualidade de vida e desenvolvimento na sociedade.

Conforme fora debatido anteriormente, a ideia de desenvolvimento requer a garantia de direitos básicos a essas pessoas, como saúde, educação, moradia, alimentação. Com tais condições estabelecidas, o ser humano torna-se capaz de buscar seu sustento e projetos de vida. Portanto, fora identificado nas entrevistas com os representantes dos projetos de extensão falas acerca do tema, desafios e vivências que tiveram nesse contexto de obstrução de um serviço ou direito, em função do desconhecimento ou não acesso de documentos válidos para essas pessoas, em situações em que estavam, inclusive, com extrema debilidade financeira e de saúde.

De acordo com representantes do projeto de extensão da UFRGS, GAIRE, o que ocorre é que muitas vezes os imigrantes chegam para demandar um serviço público, que têm direito, e a informação da pessoa “do outro lado que está atendendo eles, desconhece e não aceita esse documento por achar que eles não têm esse direito; sendo que quem chega no Brasil com protocolo de refúgio, por exemplo, tem acesso aos serviços garantidos... ou deveria ter” (ENTREVISTA GAIRE, 2019).

O mesmo foi percebido pelos representantes do projeto de extensão MIGRAIDH da UFSM, quando perguntados sobre as questões de direitos e a percepção que tinham acerca disso, responderam:

A gente teve no ano passado uma mudança legislativa em 2017, uma proposta legislativa para promover os direitos da população migrante. Não se tinha isso em legislações anteriores. E aí você cria, de certa forma, uma expectativa de que vá se cumprir, de que isso vá ser efetivado na prática. Mas, a gente sabe os desafios da imigração hoje são muitos e diversos... ainda mais agora com essas mudanças do governo a gente já tem sentido muito... A parte que eu mais trabalho que tenho mais inserção é acompanhar os imigrantes na assessoria documental. Porque assim, a pessoa ter um documento dentro de um país é fundamental para que não sofra outros tipos de vulnerabilidade e violações... tanto questões de trabalho como outros aspectos (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019).

Além disso, consideram ainda bastante ineficientes as políticas voltadas a esse público, mesmo após a mudança da Lei em 2017, pois, compreendem que é recente e não fora possível ainda ver mudanças substanciais na prática:

Considero totalmente insuficiente... não tem nem o que falar. Porque assim, o Estado precisa de alguma forma responder a essa realidade. A gente sabe né que muitos imigrantes vêm em situações bem difíceis... aliás, pra início de conversa a gente sabe que o Estado barra né. No momento que ele não aceita, intervém, ele tem um postura muito de securitização, de ameaça. Então, assim, são muitas coisas... A Lei ela vem com uma ideia de promoção dos direitos humanos, ela distribui umas competências entre diferentes instâncias do poder executivo digamos assim, mas de fato quem vai operacionalizar isso e criar políticas públicas específicas para essa população, a partir da realidade delas, ainda não tá se fazendo, não está viabilizando e hoje cada vez menos porque a população migrante nessa situação política que a gente vive, é vista cada vez mais como ameaça né, como uma população que vem causar transtorno, roubar emprego, ou ruim pra segurança pública. Então, na verdade, esses discursos ainda estão sendo perpetuados e pelo Estado, sobretudo. Uma questão que eu destacaria, também a partir da minha experiência, é como os órgãos de segurança são inadequados para atender imigrantes. Por exemplo, hoje quando um imigrante chega ao Brasil para ingressar, precisa procurar uma Polícia. Por que uma Polícia? Então, não se criou e vejo que precisaria de um outro espaço para se atender imigrantes... e a Polícia, nesse caso, é bastante despreparada. É um órgão de segurança, relaciona, portanto, migração com segurança e aí depois você atende de uma forma... olha, já tive experiências terríveis. De tratamento, discriminatório, de considerar e induzir que o imigrante estava mentindo, de simplesmente desconsiderar a presença do imigrante ali, xenofobia completa! Então são experiências que mostram como há imensos desafios para que a gente possa promover uma acolhida e integração dessas pessoas que vêm para o nosso país e que tem todo direito (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019).

O que se percebe diante desse relatos é a necessidade de uma mudança efetiva no trato desses indivíduos por parte do Estado e de suas políticas públicas, isto é, que não se criem leis simplesmente, mas que estas estejam amparadas e

apoiadas pelas instituições municipais, estaduais e federais para que se cumpram na prática e que mudem a falsa impressão de que essas pessoas vêm para o Brasil para prejudicar a vida dos que aqui estão. Nesse sentido, as universidades somam-se como agentes nesse processo na tentativa de desconstruir esses mitos e promover ações que aproximem os imigrantes da comunidade e do acesso aos direitos estabelecidos. Entretanto, ainda há diversos casos, como o explicitado a seguir pelo GTARI, da Unisc, sobre a ineficiência do atendimento público a esses imigrantes:

Era uma família, um casal de haitianos, e a família da mãe era da Guiana Francesa e eles tiveram um filho. Ele nasceu na Guiana Francesa, só que eu não sei bem o que aconteceu quando eles foram fazer a certidão dele, do bebezinho, não fizeram do jeito certo lá no cartório. Então, vieram pro Brasil. E a criança simplesmente não tinha documentação e, digamos assim, burocraticamente, era impossível fazer a documentação dele porque ele não era haitiano, a Guiana Francesa não reconhecia ele como cidadão de lá, ele não era brasileiro, também não era francês. A gente tentava fazer uma documentação e não tinha foto para dizer que a certidão era dele. Tentamos a certidão de refúgio e os pais não sabiam direito como fazer. E ficamos alguns meses assim, e foi um problema muito grande em relação a isso porque a criança estava doente, com problemas na pele e não conseguia acesso a medicação pelo SUS porque não tinha documentação para fazer o tratamento. E aí acabou se enrolando por alguns meses isso e eles acabaram voltando para Guiana Francesa com a criança. [...] eu acho que foi a primeira vez que eu vi algo assim tão explícito no poder público, no atendimento público. Foi uma situação assim, se negaram a atender, eles acabaram desistindo e voltando pro país (ENTREVISTA GTARI, 2019).

Nesse caso, especificamente, os representantes contam que chegaram a entrar em contato com a Polícia Federal para pedir apoio e que esta entraria em contato com o Ministério da Justiça para verificar como seria possível prestar esse tipo de atendimento/serviço. Assim, conforme relatam as representantes, não conseguem sentir na prática ainda uma mudança efetiva a partir da Lei de 2017 no tratamento desses imigrantes, por ser recente e por haver aspectos culturais no comportamento das pessoas e instituições que levam anos, décadas, para mudarem.

Além disso, as universidades relatam que ainda estão “engessadas” de muitas formas e que problemas complexos como esses acabam saindo de sua alçada. Entretanto, se estes projetos não existissem, possivelmente, situações como essa seriam ainda mais recorrentes e agravariam, pela falta de opção e oportunidade promovidas nesses ambientes a essas pessoas.

Assim, verificou-se nesses relatos o quanto as reações ao fenômeno da imigração vêm provocando mudanças estruturais na sociedade, muito embora haja um longo caminho a percorrer e melhorias a serem realizadas e pensadas, tanto pelo

Estado como pelas instituições que atuam diretamente com esses indivíduos, priorizando um atendimento humanizado e acolhida dessas pessoas.

Nesse sentido de priorizar pela qualidade do atendimento e percebendo as limitações dos agentes públicos no trato com os imigrantes, os projetos de extensão vêm atuando diretamente com as Secretarias de Saúde, Educação e com Assistência Social dos municípios onde se localizam, na busca por facilitar a comunicação, traduzindo cartilhas, folders e instruções aos imigrantes (e vice versa) e também promovendo encontros e compartilhando conhecimento com servidores públicos das Prefeituras para que conheçam sobre a legislação e dos direitos que devem ser assegurados e serviços a essas pessoas.

Além disso, mesmo ocorrendo situações discriminatórias e de obstrução a serviços, como as descritas anteriormente, os relatos das universidades demonstram que continua a crescer o número de imigrantes que chegam ao estado e que procuram assessoria destes órgãos. Percebe-se que à medida que um grupo é atendido e se sente bem ou mais empoderado, por conta desse atendimento, ele acaba fortalecendo e compartilhando essa informação com outros grupos de imigrantes e gerando uma rede que se conecta e passa a procurar pelos serviços nas universidades. Os projetos de extensão também destacam que trabalham de forma integrada com outros municípios e região, recebendo e acolhendo demandas não apenas do território aonde estão inseridos.

Quando questionados sobre se conseguiam mensurar os impactos de seus projetos na vida dessas pessoas, os representantes na maioria das vezes se sentiam entusiasmados em afirmar sobre as conquistas e experiências que tiveram junto dos imigrantes e dos números conquistados através de atendimentos, por exemplo, como demonstra essa carta enviada do GAIRE à pesquisadora, após a entrevista para embasar como se deu sua atuação e serviços prestados nos últimos anos:

Em 2018 o GAIRE atendeu 165 casos, de 28 nacionalidades diferentes. Dessas, 45,7% foram senegaleses, 21,3% haitianos, 4,3% venezuelanos e 3% paquistaneses. Nesse contexto, as principais demandas atendidas foram regularização do status migratório, reunião familiar, revalidação de diplomas e demandas trabalhistas. De forma geral, as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo são o desconhecimento e o despreparo dos serviços sobre o trabalho com a população migrante (ENTREVISTA GAIRE, 2019).

Já o projeto Vem Pra Cá, da Univates, descreve os ganhos também por parte dos acadêmicos brasileiros que atuam no projeto e não somente dos imigrantes que recebem atendimento e frequentam as aulas:

Eu acho que uma outra questão super importante, tanto para os nossos alunos imigrantes quanto para os acadêmicos é essa troca cultural; é muito interessante, então, na verdade o projeto, sim, tem o objetivo de ensinar a língua portuguesa para esses imigrantes, mas além de ensinar ou, muito mais, aprendemos com eles através de uma conversa, etc. é sempre uma relação assim dialógica (ENTREVISTA VEM PRA CÁ, 2019).

Além disso, as professoras relatam a experiência que tiveram escrevendo um livro¹² contando as histórias dos imigrantes, onde os próprios imigrantes são coautores do mesmo, isto é, podendo registrar suas histórias de vida e trajetórias na história do município. Desta forma, acreditam que é também uma forma de se sentirem empoderados e integrados à sociedade, pois 500 exemplares foram impressos com ajuda do poder público municipal, e distribuídos em todas as escolas e bibliotecas do município, além de cada imigrante poder ficar também com um exemplar.

Sobre as turmas que se formam nas aulas de ensino da língua portuguesa, as professoras destacam que são compostas geralmente por seis nacionalidades diferentes: Haiti, Egito, Paquistão, Bangladesh, Venezuela e Benin. Já, a média de formandos por ano é cerca de 20.

Ano passado se não me engano foram 13. Não que a gente tenha tido menos ao longo do ano, mas muitos acabam indo embora pra outras cidades em função de oportunidades e buscas por emprego. Hoje a gente tem assim... se contarmos pela lista de presença dos que começaram desde a nossa primeira aula, nós temos aproximadamente 30 alunos. Nem todos frequentam todas as semanas. Nem todos vêm, outros novos vão chegando, faltam às vezes uma, duas semanas e retornam porque surgem outros imprevistos. Quando chove, por exemplo, muitos deles não conseguem porque não têm sequer guarda-chuva... então, há toda uma questão de condições de poder se locomover, se dirigir para o local das aulas (ENTREVISTA VEM PRA CÁ, 2019).

Já sobre os impactos intangíveis/imensuráveis, mas não menos importantes, as professoras relatam:

Basta olhar pra eles quando chegam nas nossas aulas o quanto eles valorizam, o quanto ficam felizes em participar, o quanto se sentem acolhidos, porque termina aula a gente precisa dizer "tá gente, terminou vocês podem ir"... e eles ficam, ficam e se pudessem ficariam muito mais tempo. Então eu acho que o projeto tá assim alcançando seu objetivo, estamos fazendo a

¹² Em anexo a este trabalho, imagens do livro produzido em coautoria com os imigrantes.

nossa parte. A gente tá feliz porque ele tá se expandindo¹³ (ENTREVISTA VEM PRA CÁ, 2019).

Todos esses relatos corroboram a importância dos projetos de extensão na vida destas pessoas que são atendidas. Sabidamente, há muito ainda a melhorar, muitas ações e políticas públicas para chegarem até esse público e garantirem plenamente seus direitos. Entretanto, cabe salientar o esforço de instituições como essas que têm colaborado para a integração dos imigrantes à sociedade.

O Projeto Vem Pra Cá, da Univates, conta também atualmente com o apoio de um jornal do município.

A gente tem uma parceria bem importante esse ano que é com o jornal aqui da cidade. Então, esse jornal na verdade ele cede um exemplar para cada um dos nossos alunos quinzenalmente e acho que esse material tem sido extremamente importante, um recurso didático importante e autêntico para nossas aulas. E é uma oportunidade para eles também estarem lendo textos e notícias sobre coisas que acontecem na cidade; e é muito interessante porque quando a gente distribui a gente sempre pensa numa dinâmica de ler e como trabalhar isso, as notícias, manchetes e tal... e ao final das aulas eles sempre perguntam: a gente pode levar pra casa? Então, por mais que muitos não estejam proficientes na leitura, o contato com esse material, o valor que tem, acho que eles se sentem muito mais parte da comunidade; fazendo parte, carregando aquele jornal; além de que isso torna esses encontros muito mais formais: “to indo pra casa com jornal, além do livro da aula”; então pra nós tem sido uma parceria bem bonita e bem importante também (ENTREVISTA VEM PRA CÁ, 2019).

Esses elementos demonstram o quanto essas interações dos imigrantes com os acontecimentos no município são essenciais para se sentirem parte da comunidade onde vivem. Desta forma, a prestação de serviço de forma humanizada por essas instituições e a conexão entre elas vislumbrando a integração dos imigrantes é um fato que precisa ser destacado e que auxilia no processo de desenvolvimento/empoderamento do indivíduo.

Além disso, como destaca Giddens, acerca da Teoria da Estruturação da sociedade, permanentes transformações da vida social demandam também novas

¹³ Professoras comentam que ele está se expandindo, pois, recentemente, receberam demanda do município de Estrela para atuação do projeto no ensino da língua portuguesa a imigrantes que lá estão localizados e cursando o EJA (Escola para Jovens e Adultos). Assim, já encaminharam ao Conselho Regional de Educação (CRE) a documentação necessária para oficializar o projeto lá também e contam: “Lembro que no começo tínhamos uma preocupação de como eles vão ficar sabendo onde ficam/tem essas aulas... e agora a coisa é natural; tanto que lá no projeto a cada semana chega mais gente. Eles vão convidando, vão chamando e vão trazendo. E eu acho que o nome tem tudo a ver agora: Vem pra cá! Vem que a gente te acolhe” (ENTREVISTA VEM PRA CÁ, 2019).

reflexões que contemplem as ações individuais contextualizadas e transformadoras da realidade coletiva.

O MIGRAIDH, da Universidade Federal de Santa Maria, também destaca as boas experiências que têm tornado o projeto uma referência para essas pessoas, tanto as que vivem em Santa Maria, quando em municípios vizinhos e de todo o estado.

Vejo que o MIGRAIDH acabou se tornando um pouco um ponto de referência pra quem tá na cidade e até pra quem não está... os imigrantes procuram o MIGRAIDH quando têm algum tipo de demanda, quando acontece alguma coisa em relação à questão migratória ou algo do tipo. Mas, por outro lado, a gente não pode esquecer da responsabilidade estatal né... não estamos aqui para substituir o Estado. Pelo contrário... estamos aqui sim como ponto de apoio, mas há uma série de demandas que precisariam estar dentro de políticas públicas pelos órgãos públicos do executivo municipal que tá mais próxima da realidade migratória (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019).

Assim como todos os outros projetos, há uma expectativa em que o mesmo seja mantido, sobretudo, demonstrando a relevância da universidade em um momento de contingenciamento de recursos e certos questionamentos por parte do Governo Federal Brasileiro. Além disso, o projeto da UFSM também apoia eventos culturais como forma de promover a integração dos imigrantes à comunidade.

Agora a gente tá promovendo um evento, atividade cultural, porque, assim, dentro da universidade os imigrantes ingressantes, eles criaram um comitê de representação deles, enfim, pra se organizar e articular as demandas próprias. E aí uma das demandas que surgiram, foi a criação de um evento cultural, intercultural, entre imigrantes, refugiados e as pessoas aqui da cidade e esse evento foi bem interessante porque uma das questões que mais se debateu foi que dentro da universidade e mesmo da cidade não há espaço para esses imigrantes falarem sobre a própria cultura deles. De onde vieram, que país é esse, que lugares são esses? O que representa a cultura, a política, a história, economia desses países. E estamos promovendo então para o próximo mês um grande evento com apresentações de diversos países que estão aqui dentro da universidade, e mesmo na cidade, tanto imigrantes como refugiados, e foi bem interessante esse processo da construção desse evento porque, assim, a gente sentiu que os imigrantes colocavam muito que não queriam falar mais sobre a migração, tipo sobre a vinda, sobre como foi isso, como foi aquilo... que as pessoas pra eles de alguma forma sempre perguntavam que tu comeu, tu veio de ônibus, barco ou não sei o que? Ou seja, sempre nesse tom de vitimizar a pessoa, de colocar ela numa condição de que precisa de ajuda, de auxílio... e não. Eles queriam poder falar sobre o que entendem do mundo, do país, da cultura. Esse evento é totalmente destinado a esse objetivo. Falarem sobre cultura, com esse enfoque de voz, sobre algo que historicamente é marginalizado, criminalizado, dentro do nosso país inclusive (ENTREVISTA MIGRAIDH, 2019).

Esse relato da UFSM demonstra como o indivíduo/imigrante é capaz de provocar e promover mudanças e articulações dentro da sociedade, bem como

explicitava a Teoria de Estruturação e o conceito de reflexividade de Giddens. Esse lugar de fala para contar sobre suas experiências, seus conhecimentos, cultura, vivências, demonstra um sujeito empoderado e que projeta novas trajetórias de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que cria um ambiente aberto de troca mútua de conhecimento com as outras pessoas da sociedade.

Atualmente, a universidade possui o Observatório de Direitos Humanos (criado em 2018), e nesse projeto muitos grupos são abarcados e acompanhados, dentre eles o MIGRAIDH. Assim, hoje o projeto de extensão tem dois bolsistas compondo a equipe de trabalho do Observatório e dentre estes, um já é um imigrante estudante da universidade¹⁴.

Percebe-se que a participação do imigrante em um Observatório de Direitos Humanos da Universidade é uma forma de democratizar e oportunizar uma experiência ainda mais aberta e inclusiva na Universidade, uma vez que é composta por diferentes grupos, etnias, culturas e há, portanto, uma riqueza nessa conexão e compartilhamento de conhecimento e experiências de vida.

Recentemente, em 2019, a Universidade Federal de Santa Maria foi reconhecida como uma das universidades mais inclusivas e diversas do mundo, de acordo com o ranking University Impact publicado pela revista britânica Times Higher Education (THE). Segundo o vice-reitor, este destaque corrobora o comprometimento da universidade com pautas voltadas a questões fundamentais na sociedade desigual brasileira, como a situação dos imigrantes, as questões de gênero, qualidade da educação e inclusão social. A metodologia para a avaliação das universidades teve como base 11 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e dentre estes o que a universidade teve maior destaque foi no ODS 16: promover sociedades pacíficas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes (UFSM, 2019).

Assim, pode-se afirmar, que o projeto MIGRAIDH está não somente em consonância com as políticas inclusivas da Universidade, mas contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e para a justiça social.

O projeto GTARI, da Universidade de Santa Cruz do Sul, argumenta nessa mesma linha, refletindo acerca do papel de uma instituição comunitária:

¹⁴ Atualmente, existem cerca de 70 imigrantes estudando na Universidade Federal de Santa Maria.

A UNISC pela característica Comunitária dela, ela tem um viés de inclusão social bastante grande... A gente não pode negar que mesmo com todas as dificuldades que a universidade vem enfrentando sempre existe essa preocupação na fala de todas as instâncias da universidade para que a gente não perca nossa característica comunitária e humanística (ENTREVISTA GTARI, 2019).

Além disso, conforme relata professora coordenadora do projeto, há uma preocupação da Universidade em mensurar o impacto social dos projetos de extensão nos próximos anos. Essa iniciativa de mensurar os resultados e impactos sociais é, de fato, um desafio no momento atual em que cada vez valorizam-se mais os cursos técnicos que possam servir ao mercado, desincentivando muitas vezes o caráter humanístico e as trocas advindas do processo dialógico da extensão e da construção de saberes mútuos com a sociedade – que tantas vezes são subjetivos e não necessariamente tem valor/preço ou são comercializados no mercado.

Assim, caberia refletir a respeito dessa problemática e do papel da extensão que fora discutido até aqui, pois, a quem de fato a universidade tem servido ou deve servir? Para quem ou com que finalidade tem sido produzidas as grandes pesquisas? De onde partirão os recursos que financiam projetos?

Acredita-se que a extensão universitária, enquanto agente e componente da tríade da universidade, junto ao ensino e a pesquisa, deva despertar a necessidade do indivíduo de ler o mundo, olhá-lo, interpretá-lo, ressignificá-lo, bem como ser capaz de transformar sua vida, seu entorno e da própria humanidade. É dessa forma que se entende a universidade como agente que pode condicionar e limitar comportamentos, mas, pode também, e deve, expandir, libertar, questionar, reestruturar sociedades, agindo nos desafios mais essenciais/urgentes do país – já que o acesso da população às produções realizadas nada mais é do que um retorno ao investimento público que a própria população fez (SOUZA & ALMEIDA, 2011).

Por sua vez, o projeto Vem Pra Cá, da UNIVATES, comenta algo que pode dar ainda mais força na atuação de projetos de extensão que é o fato de a extensão passar a fazer parte do currículo de cursos de graduação das universidades, após determinação do MEC (Ministério da Educação), no Plano Nacional de Educação (2014-2024) isto é, sendo exigência obrigatória na formação dos acadêmicos – cerca de 10% do total de horas do currículo.

Essa meta 12.7 do PNE, que dispõe sobre a curricularização da extensão, abre possibilidades de concretização do princípio da indissociabilidade do tripé das universidades: pesquisa, ensino e extensão, tendo em vista que o fato de a extensão

ter sido a última atividade a compor o tripé da formação na história das universidades, sua natureza multidisciplinar, a dinâmica de uma atividade que extrapola os muros da universidade, ainda, sua demanda de públicos amplos e heterogêneos, dentre outros aspectos, justifica o número enxuto de ações de extensão quando comparado às demais atividades do tripé: o ensino e a pesquisa (RIBEIRO, MENDES e SILVA, 2018).

Diante dos relatos e informações apresentados, fica evidente o importante passo que está sendo dado por parte das universidades e seus projetos de extensão na busca da construção de sociedades mais inclusivas e justas. Além disso, o fluxo migratório não dá indícios de que irá diminuir, pelo contrário. Desta forma, a articulação com o poder público e instituições regionais que atuam diretamente com este público e com a elaboração de políticas públicas é fundamental.

A universidade, conforme apontado nas entrevistas junto aos representantes, possui limitações; tanto financeiras quanto de sua própria atuação e função social. Além disso, enquanto agente que se relaciona constantemente com a sociedade e estrutura, esta também influencia o dia a dia das populações e, como se verificou em depoimentos, ainda muitas vezes é vista como um espaço negado ao imigrante. Sendo assim, ainda há muito que ser construído e transformado através dessa ação coletiva com a comunidade local e imigrantes – desconstruindo mitos e a imagem de serem somente vítimas ou criminosos, mas serem vistos como seres humanos repletos de capacidades, experiências, histórias, cultura e vida.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que há barreiras e restrições, há resistência e persistência nas universidades em se manterem ativas e dialogando para fora de seus muros. As novas tecnologias têm se mostrado como aliadas, nesse contexto, dado seu alcance imediato/online e transfronteiriço. O GTARI, por exemplo, passou a gravar *podcasts* e divulgar sobre o tema das migrações em todas as suas páginas oficiais (Instagram, Facebook, site). Assim, diversos temas são abordados, de legislação, experiências dentro e fora da academia, compartilhando lugares de fala, etc. Além disso, nesses últimos anos há uma gama de aplicativos voltados a esse público que sintetizam informações úteis de forma gratuita com traduções para diversos idiomas. Um desses exemplos é do Rio Grande do Sul e surge a partir de cinco estudantes mulheres em 2015 que cursavam técnico em informática para internet, integrado ao ensino médio do campus de Bento Gonçalves do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS): o *Helping Hand*.

Ele surge a partir da dificuldade que se percebeu em buscar informações acerca do tema, bem como quais são as entidades e órgãos que lidam com migrações e refúgio no Brasil e no quão complicado deveria ser para o imigrante traduzir tudo isso, após encontrar a informação. O aplicativo possui tradução para cinco idiomas (inglês, espanhol, francês, árabe e português) e reúne nomes, endereços e contatos de uma série de entidades que estão de alguma forma ligados às migrações: agências internacionais, assistência jurídica, centros de apoio, comunidades e sociedades, templos religiosos, órgãos governamentais, consulados e embaixadas, instituições de ensino, aulas de português, oportunidades de emprego e serviços de saúde.

Desta forma, em última instância, compete ao Estado o dever de respaldar, via políticas públicas, os direitos da pessoa humana. Acredita-se que com a mudança da Lei de Migração de 2017 os resultados possam ser sentidos no longo prazo, tendo em vista que se trata muitas vezes de aspectos relacionados à cultura ou à falta de conhecimento da população brasileira e dos servidores que prestam serviço e auxílio ao público dos imigrantes. Assim, as universidades compreendem que a conscientização, tanto no meio acadêmico, quanto na própria comunidade, é fundamental para promover a integração dos imigrantes à comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento das informações apresentadas ao longo da pesquisa, é perceptível a complexidade que envolve o tema das migrações internacionais – sobretudo, se pensarmos na lógica individualista que permeia as relações hoje entre os povos, instituições, mercados e governos e que, muitas vezes, enxerga a figura do imigrante como sendo algo prejudicial ou como ameaça ao país e sua população local.

Nesse sentido também, o capitalismo global, difundido substancialmente a partir da década de 1990 com o fenômeno da globalização e a transnacionalização de grandes marcas e empresas, passou a influenciar o comportamento dos mercados, agentes e estruturas – propagando um estilo de vida onde o bem estar social está atrelado à capacidade de consumo. Entretanto, nem todos os indivíduos e sociedades possuem iguais condições de consumirem e se beneficiarem dos progressos do livre mercado e das inovações tecnológicas que, com o avanço da ciência, foram possíveis de realizar.

Exatamente no momento em que muitos países batem recordes de produção de alimentos, milhares de pessoas ainda morrem de fome ou têm desnutrição, além da falta de acesso à água, ao saneamento básico, vacinas e condições essenciais para se desenvolverem. Alinhado a isso, muitos conflitos de origem cultural e religiosa, perseguições políticas, além da crise financeira internacional de 2008 e desastres ambientais provocados pela má utilização dos recursos da natureza pelo homem, têm expulsado pessoas em todos os continentes. Em contrapartida, os países que recebem os imigrantes, ainda se recuperam das consequências da crise financeira e possuem um mercado de trabalho acirrado hoje em dia, com flexibilização de leis trabalhistas – como o brasileiro, por exemplo – e a substituição dos trabalhadores por máquinas. Nesse cenário, o imigrante é visto como o outro; aquele inimigo materializado – como se refere Bauman (2017) – que chega para disputar vagas no sistema de saúde, nas escolas, oportunidades e, o qual, precisa ser combatido.

Desta forma, foi possível perceber ao longo da pesquisa que a garantia de direitos é fundamental para proporcionar o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades de modo geral. É, portanto, através da garantia de direitos e políticas públicas eficazes para os imigrantes que haverá a expansão de liberdades individuais e de suas capacidades de escolhas.

No que tange à sociedade, foi possível identificar também que a conscientização acerca do tema é uma condição essencial para que o processo de integração ocorra de forma positiva, compreendendo que há muitos benefícios na troca de experiências, conhecimentos, aprendizados com quem vem de fora. Além disso, sendo o Brasil um país construído por imigrantes de diferentes etnias e culturas, deveria ser natural acolher e aprender com o outro. Entretanto, não necessariamente é o que se verifica na prática.

Internacionalmente, o Brasil costumava ter uma imagem de país pacifista, acolhedor e que durante anos – sobretudo nos governos de Lula da Silva – buscou protagonizar discussões em apoio às migrações internacionais e direitos humanos, promovendo políticas progressistas internamente e discursos em fóruns internacionais que chamavam a atenção e fortaleciam o *soft power* do Brasil. Tais elementos somados a uma atuação ativa e crucial na MINUSTAH, em um cenário catastrófico após o terremoto de 2010 no Haiti, passou a interagir com aquela população e a receber milhares de imigrantes haitianos.

A Lei de Migração, por sua vez, debatida nessa pesquisa, é considerada como um marco importante no que se refere ao tema no Brasil. Sabidamente, ela poderia e deveria ter sido implementada muito antes de 2017, já que com o término da ditadura militar na década de 1980 e a Constituição Cidadã de 88, esperava-se que esta pauta da imigração fosse contemplada sob a ótica dos direitos humanos e não fossem mais tratados os imigrantes sob a perspectiva de ameaça e segurança nacional, como fora até então.

Nota-se, ainda, que esta Lei estabelece direitos fundamentais para o imigrante e que, no entanto, o fato de não haver uma instrumentalização de como isso ocorrerá na prática, devido à inexistência ou ineficiência de políticas públicas voltadas a esse público, a Lei acaba por não ser plenamente efetiva. Assim, considera-se um avanço ter ocorrido seu decreto e a legitimação e/ou descriminalização do ato de migrar. Porém, fica perceptível na prática que muitas vezes os órgãos não estão preparados para intermediar ou prestar os serviços e a própria comunidade, muitas vezes, segrega ou nega o acesso aos mesmos.

Ficou claro, portanto, que as universidades configuram-se nesse contexto como agentes, pois acabam realizando esse assessoramento de serviços e direitos que estão previstos em Lei pelo Estado aos imigrantes, através da extensão, interagindo ainda com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ONGs e associações

como a Cátedra Sérgio Vieira de Melo e Associação Antônio Vieira. Nota-se, ainda, quanto às universidades federais e comunitárias investigadas na pesquisa, que essas executam, via extensão, sua função social de estarem atentas aos desafios presentes e preocupadas com o desenvolvimento regional e nacional, embora ainda com limitações de recursos e estruturas.

Percebeu-se que os projetos de extensão universitária surgem de forma reativa/reflexiva às demandas que se apresentam na comunidade. Isto é, todos investigados na pesquisa perceberam que o fluxo migratório vinha aumentando (alguns receberam demandas concretas de serviços) e organizaram-se para institucionalizar projetos de extensão para que continuamente houvesse um grupo de trabalho e um serviço organizado a ser ofertado na universidade/comunidade. Dentre os serviços/atividades prestados pelas universidades, tem-se: aulas de ensino da língua ou rodas de conversa para aprender o idioma, auxílio na validação e busca de documentos, serviços jurídicos, eventos culturais para imigrantes falarem sobre suas vivências, auxílio na busca por emprego, acesso a serviços de saúde, validação de diplomas. Além disso, percebe-se que atuam muitas vezes como apoio dos imigrantes para se dirigirem aos órgãos públicos, prestando informações, auxiliando na organização do que precisa ser feito/encaminhado primeiro, ou seja, como porta-voz do imigrante que se sente por vezes intimidado e não sabe a quem recorrer.

Através dos depoimentos é possível afirmar que os projetos estão consolidados nos municípios onde atuam, que são reconhecidos pela comunidade, escolas, prefeituras, pela própria Polícia Federal que interage eventualmente, por organizações e movimentos religiosos e pelos próprios imigrantes. Entretanto, ficou claro que ainda há diversos desafios nesse processo, como o preconceito/xenofobia da comunidade local, do próprio governo, a desassistência de políticas públicas que possam garantir os direitos previstos em Lei, a falta de recursos para que projetos não sejam suspensos e possam ser ampliados. As universidades relatam, ainda, que um grande desafio é que muitas vezes estão “engessadas” e que embora gostariam de ajudar, há situações que não competem a elas e isso gera um transtorno e morosidade para quem tem pressa em buscar atendimento.

Em relação ao cenário que se apresenta, acredita-se que com a curricularização da extensão, um assunto recente que está previsto na estratégia do Plano Nacional de Educação do MEC de 2018, a extensão possa ganhar ainda mais relevância na sociedade, uma vez que se pretende exigir um percentual mínimo nos

cursos de graduação de atuação do acadêmico em projetos de extensão – o que auxiliaria a romper os muros das universidades e possibilitar maior interação e compartilhamento de conhecimentos com a comunidade onde está inserida.

A sociedade, verificou-se, está em constante transformação, adaptação e estruturação. Desta forma, as interações entre ator, agente e estrutura ocorrem gerando reflexos continuamente, conforme apontou Giddens. Nesse caso pesquisado, entendeu-se a presença dos imigrantes como atores que interagem na sociedade provocando e demandando, por sua vez, modificações e estruturações, tendo em vista suas particularidades e necessidades. Já, as universidades são compreendidas como agentes, isto é, que se relacionam a partir dos condicionamentos e recursos disponíveis intermediando as relações entre Estado, ator, sociedade. O Estado, por fim, e seu aparato institucional, jurídico, econômico, é visto como a estrutura desse sistema – a qual interfere e influencia no comportamento humano (individual) e da sociedade (coletivo), mas também reage ao comportamento e é influenciado pelos agentes e atores sociais.

Esta pesquisa, por sua vez, vem para trazer luz ao tema das migrações internacionais, no intuito de conscientizar e sensibilizar a respeito do que às vezes me parece óbvio: não há delito no ato de migrar. Tem direito a pessoa que migra! É preciso tratar com humanidade o ser humano.

Entretanto, muitos outros aspectos poderiam ser observados acerca do assunto e dão subsídios para continuar investigando sobre o tema. Isto é, novas pesquisas podem ser narradas sob o ponto de vista dos imigrantes e suas trajetórias, avaliando como percebem a atuação desses órgãos e a estrutura do Estado. Ainda, poder-se-ia analisar o que levam brasileiros a emigrar no século XXI, se há um perfil do migrante e qual é este. Poderia ser feita uma pesquisa exclusivamente sobre políticas migratórias internacionais, analisando as ações dos governos brasileiros ao longo de determinado período e/ou, ainda, investigando como as novas tecnologias ajudam ou atrapalham no processo migratório. As possibilidades são muitas.

Nessa pesquisa, porém, além de se pretender sensibilizar e desmitificar falas a respeito das migrações internacionais, se pretendeu também debater as funções das universidades dentro das comunidades em que estão inseridas, sobretudo, em um momento de críticas e movimentos anti-ciência no país e que, portanto, mais uma vez, nos obriga a dizer o óbvio: não há balbúrdia em contestar, em investigar, em democratizar o ensino, em ser livre para buscar o conhecimento. Além disso, dentro

dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, as universidades e comunidade acadêmica, de modo geral, apresentam-se como importantes aliados dos governos e comunidades na condução de políticas e atingimento das metas da Agenda 2030.

Nessa mesma linha, ao pensar sob a ótica do Desenvolvimento Regional, na criação de políticas públicas que visem a equidade e o empoderamento do indivíduo, não há como não se perguntar: como fazer isso sem educação?

Assim, reconhecendo o papel da universidade e dos educadores na construção da sociedade que tanto se almeja, não há como terminar essa pesquisa sem citar o revolucionário Paulo Freire:

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho, senão viver plenamente nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos (FREIRE, 2000, p. 67).

Se cabe a nós também fazermos, construirmos e fiscalizarmos, que encontremos espaços para resistir em meio às situações que desagradam. Que as universidades possam ser lugares ainda mais democráticos, inclusivos, diversos e plurais, acolhendo os diferentes saberes e contribuindo para o desenvolvimento. Por fim, que o ser humano esteja no centro dessa lógica do desenvolvimento – e a Universidade esteja presente. Resistindo. Não se omitindo. *Universidade, Presente!*

REFERÊNCIAS

ACNUR. **A Situação dos Refugiados no Mundo: cinquenta anos de ação humanitária**. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2002.

ACNUR. **Global Trends. Deslocamento global supera 70 milhões, e chefe da Agência da ONU para Refugiados pede maior solidariedade na resposta**. Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/19/deslocamento-global-supera-70-milhoes/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ACNUR. **Universidades conveniadas**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/universidades-conveniadas/>> Acesso em: 11 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. **Ata de Reforma Estatutária da ABRUC**. Disponível em: <<https://www.abruc.org.br/estatuto-pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70: 2011.

BASSANEZI, M. S. B. **Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café**. In TEIXEIRA, P.E.; BRAGA, C. M. A.; BAENINGER, Rosana. (Org). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BBC. **'Não bastasse Trump, agora Bolsonaro nos cria dificuldades', diz líder de associação de imigrantes brasileiros nos EUA**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47619269>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BBC. **Na Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, imigrantes têm 'mais direito que nós'**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Polícia Federal. **Depoimento acerca das imigrações no Vale do Rio Pardo e Taquari**. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases 9394 Art. 43**. do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. **Lei de Migração 13.445**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em 25 mar. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Números**. 4ª Edição. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em 10 nov. 2019.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200133&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

CIMADON, R. Elisandra. CIMADON, Aristides. **As Instituições Comunitárias na visão de Aldo Vannucchi e a concretização de um sonho**. Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba, v. 6, n. 2, p. 179-186, jul./dez. 2015.

COHEN I. J. **Teoria social hoje**. In Teoria da estruturação e práxis social. GIDDENS, A.; TURNE, J. (Org.). São Paulo: UNESP, 1996, p. 393- 446.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2018.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

EL PAÍS. **Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

FERRACINI, Kelly. **Fluxos Migratórios, Território, Institucionalidades**: Contornos de um Debate na Cidade de São Paulo. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. **Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento**: realidades compatíveis no contexto europeu? Lisboa: ACIME, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIDMAN, Luis Carlos. **Próximos ou separados?** Ideias de Giddens e Bauman sobre as motivações para a política. Lua Nova, São Paulo, n. 92, p. 241-271, Ago/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

GAIRE. **Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais**. Entrevistadora: AZEVEDO, A. Gabriella. Porto Alegre, 2019. Entrevista concedida para fins de análise e referencial para dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

GENEROSO PAES, Vanessa. **Imigração, Estado e Política Pública**: a problemática da vulnerabilidade social do imigrante no Brasil. Congresso ALACIP, Motevideo, Uruguai. 2017. Disponível em: <www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPljtzOjQ6Ij1NjliO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiZDU2MTMyMWI5ODJiYmM3NWJiMTI2MzI3ZDQ2MTY4NTciO30%3D>. Acesso em 19 mai. de 2018.

GTARI. **Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais**. Entrevistadora: AZEVEDO, A. Gabriella. Santa Cruz do Sul, 2019. Entrevista concedida para fins de análise e referencial para dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003-2.ed.

G1. **Lajeado tem maior desenvolvimento socioeconômico do RS, diz Firjan**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/lajeado-tem-maior-desenvolvimento-socioeconomico-do-rs-diz-firjan.html>>. 02 jun. 2014. Acesso em: 05 jan. 2020.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial**. São Paulo: Objetiva, 1997. 455 p.

JORNAL DAS LETRAS. **Boaventura de Sousa Santos: As Fronteiras entre muros e travessias**. Disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/boaventura-de-sousa-santos-as-fronteiras-entre-muros-e-travessias-jornal-de-letras-february-21-2018/?lang=pt>>. Acesso em 10 out. 2019.

LACERDA, F. Moara. **Diálogo Teórico das Migrações Internacionais**: Desafios Eminentemente a uma Compreensão Holística. *Áskesis*, v. 3, n. 1, p. 159-169. jan./jun. 2014.

MARTINE, George. **A globalização inacabada**: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo Perspec. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, setembro de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 fev. 2020.

MASSEY et al. **Theories of international migration**: a review and appraisal. *Population and development review*. v.10, n.3, p.431-466, 1993

MENEZES RODRIGUES, Marilúcia. **Universidade, extensão e mudanças sociais**. In *Em Extensão*, Uberlândia. 1999. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20472/10904>. Acesso em: 28 abr. de 2018.

MIGRAIDH. **Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais**. Entrevistadora: AZEVEDO, A. Gabriella. Santa Maria, 2019. Entrevista concedida para fins de análise e referencial para dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

NAÇÕES UNIDAS. **FAO: Fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU: 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Glossário de Termos do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

NYE, Joseph. **Softpower: the means to success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

OBMIGRA. **Base de Dados: SISMIGRA, 2019**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

OBMIGRA. **Base de Dados: CGIL/CNlg, 2019**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401202-cgil-cnlg>>. Acesso em 10 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A MIGRAÇÃO; DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Curso Uma Introdução às Migrações Internacionais no Brasil Contemporâneo**. Escola Nacional, DPU, 2018.

PATARRA, N. Lopes. **O Brasil: país de imigração?** Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais: e-metropolis, 2012.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 11/2004. Lisboa, Portugal.

PERSEU ABRAMO. **Brasil: Uma política externa ativa e ativa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Org. Valter Pomar. 2017.

PROEX UFES. **100 anos do Manifesto de Córdoba: "Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden"**. Disponível em: <<http://www.proex.ufes.br/conteudo/100-anos-do-manifesto-de-cordoba-toda-la-educacion-es-una-larga-obra-de-amor-los-que>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

REIS, Rossana Rocha. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. Contexto int. , Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 47-69, junho de 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

RIBEIRO, F. R. Mayra; MENDES, F. F. Francisco; SILVA, A Etevaldo. **Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada**. Rev. Conexão UEPG. v. 14, n. 3, p. 334-342, ago-dez/2018.

SALLES, M. R. R.; BASTOS, S.; PAIVA, O.; PERES, R.; BAENINGER, R. (Org.). **Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Nepo/Unicamp. Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 11, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Pedro Floriano dos; SANTOS, Caio Floriano dos. **A história da Extensão Universitária no Brasil e Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária e das Universidades e IES Comunitárias**. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de Menezes; SÍVERES, Luiz (Org.). Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 206-227

SANTOS JUNIOR, Alcides Leão. **Universidade e Sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária**, 2013.

SASAKI, M. Elisa; ASSIS, O. Gláucia. **Teoria das Migrações Internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, 2000.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. Debate acerca das experiências das universidades através da extensão no auxílio à integração do imigrante junto à comunidade. Maio, 2018. UNIVATES, Lajeado, RS.

SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE MIGRAÇÃO E REFÚGIO. Debate acerca das experiências das universidades através da extensão no auxílio à integração do imigrante junto à comunidade: direitos e desafios. Setembro, 2018. UFRGS, Porto Alegre, RS.

SEN, Amartya & KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. (2000)

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVEIRA et al. **Cidades Médias e Gestão Territorial: Análise dos fluxos de gestão pública e privada na Região dos Vales – RS**. IGEPEC, Toledo, v. 22, n.2, p. 64-80. – jul/dez 2018.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. Educação, Sociedade e Cultura, nº 23, 2005.

SOUZA, Inez Maria Fornari; ALMEIDA, Luciane Pinho de. **Desafios da Extensão Universitária para erradicação da miséria e para humanização do ser humano**. In: Transcendendo Fronteiras – A Contribuição da Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p.241.

TALAYER, Carlos, A. L. **Imigrantes e Refugiados na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: estudo de caso de um projeto de extensão em uma instituição federal de nível superior**. Porto Alegre. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UEBEL, Roberto, R. G. **Perfil das Migrações Internacionais para o estado do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Foz do Iguaçu 2016.

UEBEL, Roberto, R. G. **Política externa migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. LUME. Repositório Digital UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188410>>. Acesso em 10 abr. 2019.

UFRGS. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

UFSM. **Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/historia/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

UFSM. **UFSM é uma das universidades mais inclusivas e diversas do mundo**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2019/04/17/ufsm-e-uma-das-universidades-mais-inclusivas-e-diversas-do-mundo/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UFSM. **RESOLUÇÃO N. 041/2016**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/prograd/images/pdf/resolucao_041_2016_ufsm_programa_refugia_dos_imigrantes.PDF>. Acesso em: 06 abr. 2020.

UNISC. **Universidade de Santa Cruz do Sul**. Disponível em: <<https://unisc.br/pt/home/a-universidade>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

UNIVATES. **Universidade do Vale do Taquari**. Disponível em: <<https://www.univates.br/fuvates>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

VALA, Jorge. **Processos identitários e gestão da diversidade**. IN: ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Org.). I Congresso Imigração em Portugal [Diversidade - Cidadania - Integração]. Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração. Lisboa: ACIME, 2003. p. 48-72.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: O que é, como se faz**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2013.

VEM PRA CÁ. **Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais**. Entrevistadora: AZEVEDO, A. Gabriella. Lajeado, 2019. Entrevista concedida para fins de análise e referencial para dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. **As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social/Public policies in Amartya Sen: agent condition and social freedom**. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ZANFORLIN, Sofia. **Migração e Escola de Chicago: caminhos para uma comunicação intercultural**. Revista Esferas. Nº 3. 2013.

APÊNDICE A: Entrevista semiestruturada

ENTREVISTA

1. Como surgiu o projeto?
2. Quem foram os agentes sociais envolvidos nessa criação?
3. A partir de que demandas?
4. Ele se mantém com o mesmo objetivo e atividades de quando surgiu?
5. Quais agentes participam atualmente do projeto?
6. Como vocês percebem o imigrante na sociedade local/regional? Em relação às condições materiais, de vida e direitos?
7. Quais desafios percebem na integração do imigrante à comunidade?
8. Como percebem a ação do Estado e políticas públicas voltadas ao imigrante? Se suficientes? Insuficientes?
9. Como percebem a atuação do projeto com esse grupo até o momento?
10. Há ferramentas de mensuração do impacto social do projeto na vida dos imigrantes?
11. Qual a perspectiva de continuidade do projeto no médio prazo, 2 a 3 anos?

**APÊNDICE B: Termo de Consentimento – modelo produzido e utilizado pela
autora na condução das entrevistas**

**AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA
E USO DE INFORMAÇÕES**

Eu, _____,
abaixo assinado(a), autorizo que a entrevista realizada pela mestranda Gabriella Azeredo Azevedo, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), realizada no dia ____/05/2019, seja gravada em mídia eletrônica e posteriormente transcrita, para que sirva como material para análise a ser utilizado em seu Trabalho de Dissertação, que tratará da temática da Extensão Universitária e a interação com o imigrante no processo de integração à comunidade local/regional no estado do Rio Grande do Sul, visto ser meio de confirmar a integridade das informações aqui prestadas, evitando que as mesmas sejam distorcidas e mantendo anonimato do(a) entrevistado(a). Também autorizo a utilização das informações para posterior publicação de artigo acadêmico em congressos ou revistas científicas.

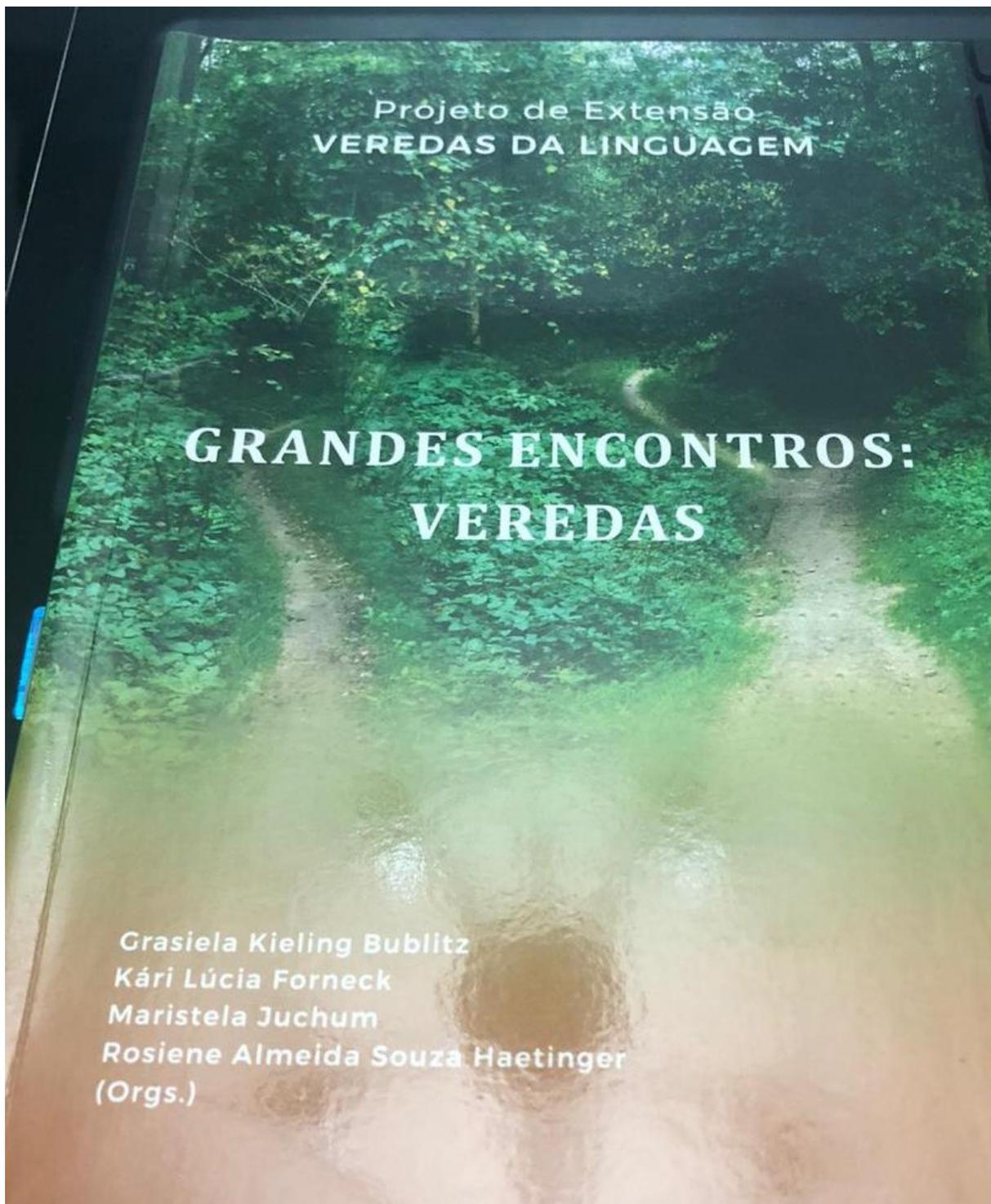
Fica acordado entre as partes que essas informações só poderão ser utilizadas na situação definida neste documento, cujo será assinado em duas vias, ficando proibido o uso para outro fim.

_____, ____ de maio de 2019.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do(a) Entrevistado(a)
Representante do Projeto

**ANEXO A: Livro sobre a trajetória de imigrantes de Lajeado, organizado pela
UNIVATES com apoio da Prefeitura Municipal**



**ANEXO B: Sumário do livro sobre a trajetória de imigrantes de Lajeado,
organizado pela UNIVATES com apoio da Prefeitura Municipal**

